



**Expansão e Fortalecimento do Sistema
de Áreas de Conservação em Angola**

**ELABORAÇÃO DE UM
PLANO DE GESTÃO
PARA O
PARQUE NACIONAL DO MAIOMBE**

Tamar Ron, Ph.D., tamarron@bezeqint.net
Mapas: Topogis Lda

25 de Julho de 2019



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*



Lista de acrónimos

AC	Área de Conservação
ACTF	Área de Conservação Transfronteiriça
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AIAS	Avaliação de Impacto Ambiental e Social
APT	Área Protegida Transfronteiriça
CHE	Conflito Humano-Elefante
CHV	Conflito Humano-Vida Selvagem
DNB	Direcção Nacional da Biodiversidade
ENE	Empresa Nacional de Energia
ETP	Empresa de Transportes Públicos
FAA	Força Armada de Angola
FGA	Fundo Global para Ambiente
IDA	Instituto de Desenvolvimento Agrário
IDF	Instituto de Desenvolvimento Florestal
IGCA	Instituto Geográfico e Cadastral de Angola
INBAC	Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEA	Instituto Nacional de Estradas de Angola
ISCED	Instituto Superior de Ciências da Educação
ITM	Iniciativa Transfronteiriça do Maiombe
JGI	Instituto Jane Goodall
MINAMB	Ministério do Ambiente
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PDIs	Pessoas Deslocadas Internamente
PFBC	Parceria para a Floresta da Bacia do Congo
PLERNACA	Plano Estratégico da Rede Nacional das Áreas de Conservação
PN	Parque Nacional
PNAA	Programa Nacional de Adaptação de Ação
PNM	Parque Nacional do Maiombe
PNUA	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RB	Reserva de Biosfera
RDC	República Democrática do Congo
SIC	Serviços de Investigação Criminal
SME	Serviço de Migração e Emigração
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza

Agradecimentos

Os estudos e o plano de gestão para o Parque Nacional do Maiombe, foram elaborados no âmbito de uma consultoria para o Projecto *Expansão e Fortalecimento do Sistema de Áreas de Conservação em Angola*, do Ministério do Ambiente de Angola (MINAMB), financiado pelo FGA-PNUD (GEF-UNDP), com a sua implementação liderada pelo Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação (INBAC).

O MINAMB, e em particular o Diretor do INBAC, Aristofanes Pontes, Marta Zumbo e outro pessoal de INBAC e o Coordenador do Projecto, Bob Simoketo, prestaram orientação e apoio. Mais orientações e apoio foram prestados pela Sua Excelencia Ministra do Ambiente, Paula Coelho Francisco, pela ex-ministra do Ambiente, Fátima Jardim, e pelo ex-Diretor do INBAC, Abias Huongo.

O pessoal do Parque Nacional do Maiombe, e em particular José Maria Bizi, o Administrador do Parque Nacional do Maiombe, Zacarias Kubola Gomes, Chefe de Fiscalização, José Marito Puati, Chefe de Grupo de Fiscais, Juliano Capita o Secretário Provincial, e Paulo Luvambano, o ex-Secretário Provincial, de Ordenamento Territorial, Urbanismo e Ambiente, Daniel Tatti, o ex-Diretor do Departamento do Provincial do Ambiente, Mauel Barata, Assessor, e suas equipas, prestaram apoio na implementação do levantamento e forneceram informações, bons conselhos e documentação. As visitas de campo foram guiadas por Celestino Mbumba (Intataba e Sanga Mongo), Gabriel Kembu Sumbu (Sassa Zau) e José Keba (Dinge Velho).

A Sua Excelencia, Eugénio César Laborinho, o Governador Provincial de Cabinda prestou conselho e expressou o seu suporte entusiasmado à conservação da biodiversidade do Parque Nacional do Maiombe e da Província em geral. Os funcionários do Governo Provincial e das Administrações Municipais e Comunitárias de Buco Zau, Belize e Cacongo, forneceram informações e insumos substantivos. José Macaia, o Administrador Municipal do Buco Zau, e sua equipa, bem como Maria Lola da Purificação, do Centro de Análises de Poluição e Controlo Ambiental de MIMAMB em Cabinda, prestaram apoio inestimável.

Os mapas foram preparados por Topogis Lda, e a sua equipa: Rosário Dilo, Valdmir Muzeno e Maria Costa, na excepção de mapas indicados por outras fontes. Adv. Monteiro Lumbu e Eng. João Gildo de Eucapyptus Tall Lda, prestaram apoio logístico e administrativo.

O Instituto Jane Goodall (JGI), forneceu apoio considerável e orientação na elaboração e implementação do levantamento. Em particular, Dr. Lilian Pinteá desenhou os formulários do aplicativo ODK (Kit de Dados Abertos), treinou a consultora e ajudou com o registo e o mapeamento de dados com o aplicativo. A Dr.^a Fiona Maisels e a equipa da Sociedade de Conservação da Vida Selvagem (WCS) da República de Congo forneceram orientação e bons conselhos.



Índice

Lista de acrônimos	2
Agradecimentos	3
Índice	5
Sumário Executivo	8
Parte 1: Relatório Técnico: O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe – Volume I: Revisão Bibliográfica	14
Introdução e Objetivos	15
I. Revisão bibliográfica: o ambiente biofísico no Parque Nacional do Maiombe, e seu estatuto legal	16
I. 1. Informação geral e localização	16
I. 2. Enquadramento legal e político	22
I. 3. Topografia, geologia e solos	24
I. 4. Hidrologia e hidrografia	26
I. 5. Clima	27
I. 6. Caracterização ecológica geral	28
I. 7. Tipos de habitats e vegetação	28
I. 8. Fauna	31
I. 9. Ameaças à biodiversidade	32
I. 10. A gestão do Parque Nacional do Maiombe: situação atual e revisão histórica	37
II. Revisão bibliográfica: as condições sócio-econômicas no Parque Nacional do Maiombe	42
II. 1. Informações gerais	42
II. 2. Contexto geográfico e administrativo	42
II. 3. Demografia	44
II. 4. Autoridades tradicionais	44
II. 5. Grupos étnicos e idiomas	44
II. 6. Revisão geral histórica	45
II. 7. Meios de subsistência das comunidades locais	47
II. 8. Desenvolvimento Económico	48
II. 9. Infraestruturas e serviços	51
II. 10. Potencial e riscos de desenvolvimento de ecoturismo	54
Bibliografia	56
Annex I. Mapas	58
Parte 2: Relatório Técnico: O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque	

Nacional do Maiombe – Volume II: Resultados do Estudo do Campo	59
I. Introdução e Objetivos	60
II. Metodologia	62
III. Resultados	66
III.1. Situação atual do Parque Nacional do Maiombe e sua biodiversidade, integridade dos ecossistemas, usos da terra e ameaças	66
III.2. Características socioeconômicas da população residente no Parque Nacional do Maiombe e nos seus arredores (incluindo referência a aspecto de gênero)	70
III.3. Resultados das consultas com os intervenientes, para o desenvolvimento de um Plano de Gestão para o Parque Nacional do Maiombe	74
IV. Conclusões e Recomendações	82
V. Bibliografia	85
Anexo I. Mapas	86
Anexo II. Fotos	87
Parte 3: Plano de Gestão Inicial para o Parque Nacional do Maiombe, 2019-2028	96
I. Introdução	97
II. Antecedentes	100
II. 1. A visão e os objetivos de gestão do PNM	100
II. 2. O contexto jurídico e administrativo da gestão do PNM	102
II. 3. Descrição e estatuto atual do PNM e lacunas de conhecimento	103
II. 4. A importância do PNM	103
II. 5. Análise de intervenientes	105
II. 6. Ameaças	106
II. 7. Análise de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças	108
III. Plano de Gestão para o PNM	112
III. 1. Ameaça 1: Degradação dos ecossistemas e perda de habitats naturais através de extração madeireira, invasão e práticas de cultivo insustentáveis	112
III. 2. Ameaça 2: A perda de biodiversidade através da caça furtiva e do tráfico ilegal de animais selvagens	114
III. 3. Ameaça 3: Usos da terra e obras de desenvolvimento incompatíveis com os objetivos da conservação	118
III. 4. Ameaça 4: Conflito – Homem – Vida selvagem	120
III. 5. Ameaça 5: Espécies invasoras	120
IV. Planos Subsidiários de Gestão do PNM	121
IV. 1. Plano de Zoneamento de Gestão Proposto para o PNM	121
IV. 2. Plano de Engajamento dos Intervenientes	137

IV. 3. Plano de Gestão de Infra-estruturas e Equipamentos	141
IV. 4. Plano de Fiscalização	144
IV. 5. Plano de Educação e Sensibilização	148
IV. 6. Plano de Comunicação e Visibilidade	151
IV. 7. Plano de Desenvolvimento do Eco-Turismo	153
IV. 8. Plano de Gestão Administrativa	156
IV. 9. Plano de Pesquisa	158
IV. 10. Plano de Financiamento	161
V. Plano de Monitoramento e Avaliação	163
VI. Plano Inicial de Implementação de 2 Anos	168

SUMÁRIO EXECUTIVO

Introdução

O Plano de Gestão proposto com os estudos apresentados neste documento, foram elaborados no âmbito do Projecto *Expansão e Fortalecimento do Sistema de Áreas de Conservação em Angola*, do Ministério do Ambiente de Angola (MINAMB), financiado por FGA - PNUD.

O Plano de Gestão inicial proposto para o Parque Nacional do Maiombe (PNM), apresentado neste documento, fornece a base para iniciar um processo de uma gestão prática e eficaz, acompanhado por um processo contínuo e dinâmico baseado sempre em avaliação e re-planeamento da gestão do parque, à luz da sua visão e objetivos definidas, e da dinâmica das condições ambientais e sociais. O objectivo do Plano de Gestão Inicial é iniciar um processo que permita uma gestão eficaz do Parque Nacional do Maiombe, aumentando simultaneamente a base de conhecimento. Este plano de gestão inicial proposto inclui um plano de monitoramento e avaliação, para permitir a melhoria contínua e dinâmica do planeamento de gestão, com o objetivo geral de melhor atingir a visão e os objetivos definidos do Parque Nacional do Maiombe.

O Plano de gestão está baseado em identificação das ameaças principais sobre a integridade ecológica e social do Parque, e sobre os seus recursos naturais e da biodiversidade; identificação de alvos para mitigar as ameaças e atingir os objetivos do Parque; definição de estratégias para alcançar os alvos definidos; e atribuição de atividades detalhadas, para realizar as estratégias definidas, indicando os intervenientes responsáveis para a implementação de cada atividade.

O Plano de Gestão inicial proposto por esse documento apresenta também 10 Planos Subsidiários para a implementação da gestão do Parque Nacional do Maiombe.

Entre os Planos Subsidiários está incluindo um Plano de Zoneamento de Gestão proposto, detalhado e mapeado, e inclusive uma proposta detalhada e justificada para a expansão dos limites do Parque Nacional do Maiombe, conforme necessário para atingir os seus objetivos definidos.

Este Plano de Gestão inicial inclui um Plano de Implementação para os primeiros 2 anos, com cronograma detalhada, e indicação das partes responsáveis para a realização de cada atividade, e que fornece uma orientação clara para iniciar a implementação do plano de gestão, combinado com um processo contínuo para sua avaliação e melhoria contínua.

Este plano de gestão inicial é baseado em uma base de conhecimento preliminar, incluindo:

- a) Consulta com MINAMB, e revisão da bibliografia e documentação disponíveis existentes sobre o PNM e seus arredores;
- b) Resultados de uma avaliação preliminar de mamíferos de grande e médio porte, bem como de ameaças à biodiversidade, realizada no PNM e submetida ao MINAMB em 2017;

- c) Resultados de um estudo de campo e processo participativo de consulta com comunidades locais, autoridades tradicionais, oficiais do Governo Provincial de Cabinda e outros intervenientes a nível local e Provincial, realizado no PNM e em Cabinda para a elaboração deste plano de gestão em base participativo, integrando os resultados das consultas das partes interessadas.

Os objetivos específicos deste Plano de Gestão inicial são:

- a) Apresentar um Plano de Gestão prático, que serviria de base para iniciar um processo contínuo de planeamento e implementação eficaz da gestão do PNM;
- b) Definir a visão do PNM, e seus objectivos de gestão, no base do processo participativo de consulta realizado;
- c) No base da revisão e estudo dos conhecimentos existentes, identificar lacunas críticas de conhecimento e desenvolver planos de pesquisa e recolha de informação, para complementar essas lacunas;
- d) Identificar as principais ameaças à integridade ecológica e a gestão eficaz do PNM;
- e) Desenvolver estratégias para alcançar os objetivos definidas do PNM e para mitigar as ameaças identificadas;
- f) Identificar alvos práticas e viáveis para implementar as estratégias definidas e desenvolver ações de gestão adequadas para atingir essas alvos;
- g) Desenvolver um plano de monitoramento para avaliar a eficácia das ações de gestão tomadas para atingir as alvos definidas e as estratégias adotadas, bem como para identificar e abordar os desafios da implementação do plano de gestão, a fim de alcançar os objetivos definidos. O plano de monitotamento servirá comom base para adaptação contínua do plano de gestão, em acordo com os resultados da avaliação;
- h) Garantir o engajamento corrente de todos os intervenientes-chave no desenvolvimento, implementação e avaliação contínuos, do plano de gestão, e no processo da tomada de decisões;
- j) Apresentar um Plano de Zoneamento de Gestão proposto para o PNM;
- l) Identificar e apresentar esboços iniciais para o desenvolvimento de planos subsidiários principais;
- m) Apresentar um Plano de Implementação para os primeiros 2 anos da implementação do plano de gestão do PNM, identificando as principais prioridades, para iniciar a atividades chave da implementação do plano de gestão, e indicando as partes responsáveis para a implementação de cada atividade.

Parte 1: Relatório Técnico: O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe – Volume I: Revisão Bibliográfica

Este relatório fornece uma revisão bibliográfica sobre o ambiente bio-físico e as condições socio-econômicas no Parque Nacional do Maiombe.

O objetivo deste relatório é: fornecer informações bibliográficas sobre o Parque Nacional do Maiombe (PNM), que é informação de base necessária para a elaboração do plano de gestão do PNM.

Os objetivos específicos deste relatório são:

- a) Apresentar uma revisão bibliográfica sobre o ambiente bio-físico no Parque Nacional do Maiombe, e seu estatuto legal.
- b) Apresentar uma revisão bibliográfica sobre as condições socio-econômicas no Parque Nacional do Maiombe.

A revisão bibliográfica sobre o ambiente bio-físico no Parque Nacional do Maiombe inclui os seguintes informações:

- a) Informação geral e localização do PNM;
- b) Enquadramento legal e político do PNM;
- c) Topografia, geologia e solos;
- d) Hidrologia e hidrografia;
- e) Clima;
- f) Caracterização ecológica geral;
- g) Tipos de habitats e vegetação;
- h) Fauna;
- i) Ameaças à biodiversidade;
- j) A gestão do Parque Nacional do Maiombe: situação atual e revisão histórica.

A revisão bibliográfica sobre as condições sócio-econômicas no Parque Nacional do Maiombe inclui os seguintes informações:

- a) Informação geral sobre as condições sócio-econômicas no PNM;
- b) O contexto geográfico e administrativo;
- c) Demografia;
- d) As autoridades tradicionais;
- e) Grupos étnicos e idiomas;
- f) Revisão geral histórica;
- g) Meios de subsistência das comunidades locais;
- h) Desenvolvimento Econômico;
- i) Infraestruturas e serviços;
- j) Potencial e riscos de desenvolvimento de ecoturismo.

Parte 2: Relatório Técnico: O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe – Volume II: Resultados do Estudo do Campo

Uma visita de campo foi realizada em Cabinda e no Parque Nacional do Maiombe (PNM), incluindo consultas com funcionários públicos a nível Provincial, Municipal, Comunal e local, autoridades tradicionais, comunidades locais e outros intervenientes locais. Foi realizado um levantamento preliminar sobre a vida selvagem. Foram igualmente recolhidos dados para a elaboração de um Plano de Gestão preliminar para o PNM.

Foram realizados reuniões com as comunidades locais para coletar informações sobre as comunidades que vivem dentro e ao redor do PNM, suas características sócio-econômicas, aspectos tradicionais e culturais, atitudes em relação ao PNM, a biodiversidade, e sua conservação, interesse em se engajar em gestão sustentável de recursos naturais, bem como na conservação da vida selvagem, engajamento existente na caça, extração de madeira e outras ameaças à biodiversidade, criação de gado, e conflitos entre humanos e a vida selvagens no PNM e nos seus arredores. Essas reuniões foram realizadas sobretudo para garantir que a voz das comunidades e suas preocupações, expectativas e prioridades fossem parte essencial no planeamento da gestão do PNM e da subbiodiversidade. Realizaram-se, igualmente, reuniões com funcionários provinciais, municipais e locais, dos vários setores relacionados com o uso e ocupação da terra na área do PNM, e com ONGs provinciais.

Este relatório fornece informações detalhadas sobre o processo de consulta realizado com as comunidades locais e outros intervenientes, dentro do PNM e nos seus arredores, e sobre os seus resultados, relacionados com a elaboração de um Plano de Gestão para o PNM.

Os resultados do levantamento inicial de vida selvagem foram reportados e submetidos no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe, 2017.

O objetivo deste levantamento é: coletar informações básicas sobre - os intervenientes locais, características sócio-econômicas, a biodiversidade, a integridade do ecossistema, ameaças para a biodiversidade, usos da terra, abordagem das comunidades locais e de outros intervenientes sobre o PNM, seus preocupações, desafios, expectativas e prioridades, como relacionados a gestão da terra e dos recursos naturais no PNM, que composta um componente essencial para o planeamento e zoneamento da gestão da PNM.

Os objetivos específicos deste levantamento e relatório técnico são:

- a) Compilar informações básicas sobre a situação atual da biodiversidade do PNM, integridade dos ecossistemas, usos da terra e ameaças, (além das informações relatadas no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe, 2017);
- b) Compilar informações básicas sobre as comunidades locais e outros intervenientes, e seus condições socioeconômicas atuais no PNM;
- c) Reportar sobre os resultados de um processo de consulta realizado com as comunidades e outros intervenientes locais e compilar informações sobre seu abordagem, preocupações, questões, expectativas e prioridades, relacionadas à gestão da terra e dos recursos naturais no PNM, que faz um parte essencial para o planeamento e o zoneamento da gestão da PNM.

O relatório dos resultados dos estudos do campo sobre o meio bio-físico e sócio-econômico no Parque Nacional do Maiombe inclui os seguintes informações:

- a) Análise da situação atual do Parque Nacional do Maiombe e sua biodiversidade, integridade dos ecossistemas, usos da terra e ameaças;
- b) Características socioeconômicas da população residente no Parque Nacional do Maiombe e nos seus arredores (incluindo referência a aspecto de gênero);
- c) Resultados das consultas com os intervenientes, para o desenvolvimento de um Plano de Gestão para o Parque Nacional do Maiombe.

Parte 3: Plano de Gestão Inicial para o Parque Nacional do Maiombe, 2019-2028

O Plano de Gestão inicial proposto para o Parque Nacional do Maiombe, estabelece as bases para iniciar a gestão do PNM durante 10 anos (2019-2028), Este Plano de Gestão inicial dos primeiros 10 anos, é composto pelas seguintes seções:

- a) Antecedentes, incluindo: a visão e os objetivos de gestão do PNM; o contexto legal e administrativo da gestão do PNM; descrição e estado actual do PNM, bem como lacunas de conhecimento; a importância do PNM; análise de intervenientes; análise das ameaças a integridade ecológica do PNM; e uma análise de Forças, análise de Forças, Fraquezas e desafios, Oportunidades e Ameaças (FFOA/SWOT);
- b) Um plano de gestão inicial para o PNM, estabelecendo os alvos, estratégias, e atividades para mitigar as principais ameaças identificadas à integridade do PNM, e para alcançar os seus objetivos definidos;

As ameaças principais definidas são:

1. A degradação dos ecossistemas e perda de habitats naturais através de extração madeireira, invasão e práticas de cultivo insustentáveis;
 2. A perda de biodiversidade através da caça furtiva e do tráfico ilegal de animais selvagens;
 3. Usos da terra e obras de desenvolvimento incompatíveis com os objetivos da conservação;
 4. Conflito – Homem – Vida selvagem;
 5. Espécies invasoras.
- c) Planos Subsidiários de Gestão chaves iniciais, que correspondem com, e servem como, ferramentas-chave para a implementação do plano de gestão, apresentado em uma primeira fase de conceito, a ser mais elaborado com o desenvolvimento corrente do plano de gestão.

Os planos subsidiários apresentados incluem:

1. Plano de Zoneamento de Gestão Proposto para o PNM. O Plano de Zoneamento é detalhado e mapeado, e inclui uma proposta justificada e detalhada de expansão da delimitação da área do PNM, conforme necessário para alcançar os seus

objectivos definidos, bem como referencia ao contexto transfronteiriço da Iniciativa Transfronteiriça do Maiombe.

2. Plano de Engajamento dos Intervenientes
 3. Plano de Gestão de Infra-estruturas e Equipamentos
 4. Plano de Fiscalização
 5. Plano de Educação e Sensibilização
 6. Plano de Comunicação e Visibilidade
 7. Plano de Desenvolvimento do Eco-Turismo
 8. Plano de Gestão Administrativa
 9. Plano de Pesquisa
 10. Plano de Financiamento
- d) Um plano para o monitoramento, avaliação e adaptação contínua do plano de gestão;
- e) Um Plano de Implementação prática para os primeiros 2 anos, com um cronograma detalhado para a primeira fase da implementação, monitoramento, e desenvolvimento corrente, do plano de gestão inicial, incluindo a identificação das partes responsáveis para a implementação de cada atividade.

PARTE 1:

RELATÓRIO TÉCNICO: O MEIO BIOFÍSICO E SOCIOECONÓMICO DO PARQUE NACIONAL DO MAIOMBE VOLUME I: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Introdução e Objetivos

Este relatório fornece uma revisão bibliográfica sobre o ambiente bio-físico e as condições socio-econômicas no Parque Nacional do Maiombe. Esta actividade foi realizada no âmbito do Projecto *Expansão e Fortalecimento do Sistema de Áreas de Conservação em Angola* [1], do Ministério do Ambiente de Angola (MINAMB), financiado por FGA-PNUD.

O objetivo deste relatório é: para fornecer informações bibliográficas sobre o Parque Nacional do Maiombe (PNM), que é informação de base necessária para a elaboração do plano de gestão do PNM.

Os objetivos específicos deste relatório são:

- (a) Apresentar uma revisão bibliográfica sobre o ambiente bio-físico no Parque Nacional do Maiombe.
- (b) Apresentar uma revisão bibliográfica sobre as condições socio-econômicas no Parque Nacional do Maiombe.

I. Revisão bibliográfica: o ambiente biofísico no Parque Nacional do Maiombe, e seu estatuto legal

I.1. Informação geral e localização

O Parque Nacional do Maiombe (PNM) é um dos primeiros três Parques Nacionais declarados pelo Governo da República de Angola após a independência. Foi legalizado em 2011, numa área de 1.930 Km² (193.000 ha), dos 260.000 ha dos ecossistemas da floresta do Maiombe na província de Cabinda, Angola. É compartilhado entre 3 Municípios - abrange toda a área do Município de Belize, a maior parte da área do Município de Buco-Zau, e uma pequena área no Município de Cacongo. [2]

Seus limites a norte e a leste são de Chipemba, ao longo do Rio Inhuca, (S 04° 53' 785" - E 012° 23' 181"), até a fronteira norte e leste com a República do Congo. Para a sul o limite é ao longo do Rio Chiloango (S 04° 56' 960" E 012° 37' 850") até o Suco Kingumbi, na fronteira com a República Democrática do Congo (RDC). Para o oeste, o limite encontra-se a partir de Suco Kingumbi até Ganda Cango, ao longo da estrada principal, via Buco-Zau (S 04° 46' 54" E 12° 32' 694") até o Rio Inhuca. [2]

A sede do Parque do PNM situa-se perto da aldeia Mbuco Mabele, perto do centro urbano de Buco-Zau, no Município de Buco-Zau. É facilmente acessível através da estrada principal de Cabinda. A população dentro do PNM é estimada em 56.000 pessoas. [3]

A maior parte da área do PNM é coberta pela floresta tropical do Maiombe. A floresta do Maiombe, compartilhada entre Angola, República Democrática do Congo, Congo e Gabão, forma a margem mais a sudoeste da floresta tropical da Bacia do Congo e, portanto, também o limite de distribuição mais a sul-ocidental de numerosas espécies de flora e fauna selvagem relacionadas com esses ecossistemas. [4]

O PNM forma o componente angolano da Iniciativa Transfronteiriça do Mayombe (ITM). O ITM foi conceituado em 2000 e formalizado através de um Memorando de Entendimento assinado entre Angola, Congo e RDC em 2009, e com o Gabão em 2013. [4]

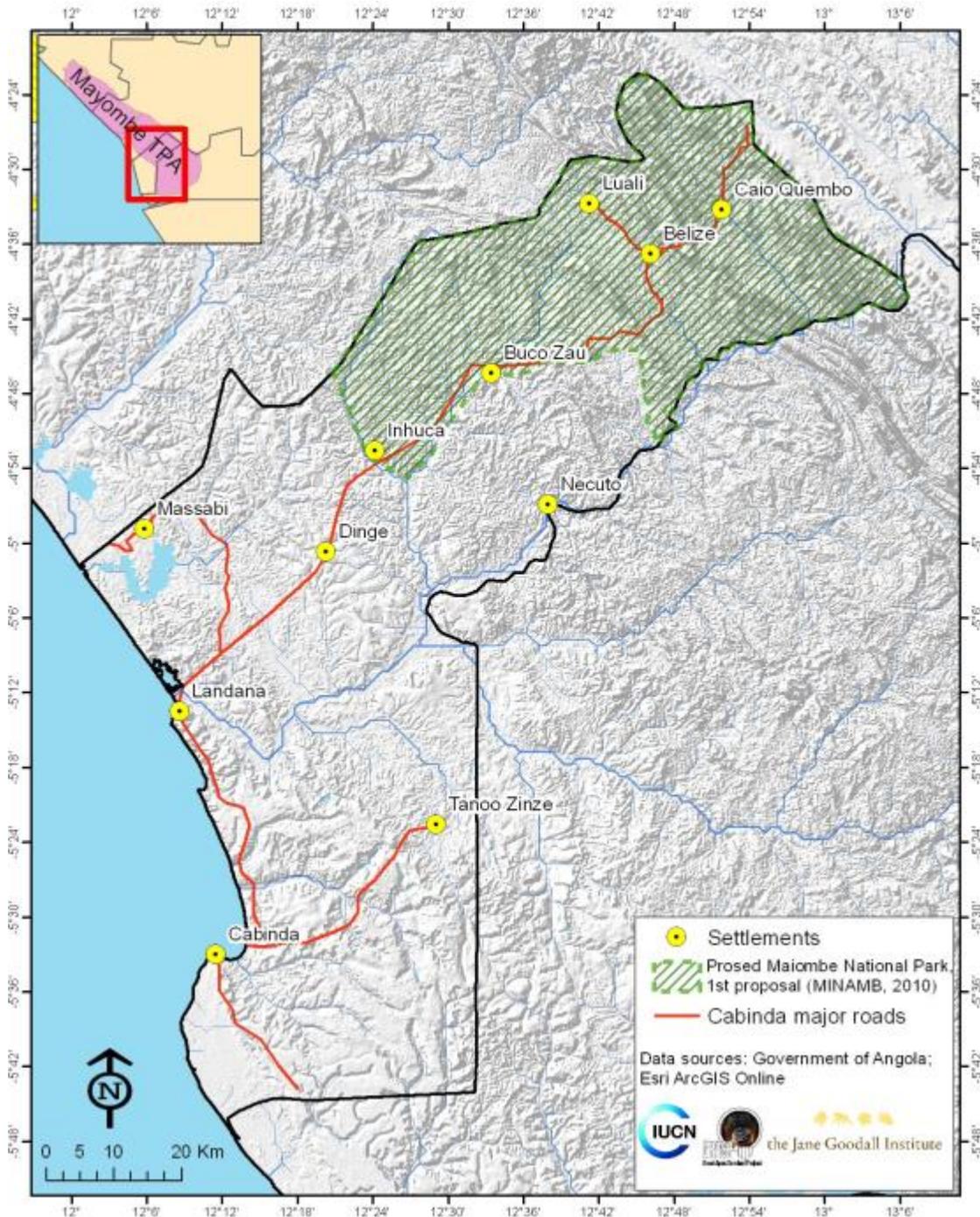
Os objetivos do PNM, conforme definido por lei, são: Proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas, comunidades bióticas, recursos genéticos e espécies; Proteger e manter o estado natural da área afectada ao Parque, conservando as suas características ambientais, o valor científico, estético, histórico, geológico ou arqueológico, do património natural de importância nacional ou internacional; Conservar a fauna selvagem, a vegetação espontânea e os demais componentes ambientais de forma a garantir a possibilidade de conhecer e usufruir de exemplares representativos de ecossistemas, de comunidades bióticas e da diversidade biológica em geral; Promover o desenvolvimento do turismo ecológico nas áreas afectadas ao Parque, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população residente e periférica; Preservar as espécies animais e vegetais, e seus respectivos habitats naturais, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção; Reconstruir e/ou recuperar as populações animais e vegetais e seus habitats; Proteger ou recuperar os habitats da fauna migratória;

Proporcionar oportunidades para a investigação científica e educação ambiental do público em geral. [2]

A informação sobre o estado actual do PNM, recolhida através deste projecto, é fornecida no *Relatório Técnico: O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe, Volume II: Resultados do Estudo de Campo no Parque Nacional do Maiombe*. Informação adicional encontra-se no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe. [5]

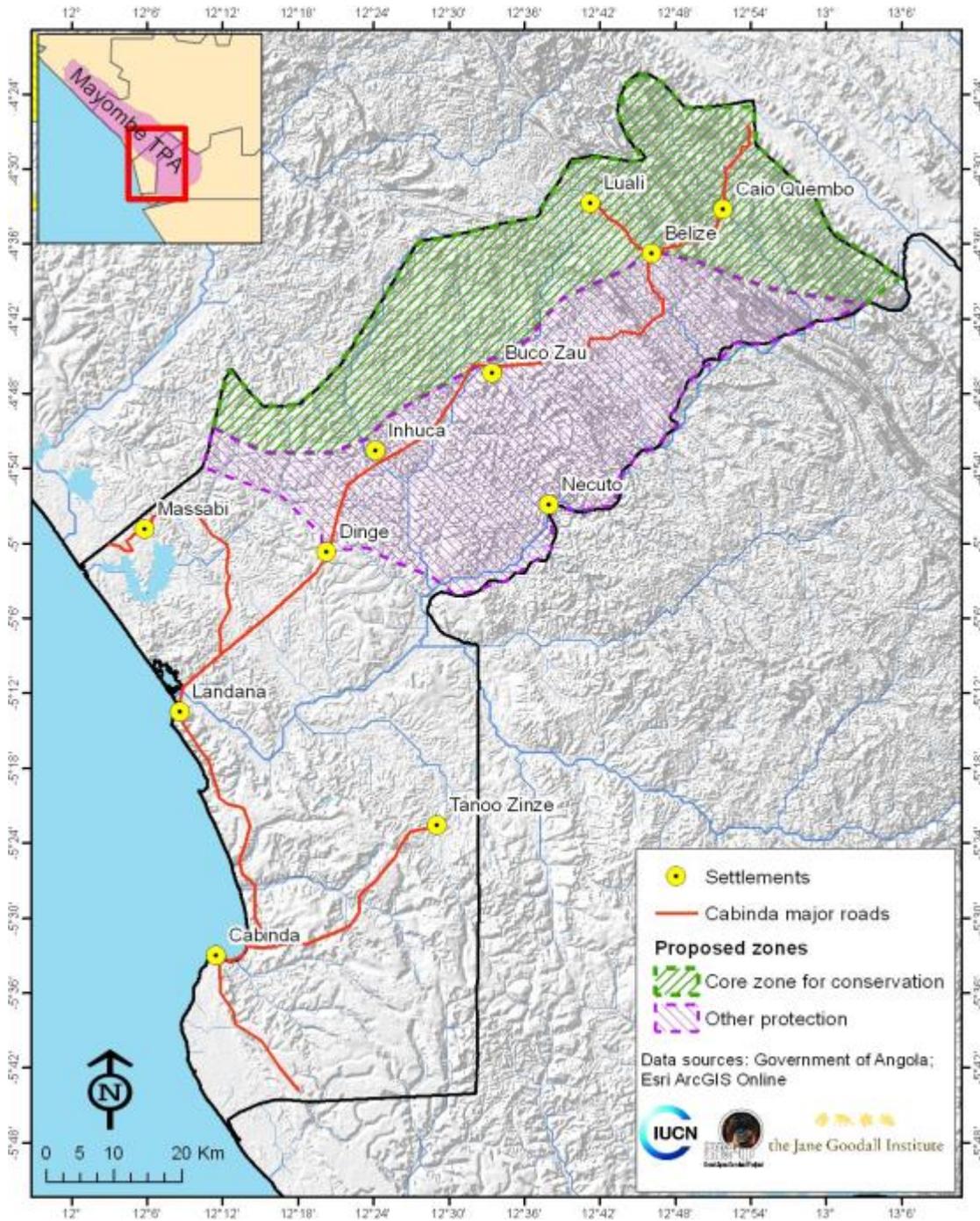
Mapa 1: Os limites do Parque Nacional do Maiombe (Fonte: Ron, T. 2011, Mapa: JGI)

Veja mais detalhes na proposta do zoneamento (Produto 3)



Mapa 1a: A área da floresta do Maiombe na província de Cabinda, Angola e a extensão proposta do PNM (Fonte: Ron, T. 2011, Mapa: JGI)

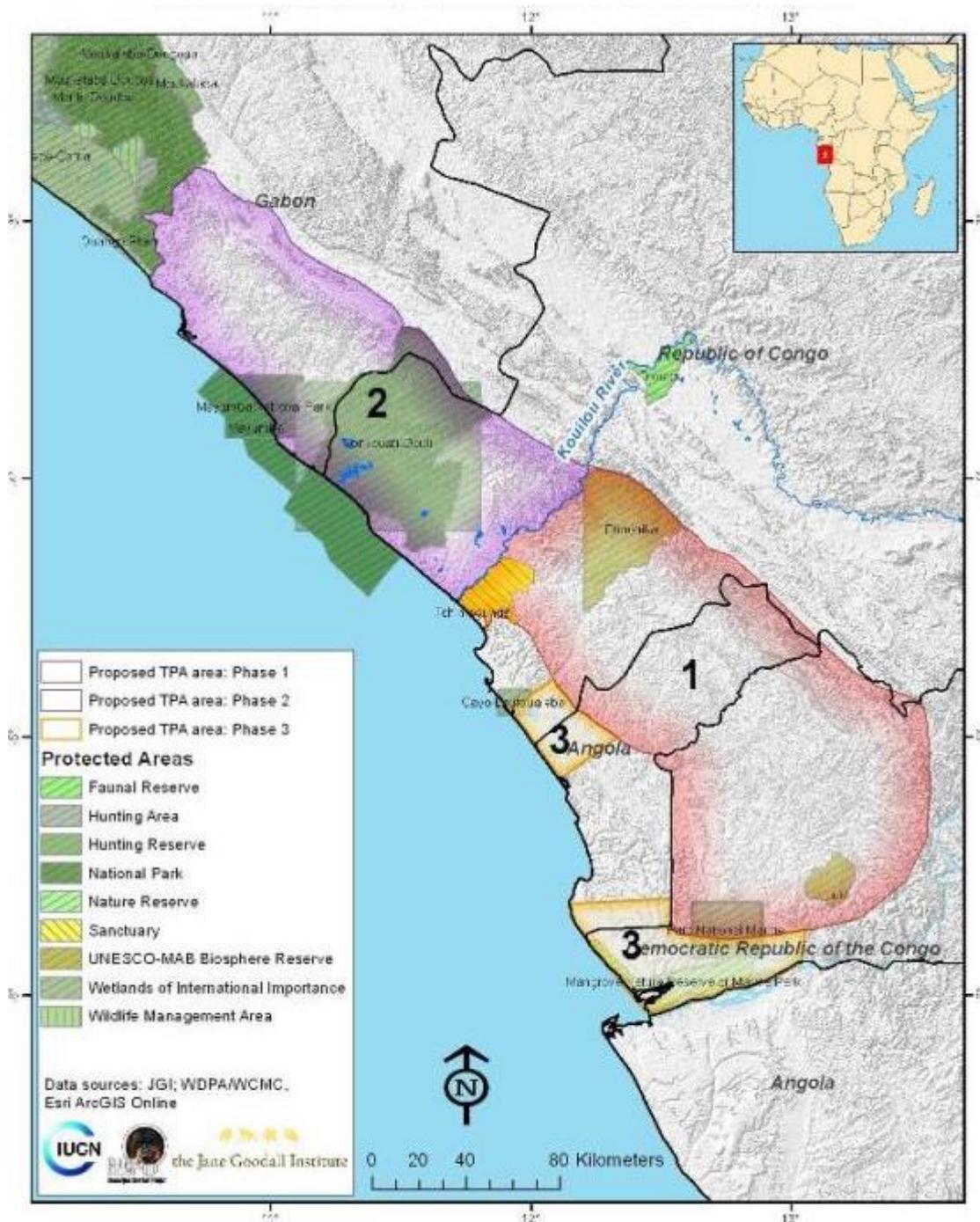
Veja mais detalhes na proposta do zoneamento (Produto 3)



Mapa 1b, 1c, 1d: A área designada por lei, e a área proposta para o PNM (anexados separadamente)

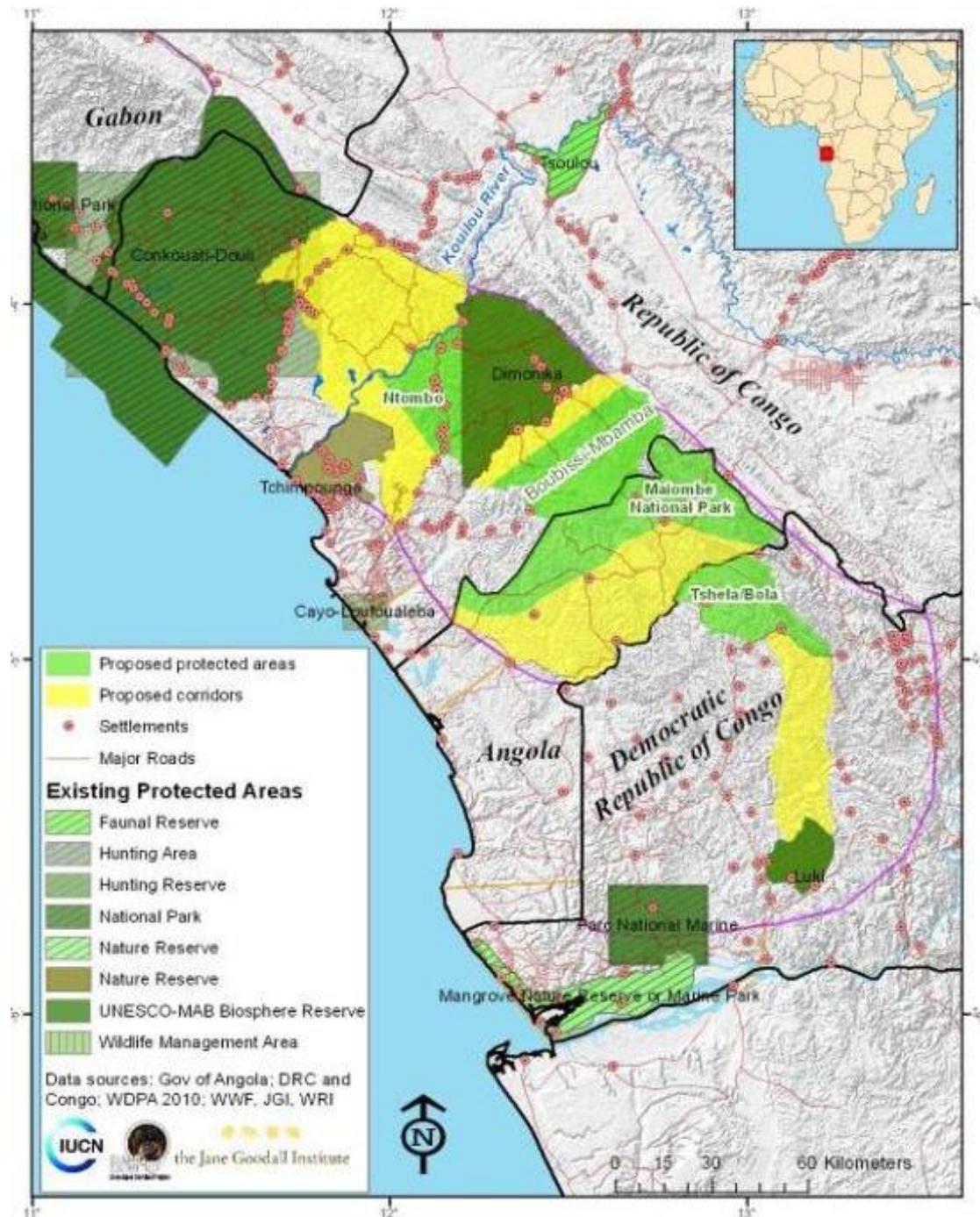
Mapa 2: A Iniciativa Transfronteiriça do Mayombe (Fonte: Ron, T. 2011, Mapa: JGI)

Veja mais detalhes na proposta do zoneamento (Produto 3)



Mapa 2a: Áreas Protegidas e corredores existentes e propostas na área da Iniciativa Transfronteiriça do Mayombe (Fonte: Ron, T. 2011, Mapa: JGI)

Veja mais detalhes na proposta do zoneamento (Produto 3)



I. 2. Enquadramento legal e político

A designação do Parque Nacional do Maiombe

O Parque Nacional do Maiombe era formalizado por lei ao 29 de Dezembro de 2011, numa área de 1.930 Km² (193.000 ha) , através do Decreto Lei nº 38/11, que estabelecia os Parques Nacionais de Luengue-Luiana, Mavinga e Maiombe. [2]

Antes da designação do Parque Nacional do Maiombe, uma pequena parte da floresta do Maiombe, ao norte de Buco-Zau, era designada em 1930, numa área de 65.000 ha (650 km²), por Reserva Florestal de Cacong, com o objetivo de regular exploração madeireira sustentável nesta área. Em 1962, o tamanho dessa área foi reduzido para menos da metade. No mesmo ano, uma segunda Reserva Florestal (Alto Maiombe) foi designada, mas foi cancelada em 1963. Duas outras pequenas reservas florestais foram declaradas em 1949, com o mesmo objetivo e sem limites claramente indicados. Nenhuma dessas áreas é protegida na prática. [4]

Quadro jurídico e político nacional

Durante o tempo colonial Português, a gestão das Áreas Protegidas em Angola estava sob a responsabilidade dos Serviços de Veterinária. Após a independência, em 1975, essa responsabilidade foi transferida para a Direção Nacional da Conservação e para o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) , no Ministério da Agricultura.

Em 1998, a responsabilidade sobre todas as Áreas de Conservação foi legalmente transferida para o Ministério do Ambiente, por meio da Lei de Bases do Ambiente - Lei nº 5/98 de 19 de Junho, 1998. [6]

Em 2000, o Ministério do Ambiente foi substituído pelo Ministério das Pesca e Ambiente, e em 2002, pelo Ministério do Urbanismo e Ambiente. Em 2012, foi novamente definido como um ministério separado - o Ministério do Ambiente (MINAMB). A transferência de responsabilidades sobre as Áreas de Conservação do Ministério da Agricultura (então Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, e agora Ministério da Agricultura e Florestas), foi concluída somente após o estabelecimento do MINAMB, com várias sobreposições ainda pendentes.

O Parque Nacional de Maiombe foi designado em 2011, sob a responsabilidade do Ministério do Ambiente, com a Direção Nacional da Biodiversidade (DNB), responsável pela formação de políticas, e o Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação (INBAC), responsável pela implementação de políticas de conservação, e pela gestão das Áreas de Conservação em Angola.

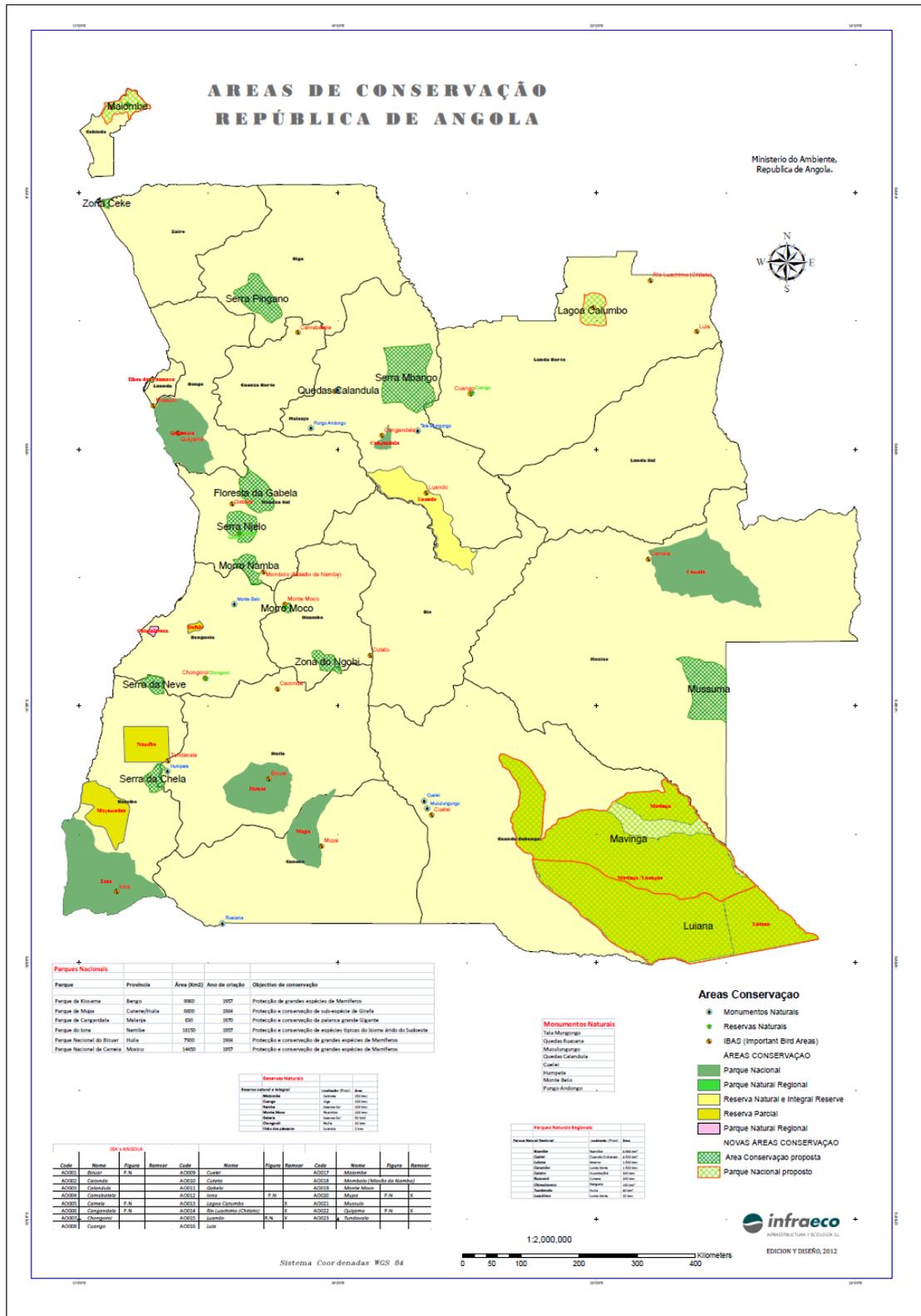
O principal documento de política orientando a criação de uma rede nacional de Áreas de Conservação, e todos os aspectos da criação de capacidade nacional para a sua gestão eficaz, é o Plano Estratégico da Rede Nacional de Áreas de Conservação, PLERNACA [7]. Outras políticas relacionadas são detalhadas na Estratégia Nacional e Plano de Ação para Biodiversidade [8].

Após a designação das 3 primeiras Áreas de Conservação desde a independência, em 2011, incluindo o Parque Nacional do Maiombe, a cobertura das Áreas Protegidas do território de Angola aumentou de 6,6% para cerca de 13%.

A Estratégia Nacional e Plano de Ação para Biodiversidade (Estudo Temático 3) fornece uma lista exaustiva da legislação nacional relacionada à conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais, atualizada para 2005. Este estudo também lista as convenções internacionais relevantes às quais Angola aderiu, incluindo as 3 Convenções do Rio. Em 2013, Angola também se juntou a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da fauna e da flora selvagens ameaçadas.

Atualmente, grande parte das legislações nacionais referentes à conservação da biodiversidade, proteção e gestão das Áreas de Conservação, gestão sustentável dos recursos naturais, o combate dos crimes sobre a vida selvagem, estatuto legal dos Parques, estatuto legal e carera do fiscal, entre outros, estão sendo revisadas.

Mapa 3: Áreas de Conservação existentes e planeados de Angola (Fonte: Infraeco)



A província de Cabinda é composta por uma variedade de paisagens com uma altitude que varia desde o nível do mar, ao longo da zona costeira até 839m na cadeia montanhosa dos ecossistemas Maiombe, no Município de Belize. A província é composta pelos seguintes 5 principais unidades de paisagem [9]:

- a) A zona costeira: com exceção de algumas falésias, a zona costeira é uniformemente baixa, composta por planícies aluviais e pântanos. A largura das planícies de aluvião do Chiloango está variando entre 50m e 2Km e mais. Nas áreas mais amplas, as planícies aluviais incluem extensos sistemas de pântanos;
- b) Os pântanos costeiros, os mangais e o Lago Massabi: são áreas costeiras de baixa altitude, com água salobra formada pela mistura da água dos lagos com a água do mar;
- c) A zona central do Maiombe: uma zona de transição entre a planície costeira e o maciço montanhoso, com baixa a moderada altitude, normalmente entre 100m e 300m;
- d) O maciço do Maiombe: a zona central do Maiombe, composta de uma série de colinas baixas, prolonga-se em paralelo com a zona costeira, de Gabão até ao norte da RDC, via Cabinda. No ponto mais alto, na República do Congo, atingem a altura de 930m. Em Cabinda a altura do maciço do Maiombe varia entre 600m e 700m;
- e) Uma zona rochosa a leste do maciço do Maiombe, levando ao planalto de savana no interior .

A geomorfologia da província de Cabinda é marcada por duas zonas distintas - a zona costeira e os ecossistemas montanhosos de Maiombe no interior.

A geologia da planície costeira é caracterizada pela sistema da Bacia do Congo de rochas sedimentares do Cretáceo e Quaternário subjacentes. Os lagos ao longo do rio Chiloango e o Lago Massabi são sublinhados por recentes depósitos aluviais na planície aluvial e depósitos. Para a leste da zona costeira, na zona central do Maiombe, existem rochas plutônicas da era Paleoproterozóica. Para o nordeste existem rochas da era do Neoproterozóico. Cabinda é sismicamente estável e não contém solos nem zonas geológicas com uma definição de alto risco . Cabinda é rica em minerais, principalmente hidrocarbonetos, principalmente na zona costeira e offshore, e no maciço do Maiombe, ouro aluvial, rochas metamórficas de granito e quartzo, depósitos de fosfatos sedimentares e asfalto.

Os solos de Cabinda são antigos e bem desenvolvidos, com solo jovem numa área limitada abaixo das encostas. Os solos em Cabinda são geralmente arenosos. Tem quatro principais tipos de solo em Cabinda:

- a) Acrisolos: solos ácidos com baixa capacidade de troca de cátions. Eles são ricos em argila e estão associados as climas tropicais úmidos que normalmente sustentam as áreas florestais. Sua fertilidade é baixa e, em alguns contextos, os níveis tóxicos de alumínio podem constituir limitações ao seu uso agrícola. Os nutrientes tendem a não ser retidos nestes solos e, portanto, podem ser cultivados durante não mais que 2-3 anos consecutivos, após a vegetação natural ser retirada.

b) Arenosolos: solos com textura arenosa e perfil subdesenvolvido. Estes solos são altamente degradada areia, desenvolvido na era Plio-Plistocene e caracterizam-se por uma uniformidade mineralógica ao longo dos diferentes profundidades, excessiva permeabilidade, e um baixo teor de nutrientes.

c) Nitrosolos: são solos bem drenados, normalmente encontrados sob vegetação de savana. São solos estáveis fortemente degradados com propriedades físicas muito mais favoráveis do que outros solos tropicais vermelhos.

d) Solos dos planícies inundadas: florestas de galeria e pântano ocorrem em solos de planícies inundadas, onde as águas subterrâneas ficam próximas à superfície durante todo o ano, sem drenagem. Solos aluviais ao longo das praias do estuário do rio são mais ricos em minerais e compostos orgânicos e são mais férteis.

Em geral, os solos de Cabinda apresentam um índice de erosão relativamente baixo. No entanto, eles podem estar em grande risco de erosão, uma vez expostos pela corte da vegetação. A vasta prática de cultivo de corte e queima (slash and burn), e os impactos de obras de desenvolvimento insustentáveis, inclusive a construção de vias sem consideração dos impactos ambiental, resultaram de fato, em notável erosão do solo e na criação de ravinas profundas.

Mapa 4: Topografia e elevação (anexado separadamente)

Mapa 5: Geologia (anexado separadamente)

Mapa 6: Solos (anexado separadamente)

I. 4. Hidrologia e hidrografia

A província de Cabinda é excepcionalmente rica em recursos hídricos, com numerosos rios, lagos, riachos e lagoas. É composto por 4 bacias hidrográficas - Chiloango, Lubinda, Lulondo e Lucola.

A mais proeminente bacia do rio na província e no parque, é o Chiloango e seus afluentes. Os principais afluentes do Chiloango nos ecossistemas Maiombe são os rios Luali, Loango e Lombe.

Os ricos recursos hidrológicos do Parque Nacional do Maiombe são pouco utilizados atualmente, mas, por outro lado, estão sujeitos à poluição. Seu grande potencial precisa ser explorado, enquanto medidas de proteção são essenciais. A superfície da água em Cabinda está próxima da camada superior do solo. Assim, os furos podem ser escavados manualmente. [9]

A província de Cabinda tem uma grande bacia hidrográfica representada pelo sistema fluvial transfronteiriço do Chiloango e numerosas bacias fluviais pequenas. Os cursos de

água em Cabinda, na sua maioria, são permanentes. As seguintes cinco bacias hidrográficas são as mais proeminentes em Cabinda: [10]

- a) O sistema do Rio Chiloango: O principal rio, que engloba a maior parte da área central de Cabinda, onde é alimentado por numerosos pequenos cursos de água. O sistema é maduro e caracterizado por meandros largos em uma vasta planície aluvial. O curso do rio inclui numerosos lagos e áreas pantanosas;
- b) Nordeste para o Chiloango: existem muitas pequenas bacias hidrográficas na floresta, com encostas íngremes. As sub-bacias são caracterizadas por um rio principal que é alimentado por numerosos riachos profundamente arraigados;
- c) Na área de Dinge: a bacia é menor e com declives baixos a moderados, dentro da área de floresta densa;
- d) A bacia hidrográfica do Lago Massabi é uma pequena bacia, no noroeste da província, alimentando o Lago Massabi .
- e) As bacias hidrográficas no sul: são bacias curtas e retas que fluem para o mar. A maioria deles está atravessando a área urbana de Cabinda.

Mapa 7: Hidrografia (anexado separadamente)

I. 5. Clima

O clima na província de Cabinda é tropical úmido, caracterizado por altas temperaturas e altos níveis de chuva. A estação chuvosa se estende por 8 meses, de Outubro a Maio.

Há duas estações marcadas - a estação chuvosa, durante 6 meses na zona costeira, e 7 meses na floresta do Maiombe, a partir de meados de Outubro e até a meados de Maio, e a estação seca no resto do ano.

As temperaturas médias anuais variam entre 18°C e 31°C, com 18°C - 23°C na extremidade inferior, e 25°C - 31°C na extremidade superior. As temperaturas mensais variam entre 18°C e 31°C, com as maiores temperaturas medidas entre Janeiro e Abril e as menores entre Junho e Agosto.

A precipitação média anual na Província de Cabinda é de 850 - 900mm. A precipitação média mensal, durante a estação chuvosa, varia entre 100mm e 171mm de Novembro a Abril. Há um gradiente de precipitação bastante pronunciado entre a zona costeira e a floresta.

Na floresta do Maiombe, a precipitação média anual é de cerca de 1.200 mm, com a média local chegando a 1.800 - 1.900mm na cadeia montanhosa mais alta. A névoa ocorre frequentemente na floresta, e resulta em umidade da floresta tropical durante todo o ano.

A umidade relativa do ar na província de Cabinda é alta durante todo o ano, e varia entre 78% e 84% (com os valores mais altos durante a estação chuvosa). Na floresta do Maiombe a umidade média do ar está entre 80% e 90%.

Os ventos são muito fracos, com uma média de 8 - 12 km/hora, numa velocidade máxima anual do vento geralmente na ordem dos 30 - 35 km/hora, e dominado por ventos da direção do sul e do sudoeste.

Horas de luz solar na floresta do Maiombe variam de 5 entre Fevereiro e Abril para tão pouco quanto 3 entre Setembro e Novembro. Existem áreas dentro da floresta sob 100% de cobertura de folhas, e que não são expostos a luz solar. [9]

Mapa 8: Temperaturas médias (anexado separadamente)

Mapa 9: Precipitação média (anexado separadamente)

I. 6. Caracterização ecológica geral

A área do PNM está inteiramente dentro do Bioma Guineo-Congoliano. A floresta do Maiombe, uma parte relativamente seca do centro de endemismo Guineo-Congoliano (especificamente, da Baixa Guiné - a parte centro-ocidental do centro do endemismo), compartilhada entre Angola, RDC, Congo e Gabão, constitui a margem sul-ocidental da floresta tropical na África Ocidental e Central .

O Bioma Guineo-Congoliano cobre áreas adicionais do norte de Angola, mas nenhuma que esteja representada no estado atual das Áreas de Conservação.

O ecossistema de mosaico florestal-savana ocidental congoliano na África Central é caracterizado por uma mistura de florestas úmidas e secas, savana e pradarias e cobre aproximadamente 413.500Km²

A floresta do Maiombe é uma densa floresta húmida, situada no maciço de 400m -930m, cobrindo cerca de 10.000Km² ao longo de uma estreita faixa paralela à costa atlântica, do sudoeste do Gabão à região sul da RDC. A floresta do Maiombe alto é cercada por um mosaico de floresta tropical de terras baixas, bosques e anharas. A área total dos ecossistemas do Maiombe é de cerca de 36.000Km². A floresta do Maiombe em Cabinda ocupa uma área de cerca de 2.500Km².

A área da floresta do Maiombe engloba duas ecoregiões designadas pelo Fundo Mundial para a Vida Selvagem, WWF: a ecoregião da Floresta Costeira Equatorial Atlântica e o ecossistema de mosaico floresta-savana Congoliano Ocidental. A região do Maiombe em particular, é definido por um Centro de Diversidade Vegetal pelo WWF, com 1.100 espécies de plantas. A floresta do Maiombe sobrepõe-se, em grande medida, a uma das Áreas Selvagens de Biodiversidade Elevada, conforme definido pela organização internacional Conservation International. A mesma área corresponde na sua maior parte com à ecoregião costeira equatorial do Atlântico, designada pela WWF. [4], [8], [9], [10], [11], [12].

I. 7. Tipos de habitats e vegetação

Os ecossistemas do Maiombe são compostos por 3 tipos principais de habitat:

- a) O Alto Maiombe, com altitude variando de 350 - 600m, marcado com alta precipitação e neblina. Este tipo de habitat está presente nos Municípios de Belize e Buco Zau, e o melhor representado na área designada do PNM;
- b) O Baixo Maiombe, com alcance de altitude de 100 - 350m. Este tipo de habitat é muito importante para as espécies emblemáticas - gorila da planícies ocidental, chimpanzé central, e elefante da floresta (os elefantes da floresta dificilmente estão presentes nas áreas mais altas). Este tipo de habitat está presente nos Municípios de Buco Zau e Cacongo, mas sub-representado na área designada do PNM;
- c) Mosaicos de florestas e savanas, em baixas altitudes, variam do nível do mar a 100m. Este tipo de habitat está presente principalmente nos Municípios de Cacongo e Cabinda e é rico em planícies inundadas e lagos, incluindo o Lago Massabi no norte. Não está representado na área designada do PNM.

A vegetação da província de Cabinda é composta por quatro tipos principais: a densa floresta húmida da floresta do Alto Maiombe; a floresta do Baixo Maiombe que é composta de um mosaico de floresta semi-decídua de folhas largas e savanas; a savana arenosa; e as florestas costeiras dos mangais.

A actual área designada do PNM é coberta quase apenas pela floresta do denso Alto Maiombe, enquanto a maior parte da área do Baixo Maiombe, nos municípios de Buco-Zau e Cacongo, a sul e a oeste da área do Alto Maiombe, foi deixada de fora do PNM, apesar de sua importância significativa para biodiversidade.

A área da floresta do Maiombe, que se sobrepõe à área montanhosa da Baixa Guiné, a parte centro-oeste do centro de endemismo Guineo-Congoliano, é considerada parte de uma área de refúgio do Pleistoceno, como evidenciado em dados botânicos. A área montanhosa da Baixa Guiné é considerada de valor de conservação pelo seu endemismo de plantas. A flora costeira também é rica em endemismo de plantas.

A floresta do Maiombe é uma floresta tropical de vários níveis e camadas, variando a partir da camada dominante de altas árvores perenes (40 - 60m), com dossel estreito, dominado por árvores dos gêneros *Gillettodendron*, *Librevillea*, *Tetraberlinia* e *Julbernardia*; depois as camadas de árvores menores e arbustos com plantas de escalada; até uma camada de vegetação rasteira de plantas herbáceas e epífitas (como orquídeas, samambaias e briófitas) e junças de folhas largas.

A floresta do Baixo Maiombe é dominada por árvores menores sempre-verdes e árvores semi-decídua (30 - 50m), com uma camada mais rica de grama do chão da floresta.

A maior parte da área da florestal do Maiombe, tem sido utilizada em algum momento, durante os último dois séculos, e é, portanto, composta por várias fases de sucessão de floresta secundária, até a floresta primária do clímax, em pequenas manchas remanescentes. A floresta secundária é caracterizada por árvores de menor dossel, dominado por gêneros como *Oxystigma*, *Gossweileriodendron*, *Terminalia*, *Musanga* e *Pentaclethra*, e vegetação mais rica do chão da floresta.

As florestas da galeria ao longo dos principais rios são altas e densas e consistem principalmente espécies Guineo-Congoliana do alto Maiombe, formando um mosaico com

vales aluviais, enquanto sua composição específica de espécies é determinada pelos regimes de inundação. Este tipo de floresta mista é conhecido localmente como "muxito" e é caracterizado por presença de *Anthocleista vogelii*, *aporrhiza nitida*, *Carapa procera*, *Mitragyna ciliata*, *Nauclea pobeguinii*, *Oxystigma Buchholzii*, *Pandanus candelabrum*, *Parinari congensis*, *Phoenix reclinata*, *Raphia Gossweileri*, *Spondianthus preussii*, *Symphonia globulifera*, *Uapaca guineensis*, *ventago Africano*, *Voacanga Thamesii*, *Wildemaniodoxa (Chrysophyllum) laurentii* e *Xylopia rubescens*, acompanhado por videiras como *Chaetocarpus africanus*, *Eremospatha cabrae*, *Tenninalia gossweileri* e *tetrapleura tetraptera*. O muxito, sendo uma floresta secundária, é frequentemente caracterizado pela presença de espécies como *Annona senegalensis*, *Canarium schweinfurthii*, *Chlorophora excelsa*, *Ceiba pentandra*, *Elaeis guineensis*, *Musanga cecropioides*, *Raphia textilis* e *xilopia aethiopica*. O sub-bosque é dominado por ervas como o *Srcophrynium sp. (Marantaceae)*, *Lycopodium cernuum* e várias plantas de escalada e pteridófitas (samambaias).

Durante 1920 - 1970, uma grande parte da floresta do Maiombe em Cabinda estava sujeita a uma exploração madeireira extensiva. Além disso, partes da vegetação original da floresta do Maiombe foram substituídas, antes da independência, por plantações de café (*Coffea robusta*), mas a maioria dessas áreas foi recolonizada pela vegetação indígena. O alto nível de degradação florestal ocorre agora principalmente nas proximidades das aldeias e estradas principais, como resultado da prática de cultivo de derrubada e queimada, ou seja, de corte e queima.

As áreas florestais desmatadas na floresta do Maiombe normalmente recolonizam-se novamente rapidamente, criando padrões bastante complexos, estendendo-se das áreas cultivadas desmatadas para a floresta. Normalmente, as áreas impactadas pelo cultivo formam quatro faixas distintas. O cinturão mais antigo é um mosaico de plantações muito antigas e mais ou menos abandonadas de bananeiras e palmeiras; cercado por floresta derrubada que é extensivamente invadida pela espécie invasora alienígena *Chromolaena odorata*, e alguns pequenos novos campos cultivados (cerca de 400 a 600 m²) de mandioca, milho e amendoim, em manchas recentemente derrubadas e queimadas. Estas lavras são normalmente abandonados após 1 - 3 anos. O próximo cinturão é normalmente caracterizado pela predominância de *C. odorata*, entrelaçado com palmeiras velhos, algumas lavras cultivadas e algumas árvores de floresta espalhadas mais velhas - principalmente árvores *Irvingiaceae* com madeira muito dura. O terceiro cinturão, dominado em grande parte por *C. odorata*, consiste de um mosaico de espécies colonizadoras em diferentes fases de sucessão, com plantações de banana, alguns grandes campos cultivados de mandioca (abandonados após 1 - 2 anos) e com pequenas manchas de floresta secundária mais antiga. A quarta e última faixa forma uma zona de transição progressiva com novas plantações de banana e campos expandindo para a floresta. [4], [8], [9], [10], [11], [13].

Mapa 10: Tipos de habitats e vegetação (anexado separadamente)

I. 8. Fauna

A diversidade da fauna na floresta do Maiombe está relacionada com o centro de endemismo Guineo-Congoliano e é incrivelmente rica, desde insetos e outros invertebrados até peixes de água doce, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Por exemplo, 386 espécies de borboletas foram identificadas no componente Mayombe do Congo, de 832 espécies identificadas em todo o país. 25 Espécies de répteis, 39 espécies de anfíbios e 56 espécies de peixes de água doce foram registradas apenas no componente Congo da floresta Mayombe. [4], [11], [13].

Avifauna na floresta do Maiombe é particularmente rica. Por exemplo, 425 espécies de aves em 70 famílias foram registradas apenas no componente Congo da floresta de Mayombe, 163 dessas espécies são endêmicas do centro de endemismo Guineo-Congoliano. A organização internacional BirdLife International identificou quatro Áreas Importantes de Aves na área transfronteiriça do Mayombe: Conkouati (288 espécies de aves registadas), Dimonika (275), Luki (sem dados) e Maiombe em Cabinda (sem dados). Uma quinta Área Importante de Aves, a Bacia do Baixo Kouilou no Congo (378 espécies), cobre áreas baixas fora das montanhas ao sul de Conkouati e a oeste de Dimonika. A variedade de espécies de aves na floresta do Maiombe inclui várias águias, falcões, corujas, *Bucerotidae*, *Nectariniidae*, *Pycnonotidae*, *Ploceidae*, *Psittaculidae*, *Agelastes niger*, *Corynthus cristata*, entre outras espécies, algumas das quais são endêmicas e algumas listadas na lista vermelha da UICN como ameaçadas de extinção, mas muitas são insuficientemente conhecidas. O papagaio cinzento Africano (*Psittacus erithacus*) é um espécie de preocupação especial de conservação, sujeito de caça furtiva, e desde 2017 definido no Anexo I da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da fauna e da flora selvagens ameaçados. [4], [13], [14], [15].

A floresta do Maiombe em Cabinda é uma das poucas localidades registados em Angola para a *Accipiter tachiro toussenelii* e *Anthreptes fraseri* e vários dos *Pycnonotidae* pequenos da floresta (*Calyptocichla Serina*, *Ixonotus guttatus*, *Phyllastrephus icterinus*, *Criniger calurus*, *C. chloronotus* e *C. ndussumensis*) e o *Gymnobucco peli* e *Buccanodon duchaillui* são conhecidos da área geral (Pinto, 1972). Outras espécies pouco conhecidas que foram registadas na região incluem *Hieraaetus ayresii*, *Agelastes niger*, *Poicephalus gulielmi*, *Agapornis pullaria*, *Centropus monachus*, *Nectarinia bouvieri*, *Ploceus pelzelni*, *Pyrenestes ostrinus* e *Clytospiza monteiri* [15].

A floresta abriga espécies de mamíferos de notável interesse global, como o chimpanzé central (*Pan troglodytes troglodytes*) e o gorila da planície ocidental (*Gorilla gorilla gorilla*), bem como o elefante da floresta (*Loxodonta cyclotis*). Os mandrils (*Mandrillus sphinx*) são encontrados apenas na parte norte da área da floresta do Maiombe e o limite sudoeste conhecido de sua distribuição está dentro do PN de Conkouati-Douli em Congo. O pangolim gigante (*Manis gigantea*) é muito raro enquanto o pangolim da floresta (*Manis tricuspis*) é mais comum. Os dois espécies são sujeitos à caça furtiva. Os pangolins são os espécies mais traficados e mais ameaçados pelo comércio ilegal de vida selvagem, a nível mundial. O manatim Africano (*Trichechus senegalensis*) foi reportado no rio Zaire e seus grandes afluentes, no Rio Chiloango, e nos grandes rios e lagoas no componentes da área

de Maiombe de Congo e de Gabão. 53 espécies de grandes mamíferos foram registrados no componente da floresta do Maiombe em Congo.

Entre as espécies mamíferos de grande e de médio tamanho reportados na área da floresta do Maiombe em Cabinda existem, a pacaça (*Syncerus caffer nanus*), várias espécies de macacos (*Cercopithecus cephus*, *C. nictitans*); nas planícies também *Chlorocebus cynosures*; no Congo existem também *C. neglectus*, *C. pongonias*, e *Cercocebus torquatus*; os pottos *Perodicticus potto* e *Arctocebus calabarensis*, várias espécies de galago (*Galago alleni*, *Euoticus elegantulus*, *Galagoides demidovi*); várias espécies de pequenas cefalofos e bambi (*Cephalophus sylvicultor*, *C. dorsalis*, *C. nigrifrons*, *C. monticola*, *C. leucogaste*, *Sylvicapra grimmia*), Water chevrotain (*Hyemoschus aquaticus*), Sitatunga (*Tragelaphus spekei gratus*), Golungo (*T. Scriptus*); javali (*Potamochoerus porcus*) e porco bravo (*Hylochoerus meinertzhageni*); entre os carnívoros, no passado (no início dos anos 2000) foi reportado o leopardo (*Panthera pardus*); existem vários mangustos (*Galerella sanguinea*, *Herpestes naso*, *Atilax paludinosus*), lontras (*Lutra maculicollis*, *Anonyx congica*), civetas (*Civettictis civetta*, *Nandinia binotata*), genetas (*Genetta spp.*), gato bravo (*Felis silvestris*) e gato dourado (*Profelis aurata*). Entre os pequenos mamíferos há esquilos voadores (*Anomalurus derbianus*, *A. beecrofti*, *A. peli*, *Idiurus marcotis*), vários esquilos da floresta, porcos-espinhos (*Atherurus africanus*), ratos-de-cana (*Thryonomys gregorianus*), pelo menos 18 espécies de Myomorpha e pelo menos 14 espécies de morcegos [4], [5], [11], [13].

Crawford-Cabral, registrou as seguintes espécies de mamíferos no componente de Angola do Maiombe floresta, antes da independência: *Loxodonta cyclotis*, *Potamochoerus porcus*, *Hyemoschus aquaticus*, *Syncerus caffer nanus*, *Tragelaphus scriptus*, *Tragelaphus spekei*, *Cephalophus dorsalis*, *Cephalophus dorsalis*, *Cephalophus sylvicultor*, e *Cephalophus monticola* [16].

A floresta do Maiombe, incluindo a sua componente angolana, na província de Cabinda, alberga várias espécies emblemáticas, destacando-se o chimpanzé central (*Pan troglodytes troglodytes*), o gorila da planície ocidental (*Gorilla gorilla gorilla*) e o elefante da floresta (*Loxodonta cyclotis*). O Plano de Acção Regional para a Conservação do gorila da planície ocidental e do chimpanzé central, de 2015 - 2025, definiu a floresta do Maiombe em Angola e a Reserva da Biosfera (RB) de Dimonika no Congo como uma zona de "prioridade de pesquisa", num total de 18 zonas prioritários definidos regionalmente [17]. Um estudo dos movimentos dos elefantes na floresta do Maiombe em Angola demonstrou a natureza transfronteiriça dos seus movimentos. Também demonstrou a coincidência dos eventos reportados de Conflito Humano Elefante nas rotas de movimento dos elefantes, nas zonas de sobreposição com as lavras de cultivo familiar [18].

I. 9. Ameaças à biodiversidade

Um breve resumo das ameaças à biodiversidade no PNM está resumido aqui [4], [9], [19].

Uma análise mais recente e detalhada das ameaças é fornecida no *Relatório Técnico: O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe, Volume II: Resultados do Estudo de Campo no Parque Nacional do Maiombe*. Informação adicional encontra-se

no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe. [5]

Caça furtiva:

A caça ilegal à carne de caça de animais selvagens é a principal ameaça à vida selvagem no PNM. A caça extensiva, tanto de subsistência como comercial, ocorre em toda a área da floresta do Maiombe. As principais espécies caçadas para subsistência e carne de caça comercial são porco-espinho, rato de cana, seixa e outros cefalofos, outros pequenos antílopes, javali, genetas, civetas, macacos, pangolins, uns aves, entre eles pombos verdes, cobras e jibóias, e peixes de água doce.

Os métodos de caça utilizados são: armadilhas de laço; armadilhas tradicionais; caçadeiras; e caça em grupo com cães de caça. A caça é feita principalmente à noite e na madrugada. A caça com cães realiza-se de dia.

Crias de chimpanzés e gorilas, macacos e papagaios cinzentos Africanos, são caçados para o tráfico ilegal de animais de estimação, envolvendo redes ilegais transfronteiriças, com sua captura normalmente envolvendo a morte de con-espécies. Não existem dados certos, mas aparentemente esse tráfico reduziu nos últimos anos, após o lançamento do Parque em 2013. Tem informação reportada, mas não quantificada, que os elefantes são caçados ocasionalmente, principalmente como resultado do conflito humano - elefante. Recentemente, seguindo os esforços de educação e fiscalização dos fiscais do Parque, há indícios de que a caça furtiva e o comércio ilegal de chimpanzés, gorilas reduziu, mas ainda acontece. Um indicador principal em contrário é quando mais novos bebês ilegalmente cativos, são encontrados em Angola. Entre 2013 e 2015 ocorreu confisco de 3 crias de chimpanzés e um cria de gorila que foi apanhado num armadilha de laço. Em 2018 foi confiscada uma cria de gorila, e em 2019 foram descobertos 2 novos crias de chimpanzés que devem ser confiscados, um em Cabinda e um em Luanda, além de uns adultos. Papagaios cinzentos Africanos ainda estão sendo caçados para o comércio de animais de estimação, além que aparentemente em número reduzido nos últimos anos. O último confisco foi em Janeiro de 2018, diretamente dos caçadores furtivos, que em consequência foram julgados.

As principais causas identificadas de caça por motivos da comercialização de carne de caça, estão relacionadas à extrema pobreza e às consequências contínuas do conflito armado que demorou quase quatro décadas, bem como dos impactos pós-conflito, incluindo: desemprego e falta de meios de subsistência alternativos, jovens sem acesso a educação e emprego, ex-combatentes sem outras habilidades, perda de respeito pelas antigas tradições, alta demanda de carne de caça, de animais selvagem vivos e de outros produtos derivados deles, solicitando por redes transfronteiriças de tráfico ilegal da vida selvagem.

Caçadores estrangeiros, infiltrados principalmente da RDC, também estão envolvidos em atividades ilegais de caça comercial, extração de madeira e tráfico de carne de caça, de papagaios vivos e de outros animais selvagens e seus derivados, além de madeira.

O impacto das altas taxas de caça ilegal também é evidente na sensibilidade da vida selvagem a qualquer presença humana e à longa distância de fugir do ser humano.

A caça de subsistência de carne de caça é praticada pela maioria dos homens adultos nas comunidades locais. A política do Parque é aplicar a lei apenas no caso da caça a espécies protegidas e em via de extinção, que a população foi informada de que sua caça é estritamente proibida, ou em caso de quantidades comerciais, mas não em casos de caçadores com 1-2 ratos de cana, porcos-espinhos, ou cefalofos, por exemplo. Por outro, é bem reconhecida a importância de desenvolver meios de subsistência alternativos sustentáveis e fontes de proteína e de rendimentos, para permitir a redução considerável da caça furtiva.

Extração de madeira, desmatamento e erosão:

As operações de corte de madeira por motivo comercial e seu impacto mais amplo constituem uma ameaça considerável ao PNM e à sua biodiversidade. A extração comercial substancial de madeira na floresta do Maiombe, desde a década de 1920, já transformou a maior parte de sua área, que atualmente é composta principalmente de floresta secundária em diferentes níveis de sucessão. Durante os anos do maior conflito armado, de 1982 até meados dos anos 2000, a exploração operacional foi muito reduzida, resultando na reabilitação e conservação florestal numa grande parte do componente Angolano da floresta do Maiombe. No entanto, desde o fim da guerra, mas principalmente nos últimos 3 - 6 anos, operações extensivas de exploração madeireira foram retomadas, inclusive em concessões concedidas em áreas dentro do PNM, e mesmo em suas áreas mais ecologicamente sensíveis, com regulação e controle longe de ser suficiente.

A extração comercial é seletiva e, se não for bem regulada e controlada, pode ameaçar severamente espécies arbóreas específicas. A exploração comercial é muitas vezes acompanhada por impactos negativos adicionais, relacionados com a abertura de estradas e com o envolvimento do pessoal das empresas madeireiras e das empresas de serviços na caça furtiva ou na solicitação de produtos da caça furtiva, de membros das comunidades locais. Resultados da exploração madeireira insustentável são a perda, degradação e fragmentação do habitat e a erosão dos solos.

Em janeiro de 2018, o Governo de Angola suspendeu todas as concessões madeireiras em Angola, para permitir a revisão das políticas e regulamentações para a concessão de tais operações e para o seu controle. Nos meados de 2018 foi retomada a actividade madeireira, sob controlo melhorado, e todos serão re-avaliados, com a expectativa de proibição de actividade madeireira dentro da área do PNM, a partir de 2020, no termino das concessões actuais [20].

O plano de gestão proposto para o PNM (Produto 4 deste projecto), inclui recomendações claras para o planeamento sustentável da exploração comercial de madeira a nível provincial e para dar prioridade a considerações de conservação, sobretudo na área do PNM.

Além de concessões, a exploração madeireira anárquica – o garimpo de madeira - é uma ameaça iminente na floresta do Maiombe. A extração anárquica ocorre para a madeira, a

construção, a lenha e o carvão, bem como para a prática não sustentável de cultivo de corte e queima para a agricultura familiar. A exploração madeireira anárquica aumentou no início de 2010 com maior acessibilidade, diminuição da presença das forças armadas, e maior disponibilidade de máquinas de serração nas comunidades locais. Recentes esforços de fiscalização e educação dos fiscais do PNM foram relatados como tendo reduzido o envolvimento de membros da comunidade local no garimpo e na extração comercial anárquica [3]. O uso de carvão na área de Maiombe é escasso e o uso da lenha é mais comum.

Prática de cultivo de corte e queima:

A expansão contínua de áreas de cultivo, que é resultado de práticas de cultivo não sustentável, baseado em corte e queima, e resultando na degradação contínua dos solos, enquanto cada nova lavra criada por essa prática, sendo usado durante apenas 1-3 anos para cultivo, constitui uma grande ameaça para o PNM e sua biodiversidade.

As bananas são cultivadas principalmente em manchas florestais anteriormente não perturbadas, uma vez que elas precisam do solo originalmente fértil. No entanto, o cultivo da banana é feito normalmente sem cortar toda a vegetação natural na área, e sem queimar a área, impedindo assim a invasão da espécie invasora *Chromolaena odorata*. O cultivo de mandioca, por outro lado, baseia-se na corte e queima para limpeza total de novas áreas florestais anualmente, enquanto as lavras antigas abandonadas são ocupadas por *C. odorata*. Estas áreas podem ser limpas novamente para cultivo 5 - 15 anos depois. Assim, um processo natural de sucessão está sendo impedido.

A constante expansão com corte e queima para cultivo é uma das principais causas de erosão do solo e de perda de habitat, degradação e fragmentação.

Mineração:

Tanto a exploração comercial e a exploração anárquica do garimpo de minerais, formam uma das principais ameaças atuais e potenciais .

Operações de mineração mais notáveis atualmente, com alto risco para os ecossistemas sensíveis e espécies, são a pedreira de quartzito e granito na Serra de Ndoko, perto de Belize, e as concessões sob revisão para exploração de ouro, perto de Bucu-Zau e Penicacata.

Foi realizada prospeção de petróleo em 2014 perto de Dinge/Chivovo, acompanhado por grande destrutiva clareira de uma área alargada da floresta na área do Baixo Maiombe, e construção de estradas largas e infra-estruturas, causando perda e fragmentação do habitat em uma área identificada como ecologicamente altamente sensível. Esta operação cessou. Se fosse renovada, o impacto sobre a integridade dos ecossistemas do Maiombe e sobre a sobrevivência de espécies icônicas, pode ser crítico.

Pequenas explorações ilegais anárquicas de garimpo de ouro foram relatados no município de Bucu Zau.

Informações mais detalhadas são fornecidas no *Relatório Técnico: O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe, Volume II: Resultados do Estudo de Campo no Parque Nacional do Maiombe*.

Desenvolvimento e obras não sustentável:

A população local é composta por um número elevado de residentes das comunidades locais dentro e a arredores do PNM (cerca de 56.000 pessoas). Existem dois principais centros urbanos nesta área - Buco-Zau e Belize. Ambos os centros urbanos, assim como várias das aldeias maior, foram expandidos e sujeitos a obras substantivos e não sustentável de desenvolvimento, principalmente durante os últimos 10-15 anos. A estrada principal de Cabinda a Miconge foi reabilitada e ampliada, além de obras de construção para o fornecimento de eletricidade, através da rede central, para os municípios de Buco-Zau e Belize. A falta de baseamento das obras em estudos de impacto ambiental, resultou em degradação dos solos e criação de ravinas ao longo da estrada principal. Obras adicionais de desenvolvimento setorial, entre eles construções de escolas e clínicas na área rural, foram realizados. A maioria dessas obras e outras foram feitas sem coordenação com o setor ambiental e sem avaliações de impacto ambiental precedentes e, em casos, resultaram em impactos significativos na corte de áreas florestais ecologicamente sensíveis, erosão do solo e conseqüente criação de ravinas profundas, entre outros impactos. A expansão em curso dos centros urbanos e da acessibilidade da área da floresta do Maiombe, resultou também com o aumento da população e aumento das pressões sobre a biodiversidade e os recursos naturais na floresta.

Espécies invasoras:

A espécie invasora mais proeminente na floresta do Maiombe é *Chromolaena odorata*. Esta planta invasora, originalmente da América, cria aglomerados densos que ocupam a maioria das áreas florestais que são desmatadas para cultivo, desenvolvimento, obras, mineração, ou através da extração de madeira, impedindo assim a reabilitação florestal por meio da recolonização natural de áreas desmatadas por espécies nativas.

Durante a estação seca, entre Julho e meados de Setembro, as flores e frutos de *C. odorata* liberam uma enorme quantidade de pequenas sementes que são espalhadas pelo vento. Eles germinam em áreas de floresta desmatada. Por outro lado, dois anos após a invasão de *C. odorata* a uma área desmatada, o solo está sendo enriquecido em nutrientes e a fertilidade do solo é melhorada. O uso opcional de áreas ocupadas por *C. odorata*, para o reflorestamento de áreas previamente desmatadas, pode reduzir o desmatamento, está sendo estudado, bem como o seu uso para a alimentação de caprinos.

Pesca:

A pesca nos rios, correntes, nascentes e lagos, na área do PNM é praticada, principalmente para subsistência e, às vezes, para uso comercial de pequena escala, e não é considerada uma ameaça significativa.

Fogo:

A prática de cultivo por corte e queima é usada para a preparação de campos para cultivo com queimaduras destrutivas. Uso de fogo para a caça não é relatado. Os incêndios são mais comuns na área da savana fora da área da floresta do Maiombe.

Pecuária:

O número de animais domesticados no PNM é muito pequeno, e eles são encontrados apenas dentro das aldeias e em suas imediações. O gado é composto de um pequeno número de cabras e ovelhas, alguns porcos em várias aldeias, e mais comumente galinhas e patos, na maioria das aldeias. Não há informações sobre um impacto significativo da pecuária no PNM.

Alterações climáticas:

Os impactos das alterações climáticas a nível local são difíceis de determinar, pois são processos globais. Em geral, o impacto das alterações climáticas se manifesta através do aumento da temperatura da superfície global e de eventos climáticos extremos, que se tornam mais frequentes e mais extremos e intensos. Esses impactos são menos notáveis nas latitudes tropicais, onde as temperaturas e a precipitação são bastante estáveis. A conservação da floresta tropical é de importância local e global mais significativa para a mitigação das mudanças climáticas, bem como uma fonte local de mitigação [20].

Conflito-Humano-Vida Selvagem:

O conflito humano-elefante é uma das principais preocupações das comunidades, principalmente na área central do Maiombe e na área baixa do Maiombe, no sul e sudoeste do PNM. Conflito Humano-Vida selvagem resultado por outras espécies, é relatado pelas comunidades locais como insignificante. Vários casos de pessoas mortas por elefantes foram relatados nos últimos anos, e um caso foi verificado pelo pessoal do Parque em 2016. O Conflito Humano-Elefante foi relatado como o principal incentivo para matar elefantes. No entanto, muito poucos casos de mortes de elefantes foram relatados nos últimos 10 - 15 anos.

Mapas 11, 11a: ameaças identificadas e os usos da terra (anexados separadamente)

I. 10. A gestão do Parque Nacional do Maiombe: situação atual e revisão histórica

Informações detalhadas sobre o estado atual da gestão da PNM são fornecidas no *Relatório Técnico: O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe, Volume II: Resultados do Estudo de Campo no Parque Nacional do Maiombe*. Informação adicional encontra-se no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe [5].

A informação apresentada nessa secção é baseada em entrevistas com intervenientes a nível local, inclusive comunidades locais, autoridades tradicionais, funcionários públicos a nível local, Municipal e Provincial, o Administrador do PNM e os fiscais do Parque. Mais informações, documentação e relatórios anteriores sobre o estatuto atual e a história do PNM foram fornecidas pelo Administrador do Parque, a Secretaria Provincial de

Ordenamento Territorial, Urbanismo e Ambiente, e outros setores provinciais. [3], [4], [9], [19], [22].

Até ao designação do PNM em 2011, não existia uma Área Protegida na área dos ecossistemas da floresta do Maiombe na Província de Cabinda, Angola, apesar da sua grande importância da biodiversidade a nível local, nacional e global.

Várias reservas florestais eram gazetas com o único objetivo de regular as atividades florestais dentro delas. Uma área de 65.000 ha (650 km²) era designada por Reserva Florestal de Cacongô em 1930, ao norte de Buco-Zau. Em 1962, o tamanho dessa área foi reduzido para menos da metade. No mesmo ano, foi designada uma segunda Reserva Florestal, Alto Maiombe, mas foi cancelada em 1963. Outras duas pequenas reservas florestais foram declaradas em 1949, com o mesmo objetivo e sem limites claramente indicados. Nenhuma dessas áreas era protegida na prática nos últimos 3 – 4 décadas.

Em 1973, uma proposta foi apresentada pelos Serviços de Veterinária, para a criação de uma Reserva Natural Restrita em uma pequena parte da floresta do Maiombe na Província de Cabinda, cobrindo uma área de apenas 40.000 ha (400Km²), ao norte da estrada principal, entre Buco Zau e Belize [23].

Em 2001 Foi apresentada uma proposta para a criação de uma Área de Conservação no maior parte da floresta do Maiombe em Cabinda, a ser gerida através dos princípios de paisagem/reserva de biosfera, e baseada na cooperação multi-setorial e consulta contínua às partes interessadas, e como parte de uma iniciativa transfronteiriça. A proposta era apresentada na altura para o Ministério das Pescas e Ambiente em colaboração com o Governo Provincial de Cabinda [23]. Baseou-se nos esforços de conservação, através do envolvimento das partes interessadas, iniciado em Cabinda desde 2000 [25]. A proposta da Iniciativa Transfronteiriça do Maiombe foi apresentada pela primeira vez num fórum internacional em 2003 [26].

Um Memorando de Entendimento para estabelecer a Iniciativa Transfronteiriça do Maiombe (ITM) foi assinado entre Angola, a República do Congo e a República Democrática do Congo, em Julho de 2009. Em Fevereiro de 2013, o Gabão também aderiu. Um plano estratégico para a ITM foi elaborado em 2011 e aprovado pelos quatro países em 2013 [27].

O Parque Nacional do Maiombe era designado e publicado no Diário da República numa área de 193.000 ha em Dezembro de 2011. É a primeira Área de Conservação criada para proteger os ecossistemas e a biodiversidade da floresta do Maiombe em Angola e constitui a peça central da componente Angolana da ITM. O PNM foi lançado e começou ser operacional a partir de 23 de Novembro de 2013 [3], [22].

O PNM, como todas as Áreas de Conservação em Angola, é gerido sob a responsabilidade de INBAC, MINAMB. O PNM conta com 15 funcionários do Parque, incluindo o Administrador do Parque, o Chefe da Fiscalização, e 13 fiscais, inclusive 2 Chefes de grupos, alternando em um sistema de 21-21 dias, de modo que a qualquer momento trabalham no Parque apenas 6-7 fiscais. Todos os funcionários do Parque foram treinados no curso de fiscais na Escola de Catalangombe no Parque Nacional de Kissama, fornecido

pelo formadores do Colegio de Vida Selvagem de Africa Austral, durante 45 dias, em 2012. Todos os funcionários do Parque são ex-militares e alfabetizados.

O equipamento do Parque inclui 3 veículos 4X4 e 1 moto, enquanto 1 dos carros e o moto são avariados. A sede do parque fica em Mbuco Mabele, perto de Buco Zau, com 7 contentores equipados de quartos individuais e 3 de casa duplo. Além disso, o pessoal do Parque construiu uma cozinha e um jango que serve para reuniões e eventos sociais. Existe um gerador (o gerador original fornecido é avariado e o Administrador trouxe seu gerador privado), e 7 postos de iluminação solar. Existe um furo de agua com sistema de painéis solares, uma bomba elétrica, 2 tanques reservatório de água cada com 10.000 litros, dos quais um elevado 4 quatro metros em sistema de gravidade, com uma torneira de serviço para abatecer aguas as Comunidades de Quissamno, Mbuco Mabele e Batamanga. Quatro postos de fiscalização do parque foram indicados. Dois deles são atualmente operados, em Inhuca e em Mbata Lunhuca, com 1-2 fiscais a qualquer momento [22].

Os fiscais estabeleceram boas relações e comunicação com as comunidades locais e boa colaboração com as autoridades tradicionais. A equipe do Parque se envolver em esforços de educação e aplicação da lei. Eles proporcionam sessões de educação ambiental às comunidades locais, sobre: mitigação de Conflito Humano Elefante, gestão sustentável de recursos naturais, combate à exploração madeireira anárquica, de mineração de ouro anárquica e de caça furtiva, melhor prática agrícola mais sustentável, abstendo-se de cultivar nas rotas naturais de elefantes, construção de latrinas, gestão de água e proteção dos rios, prevenção de incêndios, conservação e proteção do ambiente e da vida selvagem.

O Parque estabeleceu parcerias com a Polícia Nacional, a Polícia da Guarda Fronteira, os Serviços da Investigação Criminal (SIC), o Instituto do Desenvolvimento Florestal (IDF), a Secção de Fiscalização do Departamento do Ambiente, na Secretaria Provincial de Ordenamento Territorial, Urbanismo e Ambiente, e as Administrações Municipais, para ajudar na implementação de atividades de fiscalização, e outras tarefas da protecção do Parque. Boa cooperação também foi estabelecida com o exército. A fiscalização nas comunidades locais é feita através da cooperação do pessoal do Parque com as autoridades tradicionais. Os do parque realizam patrulhas a pé na floresta e patrulhamento rodoviário motorizado. Em 2017, 2 caçadores e 5 traficantes ilegais de madeira foram apanhados.

O orçamento do Parque, excluindo os salários do pessoal do Parque, consistia em 2017, por exemplo, apenas 350.000 Kwz recebidos para custos de funcionamento. Além disso, multas de 200.000 Kwz foram aplicadas para extração ilegal de madeira, das quais 80.000 foram entregues aos fiscais e policia, e 120.000 Kwz para custos de funcionamento do Parque [3], [22].

As informações coletadas sobre as características biofísicos do Parque, integridade dos ecossistemas, ameaças, condições sócio-económicas e desafios de gestão do passado e presente, servem para o desenvolvimento do Plano de Gestão inicial do Parque Nacional do Maiombe (Produto 4 desse Projecto). O plano de gestão inclui uma análise dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças (SWOT) do parque, com base em informações bibliográficas disponíveis e em informações atualizadas coletadas através deste estudo.

Mapa 12 , 12a : Postos de fiscalização do PNM (anexados separadamente)

II. Revisão bibliográfica: as condições sócio-econômicas no Parque Nacional do Maiombe

II. 1. Informações gerais

As comunidades locais residem em todos os Parques Nacionais em Angola, incluindo os povos indígenas que lá residiam antes da designação dos Parques Nacionais, e os pessoas deslocados internos (PDI), que procuravam refúgio e meios de subsistência durante ou depois da guerra.

O maior parte da população que vive agora no PNM, tem residido lá por gerações antes do parque ser designado, em 2011. Atualmente, a população dentro do PNM é estimada em 56.000 pessoas, composta principalmente por descendentes da população indígena.

Mais informações são fornecidas no *Relatório Técnico: O Meio Biofísico e Socioeconômico do Parque Nacional do Maiombe, Volume II: Resultados do Estudo de Campo no Parque Nacional do Maiombe*.

II. 2. Contexto geográfico e administrativo

O PNM cobre uma área de 1.930Km² na Província de Cabinda. Cabinda é um enclave de Angola, entre a República do Congo ao norte e nordeste e a República Democrática do Congo para o sul e sudeste. Ela é a menor Província de Angola, cobrindo uma área de 7,270Km², com cerca de 125Km de orla costeira, a seu oeste, ao longo do Oceano Atlântico e cerca de 420Km de fronteira terrestre com os dois países vizinhos. É composto por 4 Municípios: Cabinda, Cacongo, Bucu-Zau e Belize [9].

O tamanho do Município de Bucu-Zau é de 2,115Km². A área designada do PNM cobre a maior parte da área de 2 das 3 Comunas do Município de Bucu-Zau - Bucu-Zau e Inhuca, e uma pequena área da Comuna de Necuto. O tamanho do Município de Belize é de 1.096Km². A área designada do PNM cobre a maior parte da área das 3 Comunas do Município de Belize - Belize, Luali e Miconge. A área das 3 Comunas do Município de Cacongo - Landana, Massabi, e Dinge, não está incluída na área designada do PNM, no entanto, mas a maior parte da área da Comuna de Dinge é recomendada para inclusão no PNM, devido à sua importância para biodiversidade.

23 Sobadas em 6 Regedorias do Município de Bucu-Zau e 19 Sobadas em 9 Regedorias do Município de Belize estão incluídas no PNM. A área do Município de Cacongo não está incluída na área designada do PNM, mas contém uma área muito importante do Baixo Maiombe que é altamente recomendado para ser incluído no PNM [9].

A sede do PNM está localizada perto do centro urbano de Bucu-Zau, a cerca de 100Km da cidade de Cabinda.

II. 3. Demografia

O tamanho estimado da população dentro do PNM é de 56.000 pessoas.

Segundo o Censo Nacional de 2014 [28], o tamanho da população de toda a província de Cabinda em 2014, era de 688.285 pessoas, com 351.217 mulheres e 337.068 homens (51% da população da província são mulheres). 86,9% da população de Cabinda está concentrada no Município de Cabinda. 19.454 (2,8% da população da Província) vivem no Município de Belize, 33.843 (4,9% da população da Província) no Município de Buco-Zau, e 36.778 (5,3% da população da Província) no Município de Cacongo [28].

Cerca de 65% da população do município de Cacongo vive em Landana e no seus arredores, na zona da orla costeira. O tamanho da população da Comuna de Dinge, que é a área do Município de Cacongo que é recomendado para ser incluído no PNM, é de cerca de 9.400 pessoas. Por outro lado, cerca de 11.800 pessoas do Município de Buco-Zau vivem na Comuna de Necuto, que não está incluída na área designada do PNM [9].

A densidade calculada a nível provincial é de 84 pessoas/1Km², no entanto, considerando que a maioria vive na cidade de Cabinda, a densidade nas áreas rurais é muito mais baixa. A densidade no Município de Belize é de 14,3 pessoas/1Km², no município de Buco-Zau 17,1 pessoas/1Km², e no município de Cacongo 21,9 pessoas/1Km². A densidade populacional dentro do PNM pode ser considerada mais ou menos média entre os Municípios de Belize e Buco-Zau, ou seja, cerca de 16 pessoas/1Km² [28].

Em 2012, estimou-se que 34,1% da população da Província de Cabinda tinha menos de 9 anos e 58,5% tinha menos de 19 anos de idade [9].

O crescimento anual da população em Cabinda é estimado em cerca de 3% no Município de Cacongo e cerca de 2,5% nos Municípios de Buco-Zau e Belize [28].

Em 1988, a população da província de Cabinda era estimada em apenas 147.200 pessoas, cerca de metade urbana e metade rural, enquanto um grande número da população de Cabinda vivia como refugiados fora do país e principalmente na RDC.

O crescimento populacional significativo na Província de Cabinda depois de 2002, foi atribuído em parte ao regresso de antigos refugiados dos países vizinhos, Congo e RDC, combinado com migração para Cabinda da população destes dois países. Em 2013, estimou-se que um total de 110.000 imigrantes, principalmente da RDC, se instalaram em Cabinda depois de 2002. O principal motivo para a imigração foi indicado para procurar emprego, após o rápido crescimento económico pós-conflito em Angola. No entanto, a taxa de imigração para Cabinda foi notada como mais alta do que para qualquer outra província em Angola, incluindo Luanda. A maior parte dos imigrantes instalou-se na cidade de Cabinda, que cresceu consideravelmente depois de 2002 [9].

Mapa 15: Densidade Populacional nos Municípios da Província de Cabinda (anexado separadamente)

II. 4. Autoridades tradicionais

Na área designada do PNM, existem 23 Sobadas em 6 Regedorias do Município de Bucuzau e 19 Sobadas em 9 Regedorias do Município de Belize.

A estrutura tradicional de liderança em Cabinda é semelhante a outras partes do país. Em cada aldeia há normalmente 1-2 Coordenadores, que são eleitos pela comunidade, e podem ser substituídos. A posição de um Soba é baseado em seleção entre os candidatos, que são membros da família do Soba, e é normalmente uma posição de vida. Um Soba pode ser responsável por uma ou mais aldeias e, ocasionalmente, pode haver mais de uma Sobada em uma aldeia. A posição do Regedor é equivalente a posição anterior de um Rei. Esta posição vitalícia é herdada. Um Regedor é responsável por uma ou mais Sobadas. Embora raro, uma mulher pode ser Coordenadora, Soba ou Regedora. A liderança tradicional é bastante forte e bem respeitada. Mais informações são fornecidas no *Relatório Técnico: O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe, Volume II: Resultados do Estudo de Campo no Parque Nacional do Maiombe*.

II. 5. Grupos étnicos e idiomas

A língua que a maioria dos residentes da Província de Cabinda usa é denominada Fiote. No entanto, este é um termo que foi usado pelo colono Português, e significa "negro" em Ibinda, a língua mais comum na área costeira de Cabinda.

As principais línguas locais na área da floresta do Maiombe em Cabinda são Ibinda, Chilinji (grupo étnico: Balinji), Kissundi (grupo étnico: Bassundi) e Kiyombe (grupo étnico: Yombe). Todas as línguas locais dentro da área do PNM (principalmente Kiyombe, Chilingi e Kissundi) são semelhantes, e são também semelhantes a outras línguas locais na Província de Cabinda (principalmente Ibinda), e na área do Mayombe no Congo e na RDC (principalmente Lingala), e noutras províncias do norte de Angola (principalmente Kikongo). A maioria dos membros da comunidade em Cabinda, homens e mulheres, falam Português e especialmente nas gerações mais jovens.

II. 6. Revisão geral histórica

A população atual de Cabinda é o resultado de uma fusão antiga de três Reinos: N'Goyo, Loango e Kakongo [29].

Em 1482, o marinheiro português Diogo Cão chegou ao estuário do rio Congo. [30]. Perto do estuário ele colocou um pólo de pedra e criou amizade com o povo local, que lhe disse sobre o grande Rei Mwani Kongo, cujo Reino se espalhou para a capital, M'Banza Kongo, e controlava a maior parte da região, através de afiliação com Reinos menores, como os Reinos de Ngoyo e Loango, na área da atual Província de Cabinda. Em 1490 o governo Português enviou um embaixador oficial ao Reino.

No entanto, em meados do século XVI, a bacia do Rio Congo tornou-se conhecida como a Bacia dos Escravos, e os Portugueses eram conhecidos pelo esmagamento armado de qualquer resistência. Nos meados do século XVII, os Holandeses expulsaram os colonos Portugueses da área de Luanda, com a ajuda da Rainha Ngola Nzinga, e mais tarde chegaram também à região da bacia do Congo.

Após a Conferência de Berlim de 1884-1885, em 1885, o Tratado de Simulambuco estabeleceu Cabinda como um orato de protecção da Coroa Portuguesa, declarado "sob o pedido dos príncipes e governadores de Cabinda", e foi então chamado Português Cabinda. Mais tarde dividiu - se em 3 protectorados: Cacongo, Loango e Ngoio.

Antes de 1885 o Rio Congo foi a única fronteira natural com Angola, mas em 1885, a Conferência de Berlim estendeu o território do Congo Belga ao longo do rio Congo, para o foz do rio no mar. O estuário do Rio Congo foi assim dado aos Belgas, e o enclave de Cabinda foi formado.

Nos meados da década de 1920, as fronteiras de Angola haviam sido finalmente estabelecidas em negociações com as potências coloniais vizinhas e, a partir de então, Cabinda foi tratada como parte dessa colônia. A constituição Portuguesa de 1933 distinguia entre a colônia de Angola e o protectorado de Cabinda. Em 1951 Angola foi declarada uma "Província Ultramarina" dentro do império de Portugal. Em 1972 o nome foi alterado para "Estado de Angola", e Cabinda foi tratado como uma província ordinária de Angola.

Em 1975, o Tratado de Alvor entre Portugal e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), reconfirmaram o estatuto de Cabinda como parte de Angola. Desde então, os movimentos separatistas em Cabinda consideraram ilegal a inclusão de Cabinda no território de Angola e exigiram a independência do enclave. Em Julho de 2006, após negociações, foi declarado um cessar-fogo entre o Governo Angolano e o principal movimento separatista de Cabinda, a FLEC, e foi estabelecido o paz na Provincia, além que não foi aceite por todos os movimentos [29].

As comunidades que residem agora na área da floresta do Maiombe em Cabinda consideram que os seus ancestrais dentro da área da floresta do Maiombe são antigos e abrangem muitas gerações. A maioria das comunidades refere-se à sua presença nesta área antes da primeira chegada dos portugueses no século XV.

Durante o conflito armado, desde meados da década de 1970 até os anos de 2000s, e principalmente no início dos anos 1980s, grande parte da população do Maiombe fugiu para a zona costeira de Cabinda, para outras províncias e para os países vizinhos, sobretudo a República de Congo e RDC (antigo Zaire). Alguns voltaram no final dos anos 1990s, e a maioria de 2002-2004 em diante.

A localização real das aldeias foi movida, primeiro durante o período colonial, e mais tarde como resultado do conflito armado e outros fatores, entre eles o conflito humano-elefante. No entanto, as comunidades mantêm a sua presença na localização geral da sua distribuição tradicional. Mais informações são fornecidas no *Relatório Técnico: O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe, Volume II: Resultados do Estudo de Campo no Parque Nacional do Maiombe*.

Religião:

A religião principal praticada pela população de Cabinda é Cristã Católica, e está bem encaixada na população original da área do PNM. A primeira catedral Católica em África foi construída por missionários Portugueses em M'Banza Kongo em 1534. Naquela época, os missionários converteram uma grande parte da população do Reino de Mwani Kongo, que controlava também os pequenos Reinos da região atual da Província de Cabinda. A Igreja Católica desempenha um papel fundamental na vida social das comunidades locais na Província de Cabinda. Outras igrejas foram apresentadas à Província mais tarde [30].

II. 7. Meios de subsistência das comunidades locais

Os meios de subsistência das comunidades locais que residem na área do PNM e no seus arredores, são baseadas principalmente no cultivo de subsistência, caça, pesca, extração de madeira, e pecuária em pequena escala. Mais informações são fornecidas no *Relatório Técnico: O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe, Volume II: Resultados do Estudo de Campo no Parque Nacional do Maiombe*.

Mais da metade das famílias na área do PNM se dedicam ao cultivo doméstico para subsistência e uso comercial local de pequena escala. A prática de cultivo mais utilizada é a prática destrutiva de corte e queima (derrubada e queimada), com cada lavoura desmatada usada durante apenas 1-3 anos e depois abandonada. As culturas cultivadas mais comuns são mandioca, feijões, amendoim, batata-reina, banana, batata-doce, abacaxi, e vegetais, e em menor extensão, milho e plantações de safo, laranja, e manga. As culturas são utilizadas principalmente para subsistência e para fins comerciais de pequena escala. Chikwanga feito de mandioca e envolto em folhas de banana, é usado mais como fonte de rendimento.

A maioria dos homens adultos nas comunidades no PNM e no seus arredores, participam na caça para subsistência e para uso comercial em pequena escala. Informações detalhadas sobre a prática de caça, espécies, participantes, e motivos de caça encontra-se no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe [5].

A pesca é praticada, tanto para uso comercial de subsistência como em pequena escala, nos rios, nascentes e lagos, dentro e nos arredores do PNM. Os peixes mais comuns na pesca artesanal são o bagre e a tilápia (cacusso). A pesca é praticada a partir das margens do rio e de canoas, usando canas de pesca artesanais e armadilhas tradicionais. No Rio Lufuindi há pesca comercial de camarão de rio e piscicultura de pequena escala.

A extração anárquica do garimpo de madeira é praticada tanto para o uso de subsistência quanto para uso comercial, para madeira, construção e lenha. Mineração de ouro anárquica em pequena escala foi relatada.

A pecuária de pequena escala é limitada principalmente ao uso de subsistência, com a maioria das famílias criando alguns galinhas e patos, e algumas famílias mantendo um pequeno número de ovelhas, cabras e raramente porcos.

A maioria dos membros das comunidades locais, da área do Maiombe, está desempregada. As oportunidades de emprego são escassas. As mais comuns são as oportunidades de emprego de curto prazo disponíveis principalmente para os homens, na actividade

madeira comercial, nas operações de mineração comercial, e nas construções, e com salários e condições de baixo nível. Os postos de trabalho mais procurados encontram-se no serviço público, no entanto, estas oportunidades são escassas, uma vez que a maioria dos funcionários do serviço público é recrutada entre pessoas com níveis mais elevados de educação, da cidade de Cabinda e de fora da província.

Conflito humano-vida selvagem:

O conflito humano-elefante é uma das principais preocupações das comunidades, principalmente na área central do Maiombe e na área do Baixa Maiombe, no sul e sudoeste. As principais culturas danificadas são banana, mandioca e batata-doce, entre outras. Em Sinde, a comunidade reporta que os elefantes entram frequentemente na aldeia. Um camponese foi morto por um elefante perto de Sinde em novembro de 2016. Este caso foi verificado pelo pessoal do Parque [3].

Outros conflitos humano - vida selvagem são relatados pelas comunidades locais relativamente insignificantes, e incluem danos às plantações de banana por gorilas, chimpanzés e macacos; danos as lavras de mandioca e amendoim por javali e ratos-de-cana; e por pacaça nas planícies do sul; mangustos e civetas atacando galinhas e patos, enquanto águias e cobras que pegam os filhotes.

Alimentação:

O alimento tradicional mais comum entre as comunidades no PNM e no seus arredores, é o Tchikwanga feito de mandioca. O Tchikwanga é envolto em folhas de bananeira ou em folhas de plantas da floresta nativa. É complementado por saca folha feita das folhas da mandioca, carne de caça, carne de animais domesticados pequenos, principalmente galinha fiote e patos, peixe pescado nos rios, bananas, abacaxi, amendoim, batata-reina, batata-doce, e feijão, entre outros produtos.

Habitação:

As casas nas aldeias da área do PNM e no seus arredores, são conhecidas por serem bem construídas e relativamente grandes e resistentes de chuva. Eles são construídos principalmente a partir de tijolos de adobe. A madeira é usada para acessórios e, menos comumente, para a construção de casas, normalmente apenas quando é necessário um movimento rápido. Telhados de colmo ou ferro ondulado são frequentemente usados. A carpintaria pelas comunidades residentes na área do Maiombe é bem conhecida de ser típica e de qualidade.

II. 8. Desenvolvimento econômico

Agricultura

A província tem boas condições para o desenvolvimento agrícola [9]. A maioria das atividades agrícolas existentes, no entanto, são de subsistência e de baixa tecnologia local e natureza rural. No sul da província, no Município de Cabinda, há cultivo variado de mandioca, legumes, feijão, amendoim, milho, batata, batata-doce, abacaxi e banana. No Município de Cacongo, o principal produto cultivado é a banana, além da mandioca,

batata, amendoim, legumes e abacaxi. No Município de Bucu Zau há principalmente cultivo de mandioca, batata e banana. No Município de Belize há cultivo de mandioca, batata, feijão, amendoim e banana. Pequenas empresas locais e associações de agricultores familiares praticam cultivos em pequena escala de café, cacau, dendê (palmeiras de olho), banana e abacaxi e, em menor grau, batatas e vegetais para uso comercial.

Em Março de 2018, o Governo Provincial informou que estão sendo preparadas terras, em todos os quatro municípios, em uma área total de mais de 5.000 ha, para cultivo comercial em médio e larga escala de café, cacau e palmeiras de óleo. O Projecto iniciou nos finais de 2018, com apoio financeiro do Banco de Desenvolvimento de Africa, inclusive a formação de camponeses interessados [31]. Foi abordado com o Governo Provincial a importancia de desenvolver esse projecto em consulta multi-sectorial, com envolvimento do pessoal do Departamento do Ambiente e pessoal do Parque, para assegurar que o projecto será alinhado com a introdução de prática sustentável de cultivo, substituindo a prática de corte e queima, aumento do beneficio das comunidades, substituindo a caça, garimpo e outras actividades ilegal, e reduzindo o conflito humano-elefante, através de cultivo comercial de produtos não palatável para elefantes, mas com potencial de bom rendimento, e que podem ser cultivados em prática sustentável agro-florestal, inclusive café, cacau, gengibre e jindungo.

Exploração madeireira comercial

Durante os anos do conflito armado, de 1982 até os 2000s, a exploração comercial de madeira foi muito reduzida. Durante os últimos 3 a 5 anos, operações extensivas de exploração madeireira foram retomadas, inclusive em concessões concedidas em áreas dentro do PNM, e mesmo em suas áreas mais ecologicamente sensíveis, com regulação e controle insuficientes. Em Janeiro de 2018, o Governo de Angola suspendeu todas as concessões madeireiras em Angola, para permitir a revisão dos regulamentos e dos sistemas para a concessão de tais concessões e para o seu controle. Nos meados de 2018 foi retomada a actividade madeireira, sob controlo melhorado, e todas concessões serão re-avaliados, com a expectativa de proibição de actividade madeireira dentro da área do PNM, a partir de 2020, no termino das concessões actuais [20].

Mineração

As operações de mineração mais notáveis atualmente na área do PNM, é a pedreira de quartzito na Serra de Ndoko, perto de Belize. Existem também planos de concessões sob avaliação, para exploração de ouro em dois sitios, perto de Bucu-Zau e de Penicacata. A pedreira de quartzito ocupa área de 30.000m³, com cerca de 3.000 toneladas de quartzito transportadas diariamente, que serve para a construção do novo Porto de Cabinda, em Caio. A operação planeada da pedreira foi até o final de 2018. A sua atividade foi suspenso temporariamente mas está planeada a sua renovação. A operação da pedreira, e a transportação do quartzito na estrada principal de Cabinda, no base de 24h/7dias/semana, com impacto negativo notável sobre as infraestruturas, a população e o ambiente. Foram solicitadas licenciamentos para concessões para exploração de ouro em uma área de 331,75 km², perto de Bucu Zau, e em outra área de 375 km², perto Penicacata. Os dois sitios estão

situados na área mais sensível para biodiversidade no PNM, e se serão ativados, pode ser causado um impacto negativo considerável.

Mais informações são fornecidas no *Relatório Técnico: O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe, Volume II: Resultados do Estudo de Campo no Parque Nacional do Maiombe*.

Explorações de petróleo:

A província de Cabinda é a principal fonte de petróleo de Angola, o recurso, nomeadamente não renovável, que constitui a principal fonte de rendimento de Angola. A exploração de petróleo em Cabinda começou em 1954. Em 1967, enormes campos petrolíferos foram descobertos no mar off'shore de Cabinda. Adjacente à orla costeira estão alguns dos maiores campos de petróleo do mundo. Estimativas conservadoras dizem que Cabinda responde por cerca de 60% da produção de petróleo de Angola, estimada em aproximadamente 900.000 barris por dia (140.000 m³/d). Um acordo em 1996 entre os governos nacional e provincial estipulava que 10% dos impostos de Cabinda sobre as receitas do petróleo seriam devolvidos à província [29].

No entanto, de acordo com o plano de desenvolvimento de 2013 da Província de Cabinda [9], a contribuição do sector petrolífero para o desenvolvimento económico e social da Província é pequena, com excepção apenas de um pequeno número de empregos, na sua maioria não qualificados, e de alguns projectos sociais locais. Esta situação é atribuída ao funcionamento das empresas petrolíferas parceiras no campo de Malongo, que concentra a exploração de petróleo em Cabinda, de uma forma centralizada e segregada da Província. Além disso, o impacto negativo da poluição do ambiente por petróleo, na economia e na população, e em particular o impacto dos derramos de petróleo na ambiente marítimo da orla costeira e na pesca artesanal, são notados. O plano de desenvolvimento provincial indicou esta situação como um dos principais desafios que a Província deve enfrentar, como alta prioridade [9].

Em terra, as prospecções de petróleo foram feitas nas últimas duas décadas. Uma prospecção de petróleo foi realizada em 2014, perto de Dinge/Chivovo, acompanhada por corte e destuição de uma grande área de floresta no Baixo Maiombe e construção de amplas estradas e infraestrutura, em uma área identificada como ecologicamente altamente sensível. Esta operação cessou.

Pesca:

Cerca de 3.000 pessoas na província de Cabinda participam na pesca de subsistência de pequena escala, enquanto apenas cerca de 100 se dedicam à pesca semi-industrial e industrial, principalmente marinha. Em 2011, por exemplo, foram registrados 1.922 toneladas de peixes capturados pela pesca artesanal marinha, 359 toneladas capturadas pelo setor privado local e 40,3 toneladas de pesca terrestre. A maior parte da pesca comercial terrestre também é de natureza artesanal, praticada por cerca de 750 famílias em aldeias próximas aos rios e lagos, principalmente no Município de Cacongo [9]. Pesca comercial artesanal no município de Buco-Zau é praticada no Rio Lufuindi, incluindo pesca comercial e cultivo de camarões do rio.

Indústria:

O volume da indústria na província de Cabinda é pequeno e a maior parte está concentrada no Município de Cabinda. Existem fábricas de produção de cerveja, engarrafamento de água mineral, cerâmica e pequenas indústrias de serviços para o setor de petróleo. Vários outros pequenos laboratórios foram recentemente estabelecidos ou ainda em construção, incluindo uma fábrica de sabão, chapas de papelão ondulado, móveis de metal, fresadoras, e processamento de óleo de palma. Há também serrarias e pequena indústria de produção de móveis de madeira [9].

II. 9. Infraestruturas e serviços***Orçamento Provincial***

O plano de desenvolvimento de 2013 da província de Cabinda fornece detalhes sobre a dotação orçamental de 2011 por setor. De um orçamento de cerca de 215 milhões de dólares em 2011, cerca de 66% foram destinados aos setores de obras públicas, energia e águas, e geologia e minas, 15,5% para a saúde e a educação, 5,2% para o ordenamento territorial, urbanismo e ambiente, 1,6% para a agricultura, o desenvolvimento rural e as pescas, e menos de 0,1% para os assuntos sociais. Note-se também que, de um orçamento de cerca de 266 milhões de dólares, um total de apenas 10 milhões (cerca de 4%) foi atribuído às quatro administrações municipais e todo o restante foi atribuído à administração central do Governo Provincial [9].

Educação

De acordo com o Plano de Desenvolvimento de Cabinda, havia 26 escolas primárias na Província em 2012, com um total de 36.344 alunos, 2 escolas secundárias com um total de 7.191 e 2 escolas secundárias com um total de 11.866. Em seguida, estimou-se que em 2017 haveria na província cerca de 157.000 crianças em idade escolar primária e 85.000 em idade escolar secundária e 35.000 em idade escolar. 2.057 estudantes foram registrados em instituições de ensino superior - faculdades provinciais de Agostinho Neto, ISCED (Instituto Superior de Ciências da Educação), e da Escola Internacional de Treinamento Profissional [9].

Num levantamento preliminar realizado para este projecto, a maioria dos membros da comunidade adultos entrevistados nas aldeias na área do Maiombe, nos municípios de Cacongo, Buco Zau e Belize, são analfabetos, com taxas mais elevadas entre pessoas mais velhas e mulheres adultas de todas as idades.

Na maioria das aldeias ou aglomerados de aldeias no Maiombe existe uma escola primária, que funciona em estruturas básicas, e muitas vezes na igreja, e a maioria das crianças a partir de 5 anos de idade, tanto meninos quanto meninas, freqüentam pelo menos os primeiros 1-3 anos da escola primária, por 4 horas/dia, 5 dias/semana, dentro da sua aldeia, ou em uma distância de até 2-7Km. Em cada escola encontra-se normalmente 1-4 professores, a maioria deles foram recrutados na cidade de Cabinda. Eles recebem do Governo moradia na aldeia, na maioria das escolas, mas devido à proximidade com a cidade, muitos preferem se deslocar diariamente. No entanto, a escolaridade na maioria das

escolas nas aldeias no Maiombe é intermitente, e existem períodos prolongados que não funciona por factores de clima, chuva, e transporte, entre outros.

Saúde

Ao nível provincial, o acesso aos serviços de saúde melhorou nos últimos anos, principalmente após o recrutamento da chamada "Brigada de médicos Cubanos" e, segundo o Plano de Desenvolvimento Provincial de 2013 [9], com pelo menos uma unidade de saúde para cada 7.000 pessoas. Existem 114 unidades de serviços de saúde na província, mas apenas 94 (82,5%) estão operacionais. 46 estão no Município de Cabinda, incluindo o hospital provincial e 5 hospitais especializados. No Município de Cacongo, existem 15 unidades de serviços de saúde, incluindo um hospital municipal, dois centros de saúde e 12 clínicas. 21 no Município de Boco-Zau , incluindo um hospital regional, um hospital municipal, dois centros de saúde e 17 clínicas. 12 no Município de Belize, incluindo um hospital municipal, um centro de saúde e 10 clínicas. Há uma cama de hospital para cada 300 residentes na província, com 62% de ocupação real de leitos hospitalares.

Em 2013, o Secretariado Provincial de Saúde ocupou 151 médicos (cerca de 50 Nacionais, 42 Cubanos, 45 Coreanos, 5 Russos , 9 Viatnameses, através de acordos bilaterais). No total, havia cerca de um médico para cada 3.000 moradores. Além disso, havia 1.334 enfermeiros. Há uma escola para enfermeiras na Província.

A doença mais proeminente registrada na província é a malária. O plano nacional para combater a malária está a ser implementado a nível provincial em Cabinda e com sucesso reportado. Em 2012, foram registados 77.164 casos de malária na província (41% do número em 2010) e a morte por paludismo também foi reduzida. As doenças que mais preocupam na província de Cabinda, após a malária, são as doenças respiratórias agudas (nomeadamente, a tuberculose), as diarreias agudas, os parasitas e o VIH/SIDA. Ações de conscientização estão sendo implementadas.

Entre os desafios observados, há disponibilidade insuficiente de medicamentos, especialmente nas áreas rurais; venda reportada ou suspeita de medicamentos falsos; falta de sistema adequado de tratamento de resíduos hospitalares; formação insuficiente do pessoal nacional para estabelecer a sustentabilidade de pessoal do setor; problemas com o fornecimento de água e energia nos hospitais e clínicas; disponibilidade insuficiente de ambulâncias; entre outras preocupações. [9].

Água, energia, e saneamento

O abastecimento de água na Província de Cabinda é da responsabilidade do Departamento de Águas da Secretaria Provincial de Energia e Água. A distribuição de água e a manutenção da rede estão sob a responsabilidade das administrações municipais. Nunca houve um sistema que fornecesse água tratada a toda a província. Segundo o Plano de Desenvolvimento Provincial de 2013, mais de 46,1% da população da província não tinha acesso a água potável. Com exceção dos principais centros urbanos, a maioria das comunidades usa água não tratada que é obtida dos rios, lagos e poços, furos e reservatórios de água da chuva. Existe uma estação de água em Cabinda que fornece água

tratada principalmente na cidade de Cabinda e arredores. Na área rural, a distribuição de água, quando disponível, é baseada em fontes centrais nas aldeias. Espera-se que através do programa "Água para Todos", o tratamento de água e canalização será melhorada em toda a área da Província [9].

O abastecimento de energia à província de Cabinda é da responsabilidade de duas entidades, a Companhia Nacional de Energia (ENE), nos Municípios de Cabinda e Cacongo e a Secretaria Provincial de Energia e Água, nos Municípios de Buco-Zau e Belize, e várias comunas dos outros dois municípios, incluindo a Comuna de Dinge. A cobertura eléctrica nestes dois municípios e em toda a área da floresta do Maiombe em Cabinda é muito fraca. Atualmente, a provisão de energia nesta área baseia-se principalmente em vários geradores e abrange os centros urbanos dos municípios e das comunas e aldeias adjacentes, durante 6-8 horas/dia. A maioria das aldeias não tem acesso a energia. Está em curso um projecto de instalação de uma rede de fornecimento de energia de Cabinda aos municípios do interior [9].

A gestão de resíduos é fraca, além que ao nível provincial, o saneamento e a gestão de resíduos melhoraram nos últimos anos. Os resíduos sólidos são normalmente enterrados em buracos escavados. Em algumas aldeias são queimados e, em alguns, é deitado a poucas centenas de metros das casas. O uso de latrinas não é comum nas aldeias, mas aumentou recentemente através de uma campanha nacional de conscientização.

Transporte e acessibilidade

Sendo Cabinda um enclave, depende em grande medida do seu porto e aeroporto para a transportação de pessoas e mercadorias para o capital de Luanda ou o resto do país [9]. O porto atual é limitado em tamanho de navio (7,5m) e capacidade de peso (9000t) e não possui quebra-mar. Um novo porto está actualmente em construção em Caio, e foi planeado estar operacional em 2019, mas de momento a sua construção está suspensa. O aeroporto serve a maior parte do movimento de pessoas entre a província de Cabinda e o resto de Angola, com pelo menos 2-3 voos para Luanda diariamente, que normalmente são cheios.

A Província de Cabinda tem uma rede de cerca de 1.250 Km de estradas e, destas, cerca de 500 Km são pavimentadas. Há bons acessos, em estradas razoavelmente boas, a todos os centros urbanos dos municípios e comunas e às principais aldeias, embora a manutenção atualmente requer melhoria considerável, principalmente na área do Maiombe. A construção e manutenção de estradas nacionais, incluindo as estradas para todos os centros urbanos de todos os municípios, estão sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA). Outras estradas estão sob a responsabilidade da Secretaria Provincial de Obras Públicas.

Durante a estação das chuvas, porém, as aldeias mais afastadas da estrada principal podem ficar inacessíveis por dias e até semanas.

O transporte público intermunicipal é fornecido pela Companhia de Transporte Público (ETP), entre os centros municipais e comunitários.

II. 10. Potencial e riscos de desenvolvimento de eco-turismo

Existe uma série de hotéis, pensões, e complexos turísticos na Província de Cabinda. A maioria está situada no Município de Cabinda e serve os visitantes da capital da província, principalmente os trabalhadores do sector petrolífero, funcionários do governo e empresários de outros setores. Os jogos de futebol da Copa da África em Angola em 2010 resultaram na construção e renovação de muitas instalações nesse ano.

Dentro da área do PNM, há um hotel com condições básicas em Buco-Zau, ums pensões nos centros urbanos, e um resort turístico de alto nível perto de Miconge, construído e operado como uma Parceria Público-Privada entre o Governo Provincial de Cabinda e um operador do setor privado.

Apenas um número reduzido de visitas turísticas foram relatadas até agora, com o objetivo principal de ver e experimentar a floresta tropical e de procurar observar espécies icônicas. Devido a considerações de segurança pessoal, o turismo não poderia ser desenvolvido anteriormente no Parque Nacional do Maiombe até aos meados dos anos 2000s. Atualmente, existe um potencial emergente e promissor para o desenvolvimento do turismo no Parque Nacional do Maiombe com uma perspectiva de longo prazo. Seriam necessárias atividades preparatórias significativas para a realização desse potencial e com a cooperação multissetorial e parcerias dos setores público e privado. Um dos principais atrativos para o turismo poderia ser a possibilidade de observar chimpanzés, gorilas, elefantes da floresta, entre outros especies, mas esse potencial poderia ser realizado apenas através da habituação de grupos selecionados, e somente depois que a ameaça de caça ilegal pudesse ser removida. Existe já potencial de desenvolvimento de turismo de observação de aves, e de visitas de paisagens florestais, por exemplo.

O desenvolvimento de eco-turismo no PNM deverá tomar em conta os riscos potenciais para a vida selvagem, e para as comunidades locais, e deverá assegurar a minimização de impactos negativos, bem como a criação das condições certas para assegurar que o eco-turismo será desenvolvido em parceria com as comunidades locais, beneficiará das comunidades como um fonte alternativa de subsistência, e contribuirá significamente para a conservação da biodiversidade, em parceria com o pessoal do PNM e com as comunidades locais.

Mais informações são fornecidas no *Relatório Técnico: O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe, Volume II: Resultados do Estudo de Campo no Parque Nacional do Maiombe*. Recomendações para o desenvolvimento do eco-turismo no PNM são fornecidos no *Parque Nacional do Maiombe - Plano de Gestão Preliminar* (Produto 4).



Bibliografia

1. MINAMB / PNUD / FGA. 2015. Projeto Expansão e Fortalecimento do Sistema de Áreas de Conservação em Angola. Documento do Projeto.
2. Decreto Lei nº 38/11 de 29 de Dezembro de 2011 que cria os Parques Nacionais de Luengue-Luiana, de Mavinga e do Maiombe
3. Bizi, J. 2017. Apresentação do Parque Nacional do Maiombe. INBAC
4. Ron, T. 2011. Potencial para designar Áreas Protegidas para conservação e identificação de corredores de conservação que faz parte do processo do planeamento de uma Área Protegida Transfronteiriça na floresta do Mayombe. Preparado para os governos de Angola, Congo e RDC, PNUA e UICN.
5. Ron, T. 2018. Relatório sobre o Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe. Projecto Nacional da Biodiversidade: Conservação do Parque Nacional de Iona. MINAMB/PNUD/FGA/ UE.
6. Lei de Bases do Ambiente - Lei nº 5/98 de 19 de Junho de 1998
7. MINAMB. 2011. Plano Estratégico da Rede Nacional de Áreas de Conservação de Angola (PLERNACA)
8. MINAMB. 2007. Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade, e seus estudos
9. Governo da Província de Cabinda. 2014. Plano de Desenvolvimento da Província de Cabinda, 2013-2017.
10. MINUA 2006. Relatório do Estado Geral do Ambiente de Angola. Preparado por PECAR, financiado por BAD. <http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/ao/ao009pt.pdf>
11. Huntley, B.J., e L. de Matos, 1992. Relatório de Avaliação do Estado do Ambiente de Angola. UICN
12. Eucalyptus Tall, 2016. Relatório Técnico sobre o Parque Nacional do Maiombe. Preparado para o Projeto Nacional de Biodiversidade: Conservação do Parque Nacional de Iona. MINAMB/PNUD/FGA/ UE.
13. Dowsett, RJ e F. Dowset-Lemaire. 1991. A Flora e Fauna da Bacia de Kouilou (Congo) e a sua Exploração. (em Francês)
14. Dean, W.R.J. 2001. Angola. Em: Fishpool, L.D.C. e M.I. Evans, eds. Áreas de Importancia de Aves em Africa e ilhas associadas. Newbury and Cambridge; Pisces Publications and Birdlife International. (em Inglês).
15. BirdLife International. 2018. Áreas de Importancia de Aves: Maiombe. <http://www.birdlife.org> (uma lista completa de espécies de aves registradas no Parque Nacional do Maiombe, Angola).
16. Crawford-Cabral, J. e LN Verissimo. 2005. A fauna Ungulada de Angola. Ministério da Ciência , Tecnologia e Ensino Superior, Lisboa

17. UICN.2014. Plano de Ação Regional para a Conservação do Gorila da Planície Ocidental e do Chimpanzé Central, 2015-2025. Glândula, Suíça. Grupo Especialista em Primatas da IUCN SSC. (em Inglês)
18. Heffernan, J. 2005. Elefantes de Cabinda: Relatório de uma Missão, Angola, FFI e PNUD em Cooperação com a Direção Provincial do Urbanismo e Ambiente de Cabinda, Angola. (em Inglês).
19. Ron, T. 2015. Avaliação Preliminar de oito Parques Nacionais e uma Reserva Natural Restrita. Projeto Nacional de Biodiversidade: Conservação do Parque Nacional de Iona. MINAMB/PNUD/FGA/ UE.
20. http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/executivo_proibe_corte_de_madeira
21. MINAMB, 2011. Programa Nacional de Adaptação de Ação (NAPA): <https://unfccc.int/resource/docs/napa/ago01.pdf>
22. Bizi , J., 2017. Parque Nacional do Maiombe - Relatório Anual. INBAC, MINAMB.
23. Huntley, B.J. 1973. Propostas para a criação de uma Reserva Natural Restrita na Floresta do Maiombe de Cabinda. Serviços de Veterinária, Luanda, Angola.
24. Ron, T. 2001. O Ministério das Pescas e Ambiente de Angola e o PNUD. http://www.saga-jp.org/sympo/SAGA4/4abst/4_oral.pdf
25. Ron, T. 2004. A floresta do Maiombe em Cabinda, esforços de conservação, 2000-2004. Conservação da Biodiversidade na Província de Cabinda. Workshop, 10.11.2004
26. Ron, T. 2003. A conservação da Floresta do Maiombe, Cabinda, Angola no âmbito de uma iniciativa de conservação transfronteiriça. O Congresso Mundial dos Parques, Durban, Africa do Sul. (em Inglês).
27. Ron, T. 2013. Para um Complexo de Áreas Protegidas Transfronteiriças nos Ecossistemas do Mayombe. Plano Estratégico. Com revisão de peritos de Angola, Congo, RDC, UNEP e IUCN. Adotado pelos Governos da Iniciativa Transfronteiriça Mayombe, Angola, Congo, RDC, e Gabão em Março de 2013.
28. Instituto Nacional de Estatística (INE), 2014. Recensamento Geral da População e Habitação – 2014. Resultados Preliminares (Censo Nacional)
29. https://en.wikipedia.org/wiki/Cabinda_Province
30. Golan, T. e T. Ron. 2007. Encontros em Angola: o Homem e a Natureza na Sombra da Guerra. Chá de Caxinde, Luanda e Prefácio, Lisboa, (2006 em Hebraico, 2010 em Inglês).
31. <http://www.kiandacape.com/more-than-five-thousand-hectares-for-cocoa-and-coffee-cultivation-in-cabinda/?lang=en>

Anexo I. Mapas

Todos os mapas deste relatório são fornecidos num anexo separado digitado. Os mapas foram produzidos pela Topogis Lda, na exceção de mapas de outras fontes, que sempre está citada.

A lista dos mapas

- Mapa 1:** O Parque Nacional do Maiombe (Fonte: Ron, T. 2011, Mapa: JGI)
- Mapa 1a:** A área da floresta do Maiombe na província de Cabinda, Angola e a extensão proposta do PNM (Fonte: Ron, T. 2011, Mapa: JGI)
- Mapa 1b, 1c, 1d:** A área designada por lei, e a área proposta para o PNM (anexados separadamente)
- Mapa 2:** A Iniciativa Transfronteiriça do Maiombe (Fonte: Ron, T. 2011, Mapa: JGI).
- Mapa 2a:** Áreas Protegidas e corredores existentes e propostas na área da Iniciativa Transfronteiriça do Maiombe (Fonte: Ron, T. 2011, Mapa: JGI).
- Mapa 3:** Áreas de Conservação existentes e planeadas de Angola (Fonte: Infraeco)
- Mapa 4:** Topografia e elevação (anexado separadamente)
- Mapa 5:** Geologia (anexado separadamente)
- Mapa 6:** Solos (anexado separadamente)
- Mapa 7:** Hidrografia (anexado separadamente)
- Mapa 8:** Temperaturas médias (anexado separadamente)
- Mapa 9:** Precipitação média (anexado separadamente)
- Mapa 10:** Tipos de habitats e vegetação (anexado separadamente)
- Mapas 11, 11a:** ameaças identificadas e os usos da terra (anexados separadamente)
- Mapa 12 , 12a :** Postos de fiscalização do PNM (anexados separadamente)
- Mapa 13:** A localização das duas Reservas Florestais (1967) e da Reserva Natural proposta em 1973 (Fonte: Huntley, 1973).
- Mapa 14:** A Província de Cabinda - os Municípios e o PNM (Fonte: INE, 2014).
- Mapas 14a, 14b:** A Província de Cabinda e o PNM (anexados separadamente)
- Mapa 15:** Densidade Populacional nos Municípios da Província de Cabinda (anexado separadamente)

PARTE 2:

RELATÓRIO TÉCNICO: O MEIO BIOFÍSICO E SOCIOECONÓMICO DO PARQUE NACIONAL DO MAIOMBE VOLUME II: RESULTADOS DO ESTUDO DE CAMPO

I. Introdução e Objectivos

A visita de campo foi realizada em Cabinda e no Parque Nacional do Maiombe (PNM), incluindo consultas com funcionários públicos a nível Provincial, Municipal, Comunal e local, autoridades tradicionais, comunidades locais e outros intervenientes locais. Foi realizado um levantamento preliminar sobre a vida selvagem [1]. Foram igualmente recolhidos dados para a elaboração de um Plano de Gestão preliminar para o PNM.

Esta actividade foi realizada no âmbito do Projecto *Expansão e Fortalecimento do Sistema de Áreas de Conservação em Angola* [2], do Ministério do Ambiente de Angola (MINAMB), financiado por FGA-UNDP.

Foram realizados reuniões com as comunidades locais para coletar informações sobre as comunidades que vivem dentro e ao redor do PNM, suas características sócio-econômicas, aspectos tradicionais e culturais, atitudes em relação ao PNM, a biodiversidade, e sua conservação, interesse em se engajar em gestão sustentável de recursos naturais, bem como na conservação da vida selvagem, engajamento existente na caça, extração de madeira e outras ameaças à biodiversidade, criação de gado, e conflitos entre humanos e a vida selvagens no PNM e nos seus arredores. Essas reuniões foram realizadas sobretudo para garantir que a voz das comunidades e suas preocupações, expectativas e prioridades fossem parte essencial no planeamento da gestão do PNM e da suabiodiversidade.

Além disso, realizaram-se reuniões com funcionários provinciais, municipais e locais, dos vários setores relacionados com o uso e ocupação da terra na área do PNM, e com ONGs provinciais.

Este relatório fornece informações detalhadas sobre o processo de consulta realizado com as comunidades locais e outras intervenientes, dentro do PNM e nos seus arredores, e sobre os seus resultados, relacionados com a elaboração de um Plano de Gestão para o PNM. Os resultados do levantamento inicial de vida selvagem são reportados no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe [1].

O objetivo deste levantamento é: coletar informações básicas sobre - os intervenientes locais, características sócio-econômicas, a biodiversidade, a integridade do ecossistema, ameaças para a biodiversidade, usos da terra, abordagem das comunidades locais e de outros intervenientes sobre o PNM, seus preocupações, desafios, expectativas e prioridades, como relacionados a gestão da terra e dos recursos naturais no PNM, que composta um componente essencial para o planeamento e zoneamento da gestão da PNM.

Os objetivos específicos deste levantamento e relatório técnico são:

- a) Compilar informações básicas sobre a situação atual da biodiversidade do PNM, integridade dos ecossistemas, usos da terra e ameaças, além das informações relatadas no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe [1];
- b) Compilar informações básicas sobre as comunidades locais e outros intervenientes, e seus condições socioeconômicas atuais no PNM;

c) Reportar sobre os resultados de um processo de consulta realizado com as comunidades e outros intervenientes locais e compilar informações sobre seu abordagem, preocupações, questões, expectativas e prioridades, relacionadas à gestão da terra e dos recursos naturais no PNM, que faz um parte essencial para o planeamento e o zoneamento da gestão da PNM.

II. Metodología

A área do levantamento foi definida como a área total do Parque Nacional do Maiombe e estendida para a área mais ampla da floresta do Maiombe na província de Cabinda. Coleta de informações sobre a área da floresta do Maiombe que se estende para além da área designada por lei, foi destinado a fornecer recomendações e informar o Governo de Angola, em relação da necessidade de actualização dos limites do parque, para atingir os seus objectivos definidos por lei. Esforço mais intensivo estava focado em áreas que foram identificadas como tendo maior potencial de importancia para a conservação da biodiversidade.

A metodologia utilizada para coletar informações qualitativas sobre o inventário e a distribuição de mamíferos de médio e grande porte no PNM e na área estendida foi combinada de dois componentes principais: (1) entrevistas com membros das comunidades locais e outros intervenientes locais relevantes; (2) visitas de campo em áreas seleccionadas, que foram indicadas por presença de espécie de foco (chimpanzé, gorila, elefante), e outra vida selvagem, com guias (caçadores) das comunidades entrevistados e recolha de dados geo-referenciados usando o aplicativo ODK (Kit de Dados Abertos). Detalhes sobre a metodologia e coleta de dados em campo são fornecidos no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe [1].

O levantamento de campo foi realizado dentro e da área do PNM e nos seus arredores, durante 31.10.2018 - 14.11.2018. Todos os dias, foi realizada uma visita às comunidades ou uma visita de campo com os guias indicados, ou uma combinação de ambos. Reuniões com funcionários e outros intervenientes a nível Provincial foram realizadas na cidade de Cabinda durante 15 - 20.11.2018.

Intervenientes consultados

A nível local: Comunidades locais e autoridades tradicionais das aldeias: Inhuca, Tando Molela, Bômega Lubinda, Sinde, Micuma III, Mbundo, Chimbete, Penicacata, Dinge Velho, Chivovo, Conde, Beira Nova, Seva, Caio Contente, Quissungu, Cango Ganda, Sassa Zau Novo, Mongo Conde.

PNM: O Administrador do Parque Nacional do Maiombe, o Chefe da Fiscalização, os Chefes dos dois Grupos de Fiscais, os Fiscais do Parque.

A nível Municipal: O Adiminstrador Municipal de Bucu Zau; Os Administradores Comunais de Inhuca e Dinge; o pessoal da Polícia de Guarda Fronteira no Bata Lunhuca

A nível Provincial: SE O Governador Provincial; A Secretaria Provincial de Ordenamento do Territorio, Urbanismo e Ambiente; O Departamento Provincial do Ambiente; A Secretaria Provincial da Família e Promoção da Mulher; A Secretaria Provincial de Agricultura e Florestas; A Secretaria Provincial de Comunicação Social; A Secretaria Provincial da Indústria, Geologia e Minas; A Secretaria Provincial de Saúde; A Secretaria Provincial dos Transportes; A Secretaria Provincial de Turismo; A Secretaria Provincial de Energia e Água; A Secretaria Provincial dos Antigos Combatentes e

Veteranos; A Secretaria Provincial de Apoio Empresarial e Investimentos Privados; O Departamento Provincial de Reinserção Social.

ONG local: Grêmio ABC.

Entrevistas com comunidades locais: As entrevistas foram realizadas em cada comunidade com as autoridades tradicionais (Regedor, Soba, Soba Adjunto, Coordenador, conforme disponíveis) e vários caçadores ativos e outros membros das comunidades, indicados pelos autoridades tradicionais. Solicitamos a participação de mulheres nas entrevistas, mas não em todas entrevistas foi possível a sua participação.

Um ou dois membros do pessoal do Parque participaram em todas as reuniões, vestindo uniformes, mas desarmados. O pessoal do PNM são bem conhecidos e respeitados nas comunidades, e mantêm em curso interações e comunicação positiva com as comunidades e com as autoridades locais. Todos os fiscais são de origem da Província de Cabinda (na exceção de um, mas que vive lá muitos anos), e todos falam as línguas locais. Dois dos fiscais são autoridades tradicionais de comunidades da área de Maiombe.

As entrevistas foram realizadas em Português. Nos casos em que a tradução foi exigida para o idioma local, o pessoal do PNM e membros da comunidade ajudaram na tradução.

As perguntas para este levantamento se referiam a: informações sobre a comunidade, estrutura, liderança, aspectos tradicionais, conhecimentos e mitos tradicionais, história; aspectos de gênero; meios de sobrevivência; prática agrícola; pecuária e espécies de gado; animais selvagens; prática de caça e motivos de caça; pescaria; exploração madeireira; fogo; conflito humano-vida selvagem; disponibilidade de água, energia e saneamento; habitação; educação; serviços de saúde; acessibilidade e transporte; aspectos de gênero; sítios de importância cultural; abordagem e relações com o PNM e seu pessoal; fluxo de informações; abordagem, preocupações, desafios, expectativas e prioridades, como relacionados à gestão da terra e de recursos naturais no PNM; prioridades em relação do zoneamento do PNM; e oportunidades de subsistência relacionados com o PNM e sua gestão.

Entrevistas com o pessoal do Parque: Foram realizadas consultas profundas com o Administrador do Parque Nacional do Maiombe, bem como com o Chefe de Fiscalização, Chefes de Grupos e os Fiscais. Incluindo consultas sobre: Objetivos e visão do Parque; ecossistemas e a integridade dos ecossistemas; fauna e flora; zonas e sítios de importância para biodiversidade, ou outra importância; a ocorrência de caça, extração de madeira, mineração, pesca e outras ameaças; motivos de caça, espécies caçadas, atores, rotas; espécies invasivas; comércio ilegal de vida selvagem; equipe existente do Parque e requisitos de mais recursos humanos; divisão de tarefas; orçamento, outras fontes de financiamento, recursos, infra-estruturas, equipamento, material e requisitos identificados; acessibilidade e transporte; engajamento das comunidades; engajamento com outros setores; envolvimento de outros intervenientes; abordagem, preocupações, questões, expectativas e prioridades em relação do seu funcionamento e da gestão do Parque; consultas detalhadas sobre requisitos, desafios e oportunidades para a proteção, a gestão e o zoneamento eficazes do PNM .

Entrevistas com funcionários públicos: questões dirigidas aos funcionários dos sectores relevantes do Governo Provincial e da Administração Municipal referiam o seguinte: demografia e distribuição da população; história e aspectos tradicionais e culturais; aspectos de género; estruturas institucionais e administrativas; características socioeconómicas; planos setoriais de cada setor dentro e ao redor da área do PNM; usos da terra existentes e planeados e sua localização; atividades económicas; caça furtiva e comércio ilegal em vida selvagem, inclusive a carne de caça; exploração madeireira; pescaria; mineração; poluição; outras ameaças; agricultura; turismo e planos para seu desenvolvimento; água, energia e saneamento; habitação; educação; serviços de saúde; acessibilidade e transporte; o setor privado; a sociedade civil; fluxo de informações com o pessoal do PNM e de MINAMB; abordagem, preocupações, questões, expectativas e prioridades relacionadas com a gestão de terras e recursos naturais e de zoneamento do PNM .

MAPA 1. Mapa das comunidades entrevistadas



III: Resultados

As informações fornecidas nesse relatório são baseadas nos resultados do estudo feito no terreno e das consultas realizadas com intervenientes.

III.1. Situação atual do Parque Nacional do Maiombe e sua Biodiversidade, Integridade dos Ecossistemas, Usos da Terra, e Ameaças

Flora e Fauna:

A floresta do Maiombe, uma parte relativamente seca do centro de endemismo Guineo-Congoliano, é coberta principalmente por floresta tropical secundária de alta densidade com pequenas manchas de floresta tropical primária; floresta seca baixa; mosaico de floresta - savana; e florestas ribeirinhas.

A descrição da flora e fauna e mapa de vegetação e de tipos de habitats do PNM é fornecida no *Relatório Técnico – O Meio Biofísicoesocioeconómico do Parque Nacional do Maiombe: Revisão Bibliográfica*.

Informações detalhadas coletadas sobre a vida selvagem, inventário de mamíferos de médio e grande porte, distribuição de espécies, caça e outras ameaças, Conflito Humano - Vida Selvagem, e pecuária, são fornecidas no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe [1].

Integridade dos ecossistemas, situação atual, usos da terra e ameaças:

Informações detalhadas e mapas sobre ameaças à biodiversidade nos ecossistemas do Maiombe em Cabinda são fornecidos no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe [1].

Os esforços de gestão e conservação existentes e planeados, bem como as informações sobre a operação do Parque, estão detalhados no *Plano de Gestão do PNM* (Produto 4 desse Projecto).

Embora solicitado de todos os sectores relevantes, tanto a nível nacional como provincial, não foram fornecidas informações geo-referenciadas detalhadas e mapas dos usos de terra existentes e planeadas.

Grande parte da floresta do Maiombe em Cabinda, Angola, foi relativamente protegida da destruição extensiva de habitats e da exploração madeireira, ao longo de várias décadas, como consequência do prolongado conflito armado em Cabinda, em comparação com a degradação grave dos ecossistemas florestais do Mayombe nos países vizinhos - a República do Congo e a República Democrática do Congo (RDC).

Durante as décadas de conflito armado, além da melhor protecção do habitat natural, no entanto, a floresta do Maiombe em Angola foi submetida a alto nível de caça furtiva e à infiltração de redes ilegais de tráfico de vida selvagem e de madeira, dos países vizinhos.

Com a atual acessibilidade crescente à área de PNM, a degradação do habitat está aumentando rapidamente através da expansão de práticas agrícolas insustentáveis, extração comercial de madeira, construções e obras de desenvolvimento rápido, e outros usos da

terra. Diversas atividades importantes de desenvolvimento, mineração e exploração madeireira existentes e planeadas, representam um risco significativo à sustentabilidade do Maiombe, à integridade dos seus ecossistemas e à sobrevivência contínua das populações de vida selvagem, que já encontram-se ameaçadas por extinção, dentro e ao redor do PNM.

A caça furtiva:

A caça furtiva para carne de caça é a principal ameaça à vida selvagem no PNM e nos seus arredores. A maior parte da caça é para consumo de carne de caça e para uso comercial. A carne resultante de caça no PNM é vendida nas cidades do Maiombe, ao longo da estrada principal, e através de vários fornecedores da cidade de Cabinda. Informações detalhadas sobre caça furtiva, espécies, prática de caça e motivos de caça são fornecidas no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe [1].

Exploração madeireira:

As operações madeiras comerciais e seu impacto mais amplo constituem uma ameaça considerável ao PNM e à sua biodiversidade. Durante os anos de 1982 até meados dos anos 2000, a exploração operacional foi muito reduzida. Nos últimos 3 - 6 anos, operações extensivas de exploração madeireira foram retomadas, inclusive em concessões concedidas em áreas dentro do PNM, e mesmo em suas áreas mais ecologicamente sensíveis, com regulação e controle insuficiente. A extração comercial é seletiva e pode ameaçar severamente espécies arbóreas específicas. A exploração comercial é muitas vezes acompanhada por impactos negativos adicionais, relacionados com a abertura de estradas e com o envolvimento do pessoal das empresas madeiras e das empresas de serviços na caça furtiva ou na solicitação de produtos da caça furtiva, de membros das comunidades locais.

Em janeiro de 2018, o Governo de Angola suspendeu todas as concessões madeiras em Angola, para permitir a revisão das políticas e regulamentações para a concessão de tais operações e para o seu controle. Nos meados de 2018 foi retomada a actividade madeira, sob controlo melhorado, e todos serão re-avaliados, com a expectativa de proibição de actividade madeira dentro da área do PNM, a partir de 2020, no termino das concessões actuais.

A extração anárquica do garimpo de madeira, para a madeira, a construção, a lenha e o carvão, é uma ameaça iminente na floresta do Maiombe., A exploração madeireira anárquica aumentou nos meados dos anos 2000s com maior acessibilidade, diminuição da presença das forças armadas, e maior disponibilidade de máquinas de serração nas comunidades locais, mas no entanto, é relatada como tendo sido reduzida nos últimos anos, através dos esforços de conscientização e fiscalização do pessoal do Parque .

Prática de cultivo de corte e queima

A expansão contínua das áreas de cultivo, que é resultado de práticas de cultivo não sustentável, de áreas derrubadas e queimadas na sua totalidade para a criação de novas lavras anualmente, com cada lavra desmatada usada durante apenas 1 a 3 anos, constitui uma grande ameaça para o PNM e sua biodiversidade .

Obras de desenvolvimento incompatíveis:

Obras de desenvolvimento e construção por motivos sectorial, provincial, municipal ou local, que são realizados sem colaboração e consulta prévia com o pessoal do PNM e com o MINAMB, e sem a realização prévia de avaliações de impacto ambiental, resultaram numa destruição considerável na área do PNM e constituem uma ameaça iminente à integridade dos ecossistemas do PNM. A expansão contínua dos centros urbanos na área florestal do Maiombe, também resulta por aumento da população e do aumento das pressões sobre a biodiversidade e os recursos naturais da floresta.

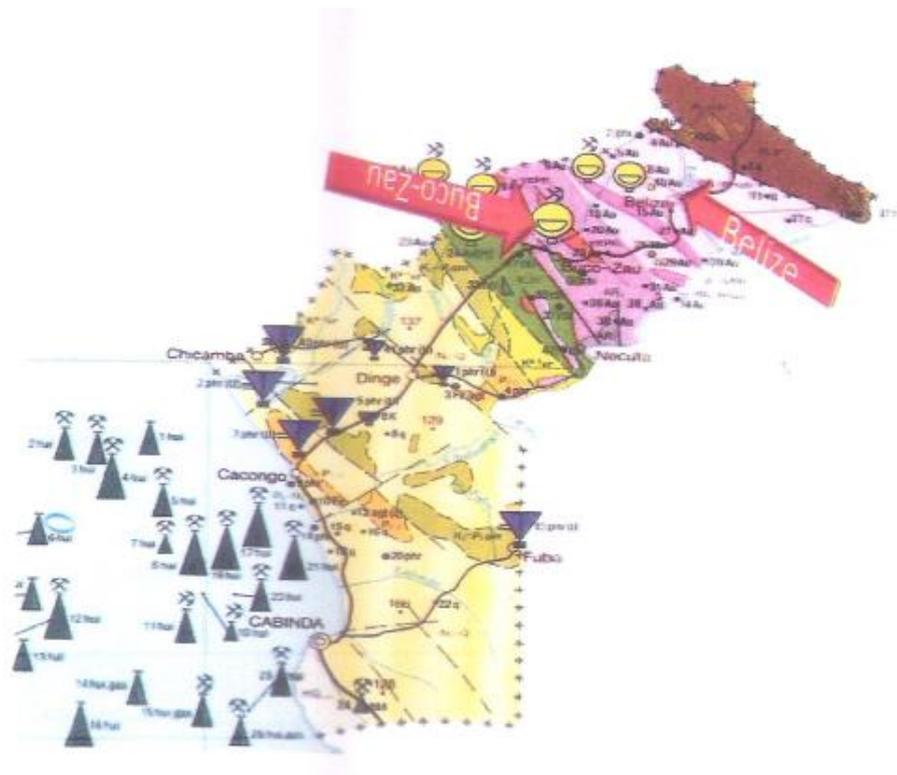
Mineração:

Mapa 2 é um mapa geral das operações de mineração existentes e planeadas na província de Cabinda [3]. Os círculos amarelos mostram a localização das concessões existentes e solicitadas para pedreiras e minas.

A sobreposição da maioria das operações de mineração propostas com a área indicada como importante para a conservação é bastante preocupante.

Mapa 2 : Operações de mineração existentes e planeadas na província de Cabinda

(Fonte: A Secretaria Provincial da Indústria, Geologia e Minas, Cabinda, 2017)



Pedreira de quartzito e granito: A pedreira de quartzito e granito na Serra de Ndoko, perto de Belize, está operacional 24 horas por dia, com camiões a transferir constantemente as rochas na estrada principal do Porto de Cabinda para Belize, com impacto mais amplo de poluição, ruído e destruição ao longo da estrada principal. Cerca de 3.000 toneladas de quartzito foram transportadas diariamente. A área da pedreira é de 30.000m³. O quartzito está sendo usado para a construção do novo porto de Cabinda em Caio. O funcionamento da pedreira foi planeado até o final de 2018. No entanto, foi suspenso [4].

Exploração de ouro: Uma concessão para exploração de ouro foi solicitada perto de Bucu-Zau. Foi aprovado pelo Ministério dos Recursos Minerais, em Dezembro de 2017 [5], em uma área de 331,75Km². Uma segunda concessão para uma área de 375Km² perto de Penicacata, está em consideração. Se qualquer dessas concessões será operacionado, o potencial impacto ambiental pode ser muito destrutivo, e em uma área que foi identificado como o mais importante para a conservação, e especialmente para os espécies icônicos, chimpanzés, gorilas e elefantes da floresta. Explorações anárquicas ilegais de garimpo de ouro em pequena escala são relatadas por várias comunidades no Município de Bucu Zau, mas não foi fornecida informação sobre o local específico.

Explorações de petróleo: Prospecção de petróleo foi realizada em 2014 perto de Dinge/Chivovo, acompanhada por corte e destuição de uma área alargada da floresta

sensível do Baixo Maiombe, e por construção de estradas largas e mais infraestruturas. Esta operação tenha cessado.

Espécies invasivas:

Chromolaena odorata é uma espécie de planta invasora proeminente com impacto significativo, principalmente em impedir a regeneração florestal em áreas degradadas da floresta, em consequência de corte, actividade madeireira, obras de estradas e outras infraestruturas, e prática de corte e queima para limpeza de lavras para cultivo.

Fogo:

A prática de corte e queima é usada para a preparação de lavras para o cultivo. Uso de fogo para a caça não é relatado. Os incêndios são mais comuns na área de savana fora da área da floresta do Maiombe .

Pecuária:

Os números de gado no PNM são pequenos e são encontrados apenas dentro das aldeias e nas suas imediações. Assim, eles provavelmente não formam ameaça notável para os ecossistemas naturais e a biodiversidade. Não há informações sobre animais domésticos ou gado presentes na floresta, fora da área das aldeias. Atualmente, existem apenas alguns porcos em várias aldeias, um pequeno número de cabras e ovelhas, e mais comumente galinhas locais (galinha fiote) e patos, na maioria das aldeias. Na maioria das aldeias existem alguns cães de caça.

Turismo:

Existe um resort turístico de luxo no PNM, localizado perto de Miconge, construído e operado como uma Parceria Público-Privada entre o Governo Provincial da Cabine e operador do setor privado. Em Bucu Zau há um hotel com condições básicas e vários pensões. Apenas algumas visitas foram relatadas até agora por motivos turísticos, ou com o objetivo principal de ver e experimentar a floresta tropical e de observar espécies de vida selvagem. Planos para desenvolvimento de eco-turismo, aproveitando o potencial, e evitando e mitigando os riscos relatados, estão detalhados no *Plano de Gestão do PNM* (Produto 4 desse Projecto).

III.2. Características Socioeconómicas da População Residente no Parque Nacional do Maiombe e nos seus Arredores (incluindo referência a aspecto de gênero)

O número total de residentes na área do PNM é estimado em cerca de 56.000 [6]. No Município de Belize (com seu território completo dentro do PNM) existem 91 aldeias e 19.980 residentes. No Município de Bucu-Zau (com seu território completo dentro da área do Maiombe, e parcialmente dentro do PNM) existem 86 aldeias e 33.167 residentes. No Município de Cacongo (uma parte de sua território na sua zona oriental está dentro da área do Baixo Maiombe, mas não está incluído no PNM) residem 36.000 habitantes.

As informações a seguir foram coletadas especificamente através do trabalho de campo realizado para este projeto.

A revisão bibliográfica sobre as características sócio-econômicas da população que reside dentro do PNM e nos seus arredores é detalhada no *Relatório Técnico – O Meio Biofísicoesocioeconómico do Parque Nacional do Maiombe: Revisão Bibliográfica*.

Meios de subsistência:

Conforme verificado através deste levantamento, os meios de subsistência das comunidades são baseadas principalmente em cultivo familiar de subsistência, caça, pesca, corte de madeira (garimpo indivíduo anárquico), e pecuária em pequena escala, e raramente emprego - em empresas madeireiras, o setor público, ou outro.

A prática de cultivo mais utilizada é a prática destrutiva de corte e queima com derrubada e queimada de lavras, e com cada lavra desmatada usada durante apenas 1-3 anos e depois abandonada. Portanto, tem impacto significativo e crescente de desmatamento. As culturas cultivadas mais comum são mandioca, feijões, amendoins, banana, batata reina, batata doce, abacaxi, e menos comum também safo, laranja, manga, milho, cana de açúcar, café, palmas de óleo. As culturas são utilizadas principalmente para subsistência e também para fins comerciais de pequena escala. A chikwanga, feita por mulheres, de mandioca e envolto em folhas de bananeira, é usada como fonte de renda. A preparação primária das lavras é feita principalmente por homens, e as atividades de cultivo e colheita corrente são realizadas pelas mulheres. A maioria dos agricultores cultivam suas lavras familiares individualmente, e apenas alguns formam cooperativas, principalmente em aldeias que receberam apoio da Organização de Alimento e Agricultura na formação dessas cooperativas, nos Municípios de Cacongo e Bucu-Zau .

A maioria dos homens adultos nas comunidades na área do PNM e seus arredores, participa na caça para subsistência e para uso comercial em pequena escala. Apenas homens adultos se envolvem em caça, mas há mulheres que estão envolvidas no comércio ilegal de carne de caça. Em acordo com as comunidades e os fiscais entrevistados, apenas um número muito menor de membros das comunidades são envolvidos em caça comercial e comércio ilegal de grande escala, enquanto a maioria não envolve-se nessa actividade. A caça furtiva e o comércio ilegal também são praticados por elementos criminais da cidade de Cabinda, bem como por estrangeiros que se infiltram ilegalmente do Congo e da RDC. Informações detalhadas sobre práticas de caça , espécies, atores e motivos de caça, com mapas, são fornecidos no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe [1].

A pesca é praticada tanto para uso de subsistência como por uso comercial de pequena escala, principalmente por mulheres, jovens e crianças, nos rios, nascentes, e lagos, dentro e do PNM e nos seus arredores. Os peixes pescados mais comum são o bagre e a tilápia (cacusso). A pesca é praticada a partir das margens dos rios ou de canoas, usando canas de pesca artesanais e armadilhas tradicionais. As redes são usadas mais no Município de Cacongo. Uso de veneno não foi relatado. No Rio Lufuindi há pesca comercial de camarão de rio e piscicultura de pequena escala .

O garimpo de madeira e corte anárquico é praticado para subsistência e para uso comercial. Apenas homens se engajam nessa actividade. Em acordo com os fiscais e membros das

comunidades entrevistados, os esforços de sensibilização e de fiscalização, incluindo o registro proprietários de máquinas de serrar, confisco de máquinas de serrar não registadas legalmente, e até mesmo detenção e penas de prisão a vários madeireiros ilegais capturados por fiscais, resultaram com redução notável do garimpo de madeira, desde o lançamento do Parque em 2013, além que não há análise quantitativa.

A pecuária de pequena escala é limitada principalmente ao uso de subsistência, com a maioria das famílias criando alguns galinhas e patos, e algumas famílias mantendo um pequeno número de ovelhas, cabras e raramente porcos.

A maioria dos membros da comunidade, homens e mulheres, na área do Maiombe, estão desempregados. As oportunidades de emprego são escassas. Os mais comuns são oportunidades de emprego de curto prazo de trabalhos disponíveis principalmente para os homens, em actividades madeireiras comercial, operações de mineração e construções, e com salários e condições de baixo nível. Os postos de trabalho mais procurados estão no serviço público. No entanto, estas oportunidades são escassas, uma vez que a maioria dos funcionários do serviço público é recrutada entre pessoas com níveis mais elevados de educação, da cidade de Cabinda e de fora da província.

Educação :

Em acordo com as comunidades e funcionários entrevistados, a maioria dos membros adultos das comunidades locais no Maiombe é analfabética, com taxas mais altas de analfabetismo entre pessoas mais velhas e entre mulheres adultas de todas as idades.

A escola primária está agora disponível na maioria das aldeias ou aglomerados de aldeias, e a maioria das crianças, a partir de 5 anos de idade, meninos e meninas, frequentam a escola primária, durante 3-4 horas/dia, 5 dias/semana, na sua aldeia, ou em uma distância de até 2-7Km da sua aldeia. Em cada escola há 1-4 professores, a maioria recrutada na cidade de Cabinda. Os professores normalmente recebem do governo moradia na aldeia, mas devido à proximidade da cidade, muitos preferem se deslocar diariamente. Este facto reduz a sua presença nas escolas, por exemplo, em casos de inacessibilidade no tempo chuvoso. Por outro, se os professores residiam nas aldeias, teriam maior impacto positivo na maior acessibilidade à educação para crianças e adultos (incluindo, por exemplo, a educação noturna para adultos).

Saúde :

Tem postos médicos na maioria dos aglomerados de aldeias, mas a disponibilidade de enfermeiros e suprimentos de medicamentos é muito limitada. Existe um hospital dentro do PNM, em Alzira, perto de Buco-Zau. Na maioria das aldeias existe pelo menos um curandeiro tradicional, homens e mulheres, com bom conhecimento sobre o uso medical das ervas locais.

Habitação:

A maioria das aldeias utilizam tijolos de adobe para construção e, em menor escala, madeira. Telhados de capim ou de ferro ondulado são frequentemente usados.

Água, energia, e saneamento:

Energia no PNM é fornecida através de geradores e disponível de forma intermitente nos principais centros urbanos municipais - Buco Zau e Belize, e até certo ponto nos centros comunais, enquanto na maioria das aldeias não é funcional.

O abastecimento de água nos centros urbanos e na maioria das aldeias é feito a partir de poços de água e também depende do uso de geradores para o bombeamento, que na maioria das aldeias não são funcionais. Um sistema central de fonte com torneiras é fornecido em algumas das aldeias ao longo da estrada principal, principalmente nos Municípios de Cacongo e Buco Zau. A maioria das comunidades depende do uso da água dos rios.

A gestão de resíduos é fraca. Os resíduos sólidos são normalmente enterrados em buracos escavados. Em algumas aldeias ele é queimado, e em algumas é apenas deitado, algumas centenas de metros de distância das casas. O uso de latrinas não é comum, mas aumentou recentemente através de uma campanha nacional de conscientização.

Especificamente, uma preocupação grave relatada é a falta de gerenciamento adequado de resíduos hospitalares. Durante a realização deste estudo, foi relatado que os resíduos hospitalares de Buco-Zau foram despejados na floresta, ao longo da estrada principal e perto de aldeias, principalmente perto de Mbundo. Em consequência de chamada de atenção por o Administrador e pessoal do Parque, que relatou esta infração, a Administração Municipal de Buco-Zau cessou essa prática perigosa, melhorou o controle, e iniciou enviar os resíduos hospitalares para tratamento adequado na cidade de Cabinda.

Transporte e acessibilidade:

A estrada principal oferece bons acessos desde a cidade de Cabinda até Belize. Ao invés boas estradas subsidiárias fornecem acesso relativamente razoável a maioria das aldeias. Durante a estação das chuvas, porém, as aldeias mais afastadas da estrada principal podem ficar inacessíveis por dias e até semanas. Carros estão disponíveis normalmente apenas nos principais centros urbanos, e nas operações do setor privado e do setor público, mas não nas aldeias. Motocicletas estão pouco disponíveis nas aldeias. As bicicletas estão disponíveis em pequenas quantidades em algumas aldeias. Transporte público gratuito limitado é fornecido às aldeias, principalmente ao longo da estrada principal, pelo Governo Provincial.

Autoridades tradicional:

A estrutura de liderança tradicional é semelhante a outras partes do país. Em cada aldeia há normalmente 1-2 Coordenadores, eleitos pela comunidade, e que podem ser substituídos por ela. A posição de um Soba é baseada numa mistura de herança e eleições - a comunidade elege entre um pequeno número de membros da família de Soba, e normalmente é uma posição vitalícia. Um Soba pode ser responsável por uma ou mais aldeias e, ocasionalmente, pode haver mais de uma Sobada em uma aldeia. A posição do Regedor é equivalente a posição anterior de um rei (Rei). Esta posição vitalícia é herdada. Um Regedor é responsável por uma Sobada ou mais. Embora raramente, uma mulher pode ser uma Coordenadora, Soba ou Regedora. A liderança tradicional é bastante forte e bem respeitada pela população e pelo Governo.

História da população:

A população na área da floresta do Maiombe em Cabinda é relatada como sendo de origem indígina antigo e abrangendo muitas gerações. A maioria das comunidades referem-se a sua presença nesta área antes da chegada dos Portugueses no século IV ("quando os Portugueses chegaram, eles já nos encontraram aqui").

Durante o conflito armado, desde meados da década de 1970 até os anos 2000s, e principalmente no início dos anos 1980s, grande parte da população do Maiombe fugiu para a zona costeira de Cabinda, para outras províncias em Angola, e para os países vizinhos, principalmente, a República do Congo e a RDC (anteriormente, Zaire). Uns voltaram a partir dos finais dos anos 1990s em diante, e mais no início dos anos 2000s em diante.

A localização exata das aldeias foi movida, primeiro durante o período colonial, e mais tarde como resultado do conflito armado e outros fatores, entre eles o conflito humano – vida selvagem. No entanto, as comunidades mantêm a sua presença na localização geral da sua distribuição tradicional. Este é um fator importante para as decisões do planeamento de gestão do PNM.

Grupos étnicos e idiomas:

A língua que a maioria dos residentes da Província de Cabinda usa é denominada Fiote. No entanto, este é um termo que foi usado pelo colono Português, e significa "negro" em Ibinda, a língua mais comum na área costeira de Cabinda.

As principais idiomas locais na área da floresta do Maiombe em Cabinda são Ibinda, Chilingi (grupo étnico: Balinji), Kissundi (grupo étnico: Bassundi) e Kiyombe (grupo étnico: Yombe). Todas as línguas locais dentro da área do PNM (principalmente Kiyombe, Chilingi e Kissundi) são semelhantes, e são também semelhantes a outras línguas locais na Província de Cabinda (principalmente Ibinda), e na área do Maiombe no Congo e na RDC (principalmente Lingala), e noutras províncias do norte de Angola (principalmente Kikongo). Esse facto permite uma boa comunicação entre todos os residentes da Província de Cabinda, e também com cidadãos dos países vizinhos.

A maioria dos membros da comunidade em Cabinda, homens e mulheres, fala português e especialmente entre as gerações mais jovens.

III.3. Resultados das Consultas com os Intervenientes, para o Desenvolvimento de um Plano de Gestão para o Parque Nacional do Maiombe***Consultas com comunidades locais:***

Os processos de consulta e os esforços de sensibilização entre as comunidades locais e outros intervenientes na área do Maiombe foram iniciados em 2000 [7], [8]. Desde o lançamento do PNM, em 2013 (foi designado em 2011, mas operacional apenas a partir de 2013), o pessoal do Parque estabeleceu uma comunicação contínua com as comunidades locais, principalmente no Município de Buco Zau, incluindo consultas e esforços de sensibilização [9].

Todas as comunidades entrevistadas neste levantamento estão cientes do estatuto do Parque desde 2013, e a maioria conhece os limites do PNM, e se sua aldeia está incluída dentro do PNM ou não.

As comunidades entrevistadas relataram ter boas relações com o pessoal do Parque. No início, houve mais tensão, já que os fiscais introduziram e impuseram novas proibições. No entanto, agora os fiscais são vistos mais como mediadores para as autoridades, ajudando as comunidades a resolver problemas. Por exemplo, em um caso dos resíduos hospitalares que foram despejados perto de uma das comunidades, e que foi resolvido com a Administração Municipal de Buco Zau, com a mediação e apoio do Administrador do Parque.

Em geral, os membros das comunidades entrevistados expressaram boa vontade de cooperar com a consecução dos objetivos do Parque, que eles consideram positivos em atender seus próprios objetivos de subsistência a longo prazo. Eles suportam a ideia de ter regras de caça, incluindo espécies proibidas, mas dizem que as regras tem que ser de acordo com as regras tradicionais, como por exemplo, períodos limitados de caça, ou evitando caçar fêmeas grávidas ou crias. Segundo os mais velhos das comunidades, no passado a caça era comum e praticada apenas para subsistência, segundo regras tradicionais, em períodos definidos e em ocasiões especiais.

Vários caçadores sugeriram que seriam definidas áreas que são estritamente proibidas para caça (santuários) e bem sinalizadas. Alguns sugeriram que um santuário da vida selvagem tão restrito seria cercado.

Todas as comunidades entrevistadas estão cientes das limitações de caça e extração de madeira. Especificamente, os caçadores estão cientes de que a caça das seguintes espécies é estritamente proibida: chimpanzés, gorilas, elefantes, pacaças e papagaios cinzentos. Não foram cientes do estatuto protegido de outras espécies.

De acordo com as comunidades locais, a caça ou consumo de grandes símios nunca era parte da sua cultura. Durante o conflito armado, a caça furtiva de grandes símios foi induzida pela solicitação de redes de comércio ilegal de carne de caça e de animais de estimação que operaram localmente e regionalmente, principalmente através da República de Congo e da RDC, bem como pelos soldados das forças armadas. Atualmente, sobretudo em resultado da sensibilização desde 2000, a caça dos grandes símios reduziu e a maioria dos caçadores não praticam essa caça. Por outro, é evidente que a caça de chimpanzés e gorilas continua, porque ainda aparecem novas crias caçadas de 1 – 3 anos de idade e menos de um ano, enjaulados ilegalmente em cativeiro, por pessoas privadas, em Cabinda, em Luanda e em outros sítios em Angola.

Não foi registada nenhuma consciência, entre os caçadores entrevistados, da estrita proibição de caçar pangolins. Os pangolins são considerados como favorecida carne de caça, e fácil de pegar. No entanto, não foi relatada caça comercial de pangolins para escalas, nem solicitação por estrangeiros para tal caça furtiva, mas o perigo que tornará se preocupação no Maiombe existe, considerando que os pangolins são as espécies mais sujeitas a caça furtiva e tráfico ilegal, no mundo.

Os macacos são considerados como uma carne de caça favorecido e não há consciência dos limites relacionados à sua caça, e consciência muito limitada aos riscos para a saúde relacionados com o seu consumo.

A maioria das autoridades tradicionais e caçadores locais das comunidades entrevistados concordam com as limitações relacionadas a espécies e quantidades. Os fiscais do Parque não aplicam a lei em casos de caça de subsistência de 1-3 animais de cada vez, das espécies mais comuns, mas apenas em casos de caça de espécies protegidos ou de quantidades comerciais para o comércio ilegal de carne de caça também de espécies mais comuns, e a maioria dos caçadores e autoridades tradicionais considera este compromisso aceitável.

Os caçadores locais das aldeias visitadas expressaram preocupação sobre o engajamento de pessoas de fora na caça comercial e no comércio ilegal de vida selvagem, e sobre seu impacto na disponibilidade de vida selvagem para a caça de subsistência. Tais pessoas de fora incluem trabalhadores de empresas madeireiras, mineradoras e construtoras, estrangeiros de países vizinhos infiltrando ilegalmente através das fronteiras e caçadores comerciais da cidade de Cabinda.

Por outro lado, foi relatado que o envolvimento de membros das forças armadas na caça furtiva, comércio ilegal de animais selvagem e exploração madeireira anárquica foi significativamente reduzido desde o início dos meados dos anos 2000s após a campanha de sensibilização com as forças armadas no Maiombe na altura [10], fortalecido consideravelmente desde 2013 em resultado dos esforços de sensibilização por pessoal do Parque. Foi relatado por pessoal do Parque que atualmente não é tolerado pelos comandantes do exército e da polícia, o engajamento de indivíduos sob seu comando em actividade ilegal de caça furtiva ou de comércio ilegal de vida selvagem. Foi mais relatado que hoje em dia as forças armadas e seus comandantes cooperam com o pessoal do Parque e ajudam na execução das suas tarefas de fiscalização.

A maioria dos membros das comunidades entrevistadas está ciente da ilegalidade da exploração madeireira anárquica, e das ações de fiscalização e, foi relatado que o garimpo de madeira para uso comercial foi reduzida. No entanto, a maioria ainda faz uso pessoal de pequena escala (nesse caso, o pessoal do Parque se abstém de ações de aplicação da lei).

O Conflito-Humano-Vida selvagem (CHV) foi relatado como uma das maiores preocupações para as comunidades locais, e principalmente o Conflito Humano-Elefante (CHE).

O conflito humano-elefante foi relatado em todas as aldeias visitadas ao sul de Belize, principalmente na área central do Maiombe e na área do Baixo Maiombe. Os elefantes são relatados para chegar a culturas tão perto quanto 100-200m. As principais culturas danificadas por elefantes são banana, mandioca e batata-doce, entre outras. Em Sinde, os elefantes são relatados para entrar na aldeia.

Um aldeão foi morto por um elefante perto de Sinde em Novembro de 2016. O incidente foi verificado por pessoal do Parque. Um caso semelhante foi relatado há vários anos.

Conflito-Humano-Vida selvagem envolvendo outras espécies é relatado para ser uma preocupação muito menor do que o caso do elefante, e mais específico por sítio, incluindo as seguintes espécies: pacaça (danos principalmente à mandioca e batata); javali (danos a todas as culturas); ratos de cana (danos ao amendoim e outras culturas); gorilas, chimpanzés e macacos (danos principalmente a bananas e outras frutas); mangustos, genetas e civetas, bem como águias e cobras (predando galinhas e patos, filhotes e ovos); Elefante, pacaça, crocodilo, e cobras são considerados como espécies perigosas para os seres humanos.

Na maioria dos casos, nenhuma ação é tomada para proteger as culturas do danos da vida selvagem. Durante um breve período, após o treinamento em mitigação de Conflito Humano-Elefante recebido de especialistas da Organização de Alimento e Agricultura, várias aldeias tentaram aplicar metodologias relacionadas ao uso de jindungo, mas essas tentativas amadoras não tiveram sucesso e logo foram abandonadas.

A Secretaria Provincial da Agricultura e Florestas está oferecendo lavras alternativos às cooperativas de agricultores na área de savana em Caongo, fora da área da floresta do Maiombe, para melhoria da segurança alimenta, evitando o Conflito Humano-Elefante e reduzindo a degradação da floresta.

A atitude das comunidades para as empresas madeireiras é mista. Por um lado, proporcionam oportunidades de emprego, mas, por outro lado, a exploração madeireira causa a degradação da floresta, provoca uma redução da disponibilidade de áreas de cultivo e da vida selvagem, causa ruído e destrói estradas. Também foi dito que as empresas madeireiras fornecem apenas um pequeno número de oportunidades de emprego de curto prazo para membros das comunidades locais e em condições desfavoráveis, enquanto preferem recrutar pessoal de fora.

Os caçadores locais entrevistados nas aldeias visitadas relataram que seu envolvimento na caça é resultado da necessidade, e que eles não escolheriam essa vida se tivessem alternativas disponíveis. A vida do caçador é descrita como miserável, difícil, arriscada, com muito sacrifício e sofrimento e muito pouca renda. Hoje em dia, é ainda mais difícil do que 5 ou 10 ou mais anos atrás, já que a disponibilidade de vida selvagem é relatada como sendo reduzida, e longas distâncias de caminhada são necessárias para atingir até mesmo 1-3 animais para subsistência.

De todos os caçadores e outros membros das comunidades entrevistados, nem mesmo um relatou que quer que seus filhos sejam caçadores ou madeireiros. Todos gostariam que seus filhos fossem educados e conseguissem emprego, de preferência no serviço público. Emprego como o pessoal do Parque ou eco-guardas era considerado desejável. A prática agrícola, porém, foi mencionada como uma ocupação favorável, mas muito prejudicada pelos danos de elefantes. A maioria das crianças entrevistados relatara que gostaria de ser professores, enfermeiros ou médicos.

Todos os membros das comunidades locais entrevistados expressaram sua vontade de receber apoio e treinamento no desenvolvimento de meios de subsistência alternativos sustentáveis. Estes podem incluir, entre outras oportunidades mencionados, o cultivo

comercial e a comercialização de culturas de rendimento; pecuária de pequena escala; piscicultura; e oportunidades de emprego no serviço público. Todos os caçadores expressaram sua vontade de ser recrutados como funcionários do Parque ou eco-guardas e poder abandonar a vida de caçador.

Consultas com funcionários Provinciais :

Foram realizadas consultas com representantes dos principais setores da Província e dos Municípios. Foram fornecidas informações sobre planos setoriais específicos e usos da terra existentes e planejados dos vários setores na área do PNM e seus arredores. Da maioria dos setores não estavam disponíveis informações detalhadas e georreferenciada ou mapas dos usos da terra.

Foram abordados a elaboração de um Plano de Gestão para o PNM, a necessidade de colaboração multissetorial e fluxo de informações no seu desenvolvimento, bem como a necessidade de realização de avaliações de impacto ambiental para qualquer plano de desenvolvimento, obras, extração ou outros usos da terra, e a importância de priorizar sempre as considerações de conservação no PNM.

A Secretaria Provincial de Agricultura e Florestas informou sobre planos de agricultura e concessões florestais em toda a área florestal do Maiombe. As concessões são concedidas a nível central pelo Ministério da Agricultura e Florestas. Foi relatada a colaboração com o Departamento de Ambiente e com o pessoal do PNM, a nível Provincial. Foi enfatizada a necessidade de harmonização da legislação entre os dois setores e de coordenação em relação dos locais onde que as concessões são concedidas. No início de 2018, todas as concessões florestais foram suspensas para revisão, mas nos meados de 2018 foram retomadas. Foram abordados os desafios ligados com o garimpo de madeira e práticas ilegais de concessionárias. Planos de reflorestamento foram mencionados, mas ainda não são efetivos. Foi debatido o desafio do conflito humano-vida selvagem, e em particular o conflito humano-elefante, como uma preocupação principal para as comunidades e para o desenvolvimento agrícola no Maiombe.

A Secretaria Provincial da Indústria, Geologia e Minas informou sobre a pedreira do quartzito e granito e sobre as concessões que estão sendo considerados para explorações de ouro. Essas explorações foram solicitadas na área central que foi identificada como a mais importante para a conservação de espécies icônicas e outras no Parque, e se será realizada, pode ter um impacto negativo significativo. A presença de garimpo de ouro em pequena escala também foi informada.

A Secretaria Provincial de Apoio Empresarial e Investimentos Privados enfatizou a importância de criar as condições que permitem a coexistência da população humana com a vida selvagens na área do Maiombe, incluindo a mitigação do conflito humano-elefante, e o desenvolvimento de meios de subsistência alternativos sustentáveis com as comunidades, inclusive através de emprego, investimentos do setor público e do setor privado, e agricultura sustentável, principalmente de prática agro-florestal, e sua comercialização.

A Secretaria Provincial da Família e Promoção da Mulher informou sobre seus planos de fornecer condições para criação de animais domesticados pequenos (galinhas, patos, cabras, porcos), plantação de árvores de fruto e formação de cultivo para as comunidades do Maiombe, bem como para apoiar a formação de mulheres na criação de associações de agricultoras.

A Secretaria Provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos informou que há 1.700 veteranos registrados na província e mais 4.000 solicitações aguardando aprovação e registro. A Secretaria está preparando planos para apoiar os veteranos na formação de cooperativas agrícolas, no fornecimento de campos para cultivo na área de savanas fora do PNM, no Município de Cacongo, e no desenvolvimento de outros meios de subsistência, incluindo criação de piscicultura de pequena escala.

A Secretaria Provincial de Energia e Água informou que uma rede de eletricidade está sendo estabelecida na área do Maiombe. A construção de postes foi iniciada sem a prévia avaliação do impacto ambiental, e resultou na erosão causada, principalmente nos desfiladeiros, e na criação de ravinas perigosas.

A Secretaria Provincial de Saúde informou sobre um plano que está sendo preparado para a construção de mais de 100 novos postos médicos na província. Também abordou o perigo da poluição existente de rios, riachos, fontes e nascentes na área do Maiombe.

A Secretaria Provincial de Comunicação Social relatou um plano para desenvolver um programa, em colaboração com o Departamento Provincial do Ambiente, para promover a conservação do PNM da sua biodiversidade.

A Secretaria Provincial de Turismo informou que ainda não existe um plano de turismo para o PNM, no entanto, estão cientes do potencial e da necessidade de desenvolver um plano de ecoturismo para o PNM, em colaboração com o Departamento do Ambiente e com o pessoal do Parque. Foi abordado a necessidade do apoio da Secretaria Provincial de Turismo na realização de actividades de sensibilização entre hotéis e restaurantes, principalmente na cidade de Cabinda, para combater o comércio ilegal de carne de caça que está caçado na área do Maiombe.

Consultas com o pessoal do Parque Nacional do Maiombe:

O PNM conta com apenas 15 funcionários do Parque, incluindo o Administrador do Parque, o Chefe fiscalização, e mais 13 fiscais. Eles trabalham em um regime de 21 dias alternando, de modo que a qualquer momento apenas 6 ou 7 fiscais estão ativos no Parque, incluindo um Chefe para cada um dos dois grupos, e além do Administrador. O origem de 14 dos 15 funcionários do Parque é da Província de Cabinda. Entre eles, 2 são autoridades tradicionais dentro da área do PNM, e os outros são da cidade de Cabinda e da zona costeira da província. Um fiscal é da Província de Moxico, mas viveu em Cabinda muitos anos. Todos os 15 fiscais entendem as idiomas local e podem conversar commembros das comunidades locais sem nenhum impedimento. Há apenas uma mulher entre os fiscais do Parque.

Todos os funcionários do Parque são soldados desmobilizados, e alfabetizados. A maioria foram recrutados na idade de cerca de 35-45 anos (e estão agora em torno de 40s-50s).

Todos receberam treinamento em um curso realizado na escola de fiscais de Catalangombe no Parque Nacional de Kissama, fornecido pelo Colégio de Vida Selvagem de Africa Austral, durante 45 dias, em 2012, e passou em um exame coletivo .

As principais atividades que são realizadas pelos fiscais do Parque incluem educação ambiental para as comunidades locais; atividades de educação para crianças em idade escolar; sensibilização baseada na mídia através de cooperação com jornalistas e com os representantes provinciais da TPA; mantendo contacto contínuo com as comunidades; recolha de informações; contacto com informantes e recolha de inteligencia; registo detalhado de reclamações sobre conflito humano – vida selvagem; patrulhas apeados (4 vezes/semana em equipas de 2 fiscais), com registo de rotas, pegadas, excremento dos animais, trilhos, e cabanas de caçadores, e recolha de armadilhas de caçadores furtivos; patrulhas rodoviárias; barricadas para proceder revistas de viaturas e motorizadas que circulam pelas vias primárias, secundárias e terciárias, para detetar, apreender e encaminhar todos que forem apanhados a transportar artefactos da fauna e flora protegidas; e outras atividades de fiscalização, inclusive em colaboração com a Policia Nacional e outras agencias de fiscalização da Provincia [9], [11].

Durante 2013 – 2016 foram encaminhados ao Ministério Público pelo pessoal do PNM, 45 cidadãos, sendo 30 de RDC e 15 Angolanos que responderam pelos crimes de abate indiscriminado de árvores, captura e tráfico ilegal de Papagaio Cinzento e Gorila. Foram confiscados 5 crias de chimpanzés, 2 crias de gorilas, 1 cria de elefante, e 13 papagaios cinzentos, dos quais sobrevivem apenas 3 papagaios cinzentos. Foram capturadas 600 tábuas diversas e 150 barrotes serradas pelo garimpo, e foi realizado confisco de 6 motosserras e 1 motobomba, equipamentos utilizados pelos garimpeiros no garimpo de madeira e ouro [Bizi, J. Pers. Comm.]

Em 2017, 2 caçadores e 5 traficantes ilegais de madeira foram apanhados; Foram realizadas 175 sessões de conscientização para um total de 1.772 membros das comunidades locais, sobre diversas questões, incluindo: caça furtiva, garimpo de madeira, fabrico de carvão, queimaduras, garimpo de ouro, poluição do ar, poluição dos rios e nascentes, manutenção dos leitos de rios, uso de latrinas, mitigação do conflito humano - vida selvagem, práticas de agricultura e cultivo, e criação de grupos de jovens e adultos nas comunidades para serem activistas ambientais [9], [11].

Em 2018, o Administrador do Parque recebeu formação em investigação e fiscalização dos crimes sobre a vida selvagem, na Academia de Fiscalização Internacional, ILEA, em Gaborone.

Em 2018, foram confiscados 13 papagaios cinzentos Africanos, do qual 7 sobrevivem. O pessoal do Parque recebeu formação no tratamento dos papagaios confiscados, e apoio na construção de um aviario para seu reabilitação e na aquisição de comida adequada, e manual escrito, por Fundo Mundial de Papagaios, WPT, através do Projecto Combate o Trafico em Vida selvagem, financiado pelo Serviços de Pesca e Vida Selvagem dos Estados Unidos, USFWS, e gerido pelas organizações internacionais, Impacto sobre a Vida Selvagem, WI, Fundo Mundial de Papagaios, WPT, e Projeto Internacional de Lei Ambiental, IELP.

Em 2018 foi confiscada uma cria de gorila, e foram recrutadas 2 cuidadoras, que receberam formação curta pela perita do santuário de chimpanzés, Tchimpounga da organização Instituto Jane Goodall, JGI, em Congo. A cria, de idade estimado de 7 meses, não sobreviveu. 2 chimpanzés fêmeas adultas que encontram-se em cativeiro ilegal em Cabinda, são destinadas a sua reabilitação no santuário Tchimpounga. Em 2019 o pessoal do Parque recebeu uma formação sobre tratamento de vida selvagem confiscada, em geral, focando nos grandes símios, e outros mamíferos, e material, por veterinários peritos internacionais no tratamento de vida selvagem e santuários, através do mesmo Projecto acima referido.

O Administrador do Parque estabeleceu parcerias com a Polícia Nacional, os Serviços de Investigação Criminal, a Polícia de Guarda Fronteira, o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), o departamento de fiscalização da Secretaria Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, e as Administrações Municipais, para colaboração na implementação de actividades de fiscalização, educação, entre outros. Boa cooperação também foi estabelecida com as FAA. A fiscalização entre as comunidades locais é feita através da cooperação com as autoridades tradicionais [9].

A sede do Parque fica na aldeia do Mbucu Mabele, perto de Buco Zau, e atualmente há 2 subpostos adicionais de fiscalização em funcionamento no Parque, em Inhuca e em Mbata Lunhuca, com 1-2 rangers em cada posto. A infraestrutura na sede do Parque é baseada no uso de contentores, com 7 contentores de quartos individuais e 3 de casa duplo. Além disso, o pessoal do Parque construiu uma cozinha e um jango que serve para reuniões e eventos sociais. Existe um furo de água com sistema de painéis solares, uma bomba elétrica, 2 tanques reservatório de água cada com 10.000 litros, dos quais um elevado 4 metros em sistema de gravidade, com uma torneira de serviço para abater águas das Comunidades de Quissamno, Mbucu Mabele e Batamanga. Existe um gerador (o gerador original fornecido é avariado e o Administrador trouxe seu gerador privado), e 7 postos de iluminação solar. O parque tem 2 carros 4x4 e mais uma carinha e um moto que atualmente não estão em ordem. O orçamento para despesas dos carros, combustível, reparações e manutenção é muito limitado e insuficiente [9], [11].

De acordo com o Administrador do Parque, o orçamento disponibilizado ao funcionamento do Parque em 2017 era de apenas 350.000Kwz (cerca de 2.300 USD em taxa oficial na altura). Este Parque não tem receita de turismo. 200.000Kwz (cerca de 1.300 USD em taxa oficial na altura) foram obtidos em 2017 em 3 multas por extração ilegal de madeira. 80.000Kwz desse valor foram entregues a 8 guardas florestais e 2 policiais que realizaram as operações, e 120.000 foram utilizados para o Parque. As despesas relatadas foram em alimentos para os fiscais, manutenção de carros e peças, e comunicação. Esse orçamento é muito menos dos custos reais do funcionamento razoável do Parque e do pessoal.

O Administrador do Parque e o pessoal participaram na preparação da proposta de zoneamento do Parque (Produto 3 desse Projecto) e no fornecimento de informações e conselhos detalhados para a elaboração do Plano de Gestão do Parque Nacional do Maiombe (Produto 4 desse Projecto).

IV. Conclusões e Recomendações

As informações recolhidas através deste levantamento, e fornecida nesse Relatório, no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe [1], e no *Relatório Técnico – O Meio Biofísicoesocioeconómico do Parque Nacional do Maiombe: Revisão Bibliográfica*, constituem uma boa base para a elaboração de uma proposta de Zoneamento e de Plano de Gestão inicial para o PNM.

O Plano de Gestão e Plano de Zoneamento inicial pode servir como base para dar incio da implementação da gestão do PNM, enquanto recolhindo mais informações requeridas e mais detalhadas, no base de levantamentos sistemáticos da flora e da fauna, dos ecossistemas, e do seu estado atual, bem como sobre todos os usos de terra existentes e planeados, na área do Maiombe em Cabinda, com os seus mapas detalhados, e além da realização de um processo contínuo e permanente de consulta com as autoridades provinciais e municipais, as comunidades locais e mais intervenientes chaves.

As informações coletadas indicam claramente a necessidade de uma extensão da área designada do PNM o sud e oeste, para incluir a área do Baixo Maiombe, que foi identificada como importante para a conservação de espécies icônicas ameaçadas e para melhor representação de tipos de habitat e da vegetação. A classificação geral da sensibilidade ecológica e da importância de conservação de cada zona da área de PNM, seria usada para o seu zoneamento respectivo.

As informações georreferenciadas fornecidas pelas autoridades nacionais, provinciais e municipais e pelos setores relevantes específicos eram muito limitadas. Os planos setoriais e provinciais e seus respectivos mapas são essenciais para o desenvolvimento de um plano de gestão e zoneamento útil, baseado na colaboração multissetorial e minimizando conflitos, enquanto maximiza aderindo tanto das considerações de conservação como das necessidades das comunidades locais, de forma compatível, e minimizando sua superação por outras considerações setoriais e econômicas, incompatíveis com os objectivos do PNM.

Em particular, concessões para a realização de operações incompatíveis de exploração madeireira e mineração dentro do PNM, e especialmente em suas áreas mais ecologicamente sensíveis, teriam que ser evitadas, e áreas alternativas fora do PNM deveriam ser procuradas. Embora reconhecendo a importância económica de tais operações, deve ser ponderado contra o risco para a conservação e sustentabilidade da floresta do Maiombe e sua biodiversidade considerando a sua importancia ecologica local, nacional, transfronteiriço, e global, inclusive a sua importancia para espécies icônicas e ameaçados a nível global, como os pangolins, elefantes da floresta, chimpanzés centrais e gorilas da planície ocidental.

O estabelecimento de uma estreita coordenação e colaboração multissetorial aos níveis nacional, provincial e local é um componente essencial para permitir a gestão sustentável do PNM e a conservação de seus valores de biodiversidade. É essencial que qualquer plano

de usos da terra, obras e desenvolvimento na área do PNM e seus arredores, seja fornecido ao MINAMB, ao INBAC e ao pessoal do PNM, para revisão e análise de potenciais impactos e incompatibilidades, e que estará sujeito as avaliações profundas de impacto ambiental e social, como condição antes da sua aprovação.

Envolvimento das comunidades locais na conservação do PNM e dos seus valores de biodiversidade, e na gestão sustentável dos recursos naturais, é essencial para garantir os seus subsistência e benefícios melhorados ao longo prazo e, é um componente chave da gestão e da conservação eficaz de qualquer Área de Conservação, que inclui uma população humana residente. No caso do PNM o engajamento das comunidades locais é particularmente importante, considerando o grande número de residentes dentro da área do Parque, por um lado, e por outro, a sua grande sensibilidade ecológica.

Os bons contatos estabelecidos pelo pessoal do Parque com as comunidades locais e, em particular, com as autoridades tradicionais e a atitude positiva geral das comunidades para atingir os objetivos de conservação do Parque, formam uma boa base para o desenvolvimento de planos e programas detalhados de gestão do Parque, e nessa base, projetos específicos, para abordar as principais preocupações das comunidades, numa maneira compatível com os objetivos de conservação, e conforme detalhado neste relatório.

Especificamente, os seguintes aspectos e preocupações abordados pelas comunidades locais devem ser integrados no plano de gestão: substituir da prática não sustentável de cultivo de corte e queina, para práticas agrícolas sustentáveis inclusive a prática agriflorestal; estabelecer cooperativas de agricultores; desenvolver meios de subsistência alternativos sustentáveis adicionais; desenvolver e implementar um programa holística de mitigação do Conflito Homem – Vida selvagem, focando especificamente no Conflito Homem – Elefante, incluindo o cultivo comercial de culturas não atrativos por elefante, evitando cultivar nas rotas do elefante, e uso de métodos mistos de afujentar o elefante das lavras, entre outros componentes do programa; saneamento e gestão de resíduos, com foco especial na prevenção da poluição dos rios, nascentes, lagos e fontes; cooperação com os setores e autoridades relevantes para melhorar o acesso a serviços básicos, água, energia, educação e saúde, bem como lavras alternativas para o cultivo, fora da área do Maiombe, além de provisão de apoio, transporte e formação.

Um programa para de recrutamento, formação e integração de membros das comunidades locais, homens e mulheres, embora com foco em caçadores, a servir como agentes de conservação/ecoguardas comunitários, é muito desejável e será proposto incluído no plano de gestão do PNM.

Um plano de longo prazo de turismo deve ser desenvolvido em cooperação com o Ministério do Turismo e a Secretaria Provincial de Turismo, e com outros setores relevantes, bem como, com as comunidades locais e com o setor privado. Esse plano deve se basear em uma abordagem passo a passo e definir as condições que precisam estar em vigor para tornar o turismo uma oportunidade econômica viável no PNM, minimizando riscos a sua biodiversidade, integridade ecológica, e as comunidades.

O contexto transfronteiriço do PNM, como parte da Iniciativa Transfronteiriça do Mayombe, entre Angola, Congo, RDC e Gabão, seria referido e incluído no plano de gestão do PNM.

As informações recebidas do pessoal do Parque, em relação com o seu funcionamento, bem como os resultados da consulta com eles no que diz respeito aos requisitos essenciais e lições aprendidas, seria usado para o desenvolvimento corrente do Plano de Gestão do PNM, após a elaboração do Plano de Gestão inicial. Em particular, o Plano de Gestão incluiria: requisitos completos de pessoal e divisão de tarefas; requisitos e planos de infraestruturas e equipamentos; requisitos de reforço da capacidade e programa de formação; planos detalhados para as operações e atividades do pessoal do Parque; requisitos orçamentais e recomendações para a criação de sustentabilidade financeira. O Plano de Gestão inicial para o PNM será fornecido através deste projeto (Produto 4), e servirá como base para dar início da implementação de gestão eficaz, enquanto continuando a recolha de informações, avaliação e lições aprendidas, e desenvolvimento e melhoramento contínuo do Plano de Gestão e dos seus Planos Subsidiários.

V. Bibliografía

1. Ron, T. 2018. Relatório sobre o Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe. Projecto Nacional da Biodiversidade: Conservação do Parque Nacional de Iona. MINAMB/PNUD/GEF/ UE.
2. MINAMB / PNUD / GEF. 2015. Projeto Expansão e Fortalecimento do Sistema de Áreas de Conservação em Angola. PRODOC
3. Informações e mapa providenciadas pelo Secretariado Provincial de Industria, Geologia e Minas, Outubro de 2017.
4. <https://www.facebook.com/portodecaio/>
5. http://jornaldeangola.sapo.ao/economia/exploracao_de_ouro_autorizada_em_cabin_da
6. Instituto Nacional de Estatística (INE), 2014. Recensamento Geral da População e Habitação – 2014. Resultados Preliminares (Censo Nacional)
7. Ron, T. 2003. A conservação da Floresta do Maiombe, Cabinda, Angola no âmbito de uma iniciativa de conservação transfronteiriça. O Congresso Mundial dos Parques, Durban, Africa do Sul. (em Inglês).
8. Ron, T. 2011. Potencial para designar Áreas Protegidas para conservação e identificação de corredores de conservação que faz parte do processo do planeamento de uma Área Protegida Transfronteiriça na floresta do Mayombe. Preparado para os governos de Angola, Congo e RDC, PNUA e UICN.
9. Bizi, J. 2017. Apresentação do Parque Nacional do Maiombe. INBAC
10. Ron, T. 2004. A floresta do Maiombe em Cabinda, esforços de conservação, 2000-2004. Conservação da Biodiversidade na Província de Cabinda. Workshop, 10.11.2004
11. Bizi, J. 2019. Apresentação de Relatório Síntese, Período de Prevenção 2018/2019/PNM

Anexo I. Mapas

Todos os mapas deste relatório são fornecidos num anexo separado digitado. Os mapas foram produzidos pela Topogis Lda, na exceção de mapas de outras fontes, que sempre está citada.

A lista dos mapas

1. Os resultados detalhados da pesquisa do aplicativo ODK (Kit de Dados Abertos) são anexados em dois arquivos do google earth
2. Os mapas a seguir, produzidos pela Topogis, são anexados como arquivos separados:
 - a. Mapa geral da província de Cabinda
 - b. Limites do Parque Nacional do Maiombe e a área total da Floresta do Maiombe na Província de Cabinda
 - c. Habitações (aldeias e centros urbanos) na Província de Cabinda e no PNM
 - d. Densidades populacionais na Província de Cabinda
 - e. Tipos de vegetação e usos da terra no PNM
 - f. Pesquisa do aplicativo de Kit de Dados Abertos, ODK - todos os resultados
 - g. Pesquisa do aplicativo de Kit de Dados Abertos, ODK – observações de vida selvagem e rastros registrados
 - h. Pesquisa do aplicativo de Kit de Dados Abertos, ODK - atividades ilegais e ameaças registradas

Mapas adicionais são fornecidos no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe [1], e no Relatório Técnico – O Meio Biofísicoesocioeconómico do Parque Nacional do Maiombe: Revisão Bibliográfica

Anexo II. Fotos

Entrevistas com comunidades locais no PNM



Foto: Tamar Ron



Foto: José Bizi



Foto: Tamar Ron

Bagre



Foto: Tamar Ron

Armadilhas de pesca artesanal



Foto: Tamar Ron

Demonstração de método de caça por armadilha de laço



Foto: Tamar Ron

Um veado caçado e um saco de carvão para venda em uma aldeia. A política nesses casos de pequena escala é evitar a fiscalização.



Foto: Tamar Ron

Atividade de fiscalização do pessoal do Parque em um caso de caça comercial à venda na cidade



Foto: Tamar Ron

Um caminhão confiscado com madeira de garimpo na sede do PNM



Foto: Tamar Ron

Actividade madeireira commencial



Foto: Tamar Ron

Prática de cultivo de corte e queima



Foto: Tamar Ron

As casas tradicionais nas aldeias, feitas de tijolos de adobe, podem ser impressionantes



Foto: Tamar Ron

Latrina em Sassa Zau Novo



Foto: Tamar Ron

Cabras



Foto: Tamar Ron

Trabalho de campo

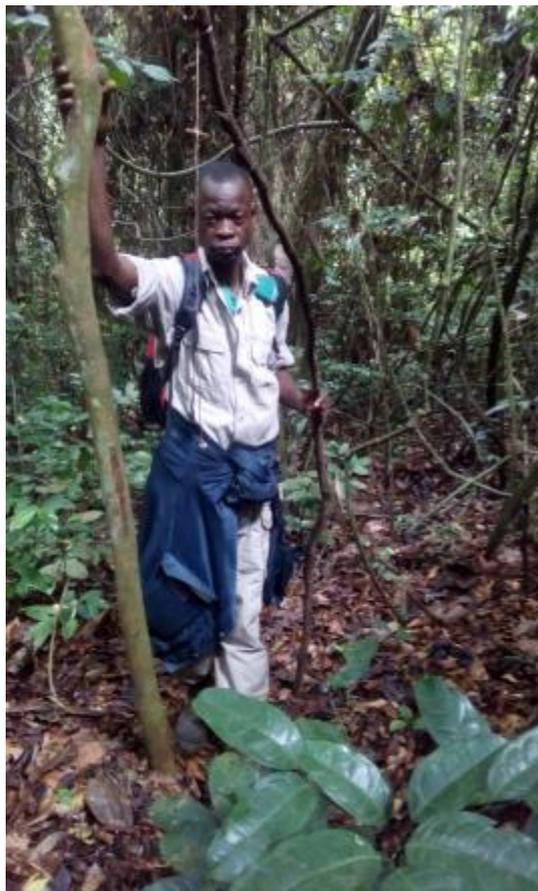


Foto: Tamar Ron



Foto: Tamar Ron



Foto: José Bizi

Fotos adicionais foram entregos em 2018 no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe

PARTE 3:

PLANO DE GESTÃO INICIAL PARA O PARQUE NACIONAL DO MAIOMBE 2019 - 2028

I. Introdução

O seguinte Plano de Gestão Inicial proposto para o Parque Nacional do Maiombe fornece a base para iniciar um processo corrente e dinâmica de planeamento, avaliação e re-planeamento da gestão do parque, à luz da sua visão, objetivos e alvos definidas. O objectivo do Plano de Gestão Inicial é iniciar um processo que permita uma gestão eficaz do Parque Nacional do Maiombe, aumentando simultaneamente a base de conhecimento. Este plano de gestão inicial inclui um plano de monitoramento e avaliação, para permitir a melhoria contínua e dinâmica do planeamento de gestão, com o objetivo geral de melhor atingir a visão da PNM. e Seus objetivos.

Esta actividade foi realizada no âmbito do Projecto *Expansão e Fortalecimento do Sistema de Áreas de Conservação em Angola* [1], do Ministério do Ambiente de Angola (MINAMB), financiado por FGA - PNUD. Este Plano de Gestão preliminar inclui um Plano de Implementação para os primeiros 2 anos, definindo um roteiro e um cronograma para iniciar a implementação do plano de gestão, combinado com um processo contínuo para sua avaliação e melhoria.

Este plano de gestão inicial é baseado em uma base de conhecimento preliminar, incluindo:

- a) Consulta com MINAMB, e revisão da bibliografia e documentação disponíveis existentes sobre o PNM e seus arredores;
- b) Resultados de uma avaliação preliminar de mamíferos de grande e médio porte, bem como de ameaças à biodiversidade, realizada no PNM em 2017 [2];
- c) Resultados de um estudo de campo e processo participativo de consulta com comunidades locais, autoridades tradicionais, oficiais do Governo Provincial de Cabinda e outros intervenientes a nível local e Provincial, realizado no PNM e em Cabinda para a elaboração deste plano de gestão, com os resultados das consultas das partes interessadas.

O objectivo deste documento é: fornecer um Plano de Gestão preliminar, que servirá como base para iniciar um processo de uma gestão prática e eficaz, com avaliação e planeamento contínuo, do Parque Nacional do Maiombe, visando alcançar a sua visão e objectivos definidos, através do desenvolvimento de estratégias específicas e, conseqüentemente, definindo alvos adequadas e viáveis e selecionando acções de gestão eficaz para alcançá-los.

Os objetivos específicos deste Plano de Gestão inicial são:

- a) Apresentar um Plano de Gestão prático, que serviria de base para iniciar um processo contínuo de planeamento e implementação eficaz da gestão do PNM;
- b) Definir a visão do PNM, e seus objetivos de gestão, no base do processo participativo de consulta realizado;
- c) No base da revisão e estudo dos conhecimentos existentes, identificar lacunas críticas de conhecimento e desenvolver planos de pesquisa e recolha de informação, para complementar essas lacunas;

- d) Identificar as principais ameaças à integridade ecológica e a gestão eficaz do PNM;
- e) Desenvolver estratégias para alcançar os objetivos definidas do PNM e para mitigar as ameaças identificadas;
- f) Identificar alvos práticas e viáveis para implementar as estratégias definidas e desenvolver ações de gestão adequadas para atingir essas alvos;
- g) Desenvolver um plano de monitoramento para avaliar a eficácia das ações de gestão tomadas para atingir as alvos definidas e as estratégias adotadas, bem como para identificar e abordar os desafios da implementação do plano de gestão, a fim de alcançar os objetivos definidos. O plano de monitotamento servirá comom base para adaptação contínua do plano de gestão, em acordo com os resultados da avaliação;
- h) Garantir o engajamento corrente de todos os intervenientes-chave no desenvolvimento, implementação e avaliação contínuos, do plano de gestão, e no processo da tomada de decisões;
- j) Apresentar um plano preliminar para o zoneamento de gestão do PNM;
- l) Identificar e apresentar esboços iniciais para o desenvolvimento de planos subsidiários principais;
- m) Apresentar um Plano de Implementação para os primeiros 2 anos da implementação do plano de gestão do PNM, identificando as principais prioridades, para iniciar a atividades chave da implementação do plano de gestão.

Este Plano de Gestão inicial estabelece as bases para iniciar a gestão do PNM durante 10 anos (2019-2028), incluindo o início imediato de um processo do melhoramento constante desse plano de gestão, no base do aumento contínuo da base de conhecimento, engajamento dos intervenientes e avaliação e atualização de um processo dinâmico.

Este Plano de Gestão inicial dos primeiros 10 anos, é composto pelas seguintes seções:

- a) Antecedentes, incluindo a visão e os objetivos de gestão do PNM; contexto legal e administrativo da gestão do PNM; descrição e estado actual do PNM, bem como lacunas de conhecimento; a importância do PNM; análise de intervenientes; análise das ameaças a integridade ecológica do PNO; e uma análise de Forças, Fraquezas e desafios, Oportunidades e Ameaças (FFOA/SWOT);
- b) Um plano de gestão inicial para o PNM, estabelecendo estratégias, alvos, e ações para mitigar as principais ameaças identificadas à integridade do PNM;
- c) Dez esboços preliminar de Planos Subsidiários cahve, que correspondem com, e servem como, ferramentas-chave para a implementação do plano de gestão, apresentado em uma primeira fase de conceito, a ser mais elaborado com o desenvolvimento corrente do plano de gestão. Os planos subsidiários apresentados incluem: plano de zoneamento de gestão; plano de engajamento

dos intervenientes; plano de infraestruturas e equipamentos; plano de fiscalização e aplicação da lei; plano de educação e de sensibilização; plano de comunicação e visibilidade; plano de desenvolvimento de turismo; plano de gestão administrativa; plano de pesquisa; plano de financiamento;

- d) Um plano para o monitoramento, avaliação e adaptação contínua do plano de gestão;
- e) Um Plano de Implementação prática nos primeiros 2 anos, com um cronograma detalhado para a primeira fase da implementação, monitoramento, e desenvolvimento adicional do plano de gestão inicial, em acordo com um análise a ser realizado dos resultados preliminar.

II. Antecedentes

II. 1. A Visão e os Objetivos de Gestão do PNM

Os objetivos do PNM conforme definidos por lei:

Decreto Lei nº 38/11, que estabeleceu os Parques Nacionais de Luengue-Luiana, Mavinga e Maiombe (29 de Dezembro de 2011), definiu os seus objectivos gerais seguintes:

- a) Proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas, comunidades bióticas, recursos genéticos e espécies;
- b) Proteger e manter o estado natural das áreas afectas ao Parque, conservando as suas características ambientais, o valor científico, estético, histórico, geológico ou arqueológico, do património natural de reconhecida importância nacional ou internacional;
- c) Conservar a fauna selvagem, a vegetação espontânea, e os demais componentes ambientais de forma a garantir às actuais e futuras gerações a possibilidade de conhecer e usufruir de exemplares representativos de ecossistemas, de comunidades bióticas e da biológica em geral;
- d) Promover o desenvolvimento do turismo ecológico nas áreas afectas ao Parque, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população residente e periférica;
- e) Preservar as espécies animais e vegetais, e seus respectivos habitats naturais, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção;
- f) Reconstruir e/ou recuperar as populações animais e vegetais e seus habitats;
- g) Preservar ou recuperar os habitats da fauna migratória;
- h) Proporcionar oportunidades para a investigação científica e educação ambiental do público em geral.

A Visão do PNM:

A visão definida de uma área de conservação fornece uma visão geral de como ela deve ser gerida a longo prazo. A definição proposta da visão do Parque Nacional do Maiombe, baseada num processo participativo de consulta com intervenientes chave, é:

A conservação e a reabilitação do componente Angolano dos ecossistemas da floresta do Maiombe e a conservação da integridade dos seus ecossistemas, flora e fauna selvagens, com especial enfoque em espécies de grande importância global, através de gestão sustentável, garantindo melhores condições de vida às comunidades locais, com base numa abordagem participativa, engajamento dos intervenientes chave, e para promover a conservação e a gestão eficaz e sustentável da biodiversidade da toda a área da Iniciativa Transfronteiriça do Mayombe, através de cooperação transfronteiriça entre os países membros da iniciativa.

Os Objetivos de gestão do PNM:

Os objetivos de gestão do PNM são derivados dos objetivos gerais definidos por lei, e da visão definida de longo prazo, e assim incluem os seguintes objectivos:

- a) Conservação e reabilitação do componente Angolano dos ecossistemas da floresta do Maiombe, contribuindo para a conservação de toda a área da Iniciativa Transfronteira do Mayombe, através de colaboração com os países membros da iniciativa;
- b) Conservação da integridade ecológica das populações da fauna e da flora selvagens no Parque, e dos seus habitats naturais, bem como do valor científico, estético, histórico, geológico ou arqueológico, do Parque;
- c) Conservação e protecção de espécies de importância global excepcional, em particular gorilas das planícies ocidentais, chimpanzés centrais, elefantes da floresta, pangolins, e papagaios Africanos cinzentos, entre outros;
- d) Protecção de espécies de fauna e flora selvagem ameaçadas pelo comércio transfronteiriço de vida selvagem ilegal, e combater o tráfico ilegal neles e em seus derivados;
- e) Estabelecimento de mecanismos para assegurar uma abordagem participativa em relação da gestão do PNM, com o envolvimento dos intervenientes chave, e sobretudo das comunidades locais, na tomada de decisões e na implementação;
- f) Facilitação da gestão sustentável dos recursos naturais e o uso sustentável e não destrutivos dos serviços dos ecossistemas, no PNM;
- g) Expansão as oportunidades do desenvolvimento de meios de subsistência alternativos e sustentáveis das comunidades locais, inclusive capacitação adequada, a fim de melhorar o seu bem-estar, numa maneira que permite a sua co-existência com a biodiversidade, no Parque;
- h) Protecção da integridade social, cultural e tradicional das comunidades indígenas locais;
- i) Estabelecer uma estreita coordenação multissetorial e colaboração com as autoridades e intervenientes nacionais, setoriais, provinciais, locais e regionais relevantes, para permitir o planeamento e a implementação coordenados e sustentáveis dos usos da terra e dos recursos naturais no Parque e ns seus arredores;
- j) Elaborar um plano de ecoturismo baseado no engajamento das comunidades locais, no PNM, e que servirá como uma fonte viável e sustentável para o desenvolvimento económico, assegurando os benefícios das comunidades através do desenvolvimento de operações e actividades de ecoturismo no PNM;
- k) Desenvolver e implementar um sistema abrangente de educação ambiental e de sensibilização dos membros das comunidades locais, dos outros intervenientes, e dos visitantes no PNM;

- l) Facilitar pesquisas e levantamentos dos ecossistemas e espécies do PNM, para complementar as lacunas de conhecimento crítico identificadas e para melhorar o planeamento e o monitoramento da gestão;
- m) Desenvolver e implementar um plano de monitoramento para a avaliação dos resultados da gestão e melhoria contínua do plano de gestão;
- n) Identificar e remover barreiras e desafios á implementação do plano de gestão ao longo prazo, e criar as condições para a capacitação dos funcionários e intervenientes em acordo com necessidades identificados de reforço da capacidade.

II. 2. O Contexto Jurídico e Administrativo da Gestão do PNM

Contexto Jurídico

O Parque Nacional do Maiombe foi legalizado a 29 de Dezembro de 2011, numa área de 1.930 Km² (193.000 ha), pelo Decreto Lei nº 38/11, que estabelecia os Parques Nacionais Luengue-Luiana, Mavinga e Maiombe [3].

O PNM constitui o maior parte do componente Angolano da Iniciativa Transfronteiriça do Maiombe (ITM), cujo Memorando de Entendimento foi assinado entre Angola, a República do Congo e a República Democrática do Congo em 2009, e com o Gabão em 2013.

Categoria Nacional do PNM: Parque Nacional

Categoria formal da UICN – Categoria II: Parque Nacional.

O actual Plano de Gestão recomenda que será reavaliado a Categoria do PNM, e que a sua gestão será mais adequada a definição de Categoria IV - Área de Gestão de Habitat/Espécies ou de Categoria VI - Área Protegida com Uso Sustentável de Recursos Naturais (veja mais detalhes no Plano de Zoneamento de Gestão proposto, Produto 3 dessa consultoria)

Posse da terra do PNM: toda a área do PNM em posse estatal.

Contexto Administrativo e Institucional

A estrutura institucional responsável pela gestão das Áreas de Conservação em Angola é o Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação (INBAC), no Ministério do Ambiente (MINAMB). O MINAMB é responsável por rever e adotar o Plano de Gestão, e liderar e orientar a sua implementação, através do pessoal do PNM.

O PNM foi lançado e começou a funcionar a partir de 23 de Novembro de 2013. Há 15 funcionários do parque no PNM, incluindo um Administrador do Parque, Chefe da Fiscalização e 13 fiscais, inclusive 2 Chefes de Grupo, alternando em um sistema de 21-21 dias, de modo que a qualquer momento trabalham no Parque apenas 6-7 fiscais, além do Administrador do Parque. O Administrador do Parque se reporta diretamente ao INBAC e coordena seu trabalho a nível local com o Secretariado de Ordenamento Territorial, Urbanismo e Ambiente, e com as Administrações Municipais.

Mais informações são fornecidas no *Relatório Técnico – O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe: Revisão Bibliográfica*. (Produto 2, Volumes I e II desse projecto).

II. 3. Descrição e Estatuto Atual do PNM e Lacunas de Conhecimento

A descrição biofísica detalhada, a caracterização das condições socioeconómicas, e as informações sobre a situação atual do PNM, bem como as informações sobre lacunas de conhecimento, são fornecidas nos seguintes documentos:

- a) Revisão da bibliografia e documentação disponíveis existentes, apresentado no *Relatório Técnico – O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe: Revisão Bibliográfica*. (Produto 2, Volume I)
- b) Resultados de um levantamento preliminar e consulta com intervenientes realizado no PNM para a elaboração do Plano de Gestão, com os resultados da consulta das partes interessadas, apresentado no *Relatório Técnico – O Meio Biofísico e Socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe: Resultados do Estudo do Campo no PNM* (Produto 2, Volume II)
- c) Resultados de uma avaliação preliminar de mamíferos de grande e médio porte, bem como de ameaças à biodiversidade, no PNM, reportados no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe [2].

II. 4. A Importância do PNM

O PNM e, de facto, a área mais ampla dos ecossistemas da floresta do Maiombe na Província de Cabinda, Angola, tem uma importância ecológica local, nacional, regional e global excepcional, bem como importância significativa social, económica, cultural, histórica e política.

A área da floresta do Maiombe, em Angola, bem como no seu contexto transfronteiriço, contém ecossistemas sensíveis e ricos, com importância global em termos de biodiversidade e espécies icónicas de grande interesse global, entre eles o gorila das planícies ocidentais (*Gorilla gorilla gorilla*), o chimpanzé central (*Pan troglodytes troglodytes*), o elefante da floresta (*Loxodonta cyclotis*), o pangolim gigante (*Manis gigantea*), e o pangolim de árvores (*Manis tricuspis*), entre outras espécies.

A floresta do Maiombe/Mayombe/Mayumba - compartilhada entre Angola, a República Democrática do Congo, a República do Congo e Gabão - numa parte relativamente seca do centro de endemismo Guineo-Congoliano, forma a margem sudoeste da floresta tropical da Bacia do Congo na África Ocidental e Central, e da distribuição da flora e da fauna relatadas.

A área dos ecossistemas da floresta do Mayombe atravessa duas ecorregiões designadas pelo Fundo Global da Vida Selvagem (WWF): a ecorregião da Floresta Costeira Equatorial Atlântica e a ecorregião de mosaico floresta-savana Congoliano Ocidental. O PNM se sobrepõe também consideravelmente a uma das Áreas designadas por Conservação Internacional (CI) de Alta Biodiversidade de Região Selvagem (HBWAs). A parte norte da área da Iniciativa Transfronteiriça do Mayombe se sobrepõe à parte sul da Área de

Conservação de Paisagem Gamba-Mayumba-Conkouati , entre Gabão e Congo, uma das 12 Áreas de Conservação de Paisagem da Parceria para a Floresta da Bacia do Congo (PFBC), selecionadas como prioridades de conservação pela Programa do Ambiente de USAID-Regional da África Central. (CARPE). As florestas nas áreas fronteiriças entre Cabinda e Congo, dentro e fora da Reserva de Biosfera de Dimonika e no Parque Nacional Conkouati-Douli, também foram classificadas como Paisagens Florestais Intactas: grandes extensões remanescentes de paisagens florestais minimamente perturbadas pela actividade económica humana.

O Plano de Ação Regional para a Conservação do Gorila das Planícies Ocidental e do Chimpanzé Cental, de 2015-2025, definiu a floresta do Maiombe em Angola e a Reserva da Biosfera de Dimonika no Congo como um sitio de "prioridade de pesquisa", entre um total de 18 locais prioritários definidos regionalmente.

Notamos que a floresta do Maiombe faz parte da floresta tropical da bacia do Congo, que tem importância global para a mitigação das mudanças climáticas e importância regional e local para as adaptações das mudanças climáticas.

A área de ecossistemas do Maiombe foi submetida a décadas de extensa utilização e dos impactos de conflito armado e pobreza extrema, que resultou com perturbação intensa humana e consequente degradação ecológica, através da caça furtiva, a invasão, uso não sustentável, e degradação da floresta e outros recursos naturais, com pouca proteção e esforços de conservação na altura.

Por outro lado, o longo conflito armado em Cabinda, Angola, resultou numa utilização reduzida da floresta e na sua recuperação ao longo de várias décadas, formando uma "ilha" de área florestal relativamente intacta em Cabinda, rodeada por áreas fortemente desflorestadas no Congo, e na RDC. Esta situação aumenta a importância da conservação da floresta remanescente em Cabinda, tanto no contexto nacional como regional.

A área da floresta do Maiombe em Angola, também tem uma importância social, cultural e histórica significativa, uma vez que é o lar de uma população indígena, que remonta a muitas gerações. O tamanho da população dentro da área de PNM é estimado em cerca de 56.000, e principalmente indígena. A afiliação cultural, linguística e étnica entre as comunidades locais na maior parte do sul da floresta do Maiombe em Angola, Congo e RDC, aumenta o potencial de cooperação transfronteiriça. O grande tamanho da população, e sua tendência a depender do uso insustentável dos recursos naturais para seu sustento, constitui um desafio notável para o desenvolvimento de um plano de gestão viável e para proteger os valores ecológicos do PNM.

A área da floresta do Maiombe tem potencial imenso de desenvolvimento económico. No entanto, incompatibilidades potenciais e riscos de planos de actividades florestais e de mineração contradizem os objetivos de conservação do PNM, e constituem uma grande preocupação.

A província de Cabinda, inclusive a área da floresta do Maiombe, têm uma importância política e histórica especial, nos contextos nacional, regional e global. A Iniciativa Transfronteiriça do Mayombe pode representar uma importante oportunidade para

promover a colaboração regional para a conservação, desenvolvimento regional sustentável e capacitação por meio da cooperação e intercâmbio, e até mesmo promover uma cultura de paz.

II. 5. Análise de Intervenientes

A elaboração deste plano de gestão inicial baseia-se, em grande medida, em processo realizado de consulta intervenientes e as partes interessadas. Um processo dinâmico e contínuo de consulta permanente com intervenientes chave, deve seguir para o desenvolvimento, monitoramento e melhoria contínua do plano de gestão do PNM. A consulta, a coordenação e a colaboração com todos os intervenientes principais é fundamental para o planeamento e implementação bem-sucedidos da gestão da PNM, com sentido de apropriedade e engajamento por parte dos intervenientes.

A definição dos intervenientes é: todas as entidades, individuais ou colectivas, que impactam a gestão, conservação, ou uso do PNM, ou dos seus recursos naturais ou da terra, e / ou todos que são afetadas por ele e seu gestão.

A Tabela 1 fornece uma análise dos intervenientes, com a lista de todas as partes interessadas relevantes, dividida por categorias de nível de seu engajamento necessário no planeamento e na implementação da gestão do Parque. A categoria de consulta com cada um dos intervenientes é uma função do nível em que eles afetam a gestão, a conservação e o uso do PNM e seus recursos, e / ou são afetados por ele.

Tabela 1: Análise de intervenientes:

Categoria de Intervenientes	Definição da categoria	Intervenientes
A	Intervenientes que lideram o planeamento e implementação da gestão do PNM	MINAMB INBAC Pessoal do Parque Secretaria Provincial de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente
B	Intervenientes que devem ser consultados e participar ativamente no planeamento do uso da terra e dos recursos, no planeamento da gestão do PNM, e na tomada de decisões e implementação	Governo Provincial de Cabinda As administrações municipais de Belize, Bucu Zau e Cacongo Ministérios relatados (Agricultura e Florestas, Recursos Minerais e Petróleo, Economia e Planeamento, Administração do Território e Reforma do Estado, Pescas e Mar, Saúde, Educação, Energia e Águas, Urbanismo e Habitação, Construção e Obras Públicas, Transportes, Hotelaria e Turismo, Defesa Nacional, Interiore, Assistência e Reinserção

		Social, Justiça e Direitos Humanos, Finanças, etc) Autoridades tradicionais das comunidades locais Associações locais O Secretariado Executivo da ITM
C	Intervenientes que devem ser consultados e envolvidos no planeamento, implementação e avaliação da gestão do PNM	As comunidades locais que vivem no PNM e nas suas imediações O Sector privado ativo na área do PNM (exploração madeireira, mineração, turismo, construções e obras públicas e privadas, etc) ONGs e Associações Provinciais e Nacionais Autoridades religiosas (Igrejas) Institutos académicos e Institutos de pesquisa Peritos e pesquisadores Individuais Deputados da Assembleia Nacional Os Ministérios do Ambiente dos outros países membros da ITM - Congo, RDC e Gabão
D	Os mais intervenientes que podem ser consultados no processo de planeamento, implementação e avaliação da gestão do PNM	ONGs internacionais Doadores potenciais
E	Intervenientes que não devem ser consultados, mas devem ser informados	O público em geral Potenciais visitantes / turistas Nacionais e Internacionais Jornalistas e a mídia Nacional e Internacionais

II. 6. Ameaças

Informações detalhadas sobre as ameaças à integridade, biodiversidade e potencial gestão sustentável do PNM dos ecossistemas, e sobre suas causas principais, são fornecidas no Anexo I (Relatório Inicial - Revisão Bibliográfica no Parque Nacional do Maiombe), Anexo II (Relatório da Avaliação Preliminar). Inquérito aos Animais Selvagens no Parque Nacional do Maiombe) e Anexo III (Relatório sobre os Resultados do Estudo de Campo no Parque Nacional do Maiombe).

A Tabela 2 apresenta uma lista de ameaças identificados e o seu nível avaliado de preocupação (1 = muito grande preocupação; 2 = grande preocupação; 3 = preocupação moderada; 4 = menos preocupação)

Tabela 2: Ameaças identificadas ao PNM

Ameaça	Nível de preocupação avaliado	Intervenientes principais que influenciam a ameaça (impacto negativo e/ou positivo)
Caça de animais selvagens por carne de caça de subsistência	1	Comunidades locais; ONGs locais; INBAC; Pessoal do Parque
Caça de animais selvagens por comércio de carne de caça	1	Comunidades locais; Caçadores; Restaurantes e hotéis; Consumidores; Traficantes; INBAC; Pessoal do Parque; Polícia Nacional; Outros órgãos de fiscalização; ONGs locais
Caça furtiva para tráfico ilegal de vida selvagem e seus produtos, as níveis Nacional, regional e internacional, inclusive comércio de animais de estimação (grande símios, papagaios), e derivados de fauna e flora selvagem (marfim, escamas de pangolim, madeira, etc)	1	Comunidades locais; Caçadores; Traficantes; Redes criminais nacionais, transfronteiriças e internacionais; Mediadores e compradores; INBAC; Pessoal do Parque; Polícia Nacional; Polícia da Guarda Fronteira; Outros órgãos de fiscalização; ONGs locais
Exploração madeira comercial	1	MINAMB; Ministério da Agricultura e Florestas (IDF); Governo Provincial; Sector privado - madeiros; INBAC; Pessoal do Parque
Corte anárquico de madeira	1	Comunidades locais; Madeiros ilegais; Traficantes; Mediadores e compradores; INBAC; Pessoal do Parque; Polícia Nacional; Outros órgãos de fiscalização; ONGs locais; Ministério da Agricultura e Florestas (IDF);
Desflorestação através da prática de cultivo de corte e queima	1	Comunidades locais; Ministério da Agricultura e Florestas (IDF); Governo Provincial ; ONGs locais; FAO; especialistas; INBAC; Pessoal do Parque
Concessões de mineração	1	MINAMB; Ministério de Recursos Minerais e Petróleo; Governo Provincial; Sector privado - mineração; INBAC; Pessoal do Parque
Conflito Humano-Vida Selvagem	1	Comunidades locais; Ministério da Agricultura e Florestas; Governo Provincial; ONGs locais; FAO; especialistas; INBAC; Pessoal do Parque
Mineração anárquica de ouro	2	Comunidades locais; Mineiros ilegais; Ministério de Recursos

		Minerais e Petróleo; Governo Provincial; Traficantes; Mediadores e compradores; ONGs locais; INBAC; Pessoal do Parque; Polícia Nacional; Outros órgãos de fiscalização;
Obras, actividades e planos de desenvolvimento e de exploração, sectoriais, incompatíveis com os objectivos de conservação	2	MINAMB; Ministérios relevantes; Governo Provincial; Administrações Municipais; Sector privado – obras e construções; ONGs locais; INBAC; Pessoal do Parque
Espécies invasoras: <i>Chromolaena odorata</i>	2	MINAMB; Ministério da Agricultura e Florestas; Governo Provincial; especialistas e pesquisadores; ONGs locais; INBAC; Pessoal do Parque
Poluição da água (rios, lagos, riachos)	2	Comunidades locais; MINAMB; Ministério das Pescas; Ministério da Energia e Aguas; Governo Provincial; Administrações Municipais; ONGs locais; INBAC; Pessoal do Parque
Má gestão de resíduos e saneamento	2	Comunidades locais; MINAMB; Ministérios relevantes; Governo Provincial; Administrações Municipais; ONGs locais; INBAC; Pessoal do Parque
Fogo	3	Comunidades locais; MINAMB; Ministério da Agricultura e Florestas; Governo Provincial; ONGs locais; especialistas; INBAC; Pessoal do Parque
Pesca ilegal	3	Comunidades locais; Ministério das Pescas; MINAMB; ONGs locais; Governo Provincial; INBAC; Pessoal do Parque
Ébola e outras doenças infecciosas que ameaçam o ser humano e a vida selvagem	3	Comunidades locais; ONGs locais; INBAC; Serviços Veterinários, Ministério da Saúde; Pessoal do Parque
Pecuária	4	Comunidades locais; Ministério da Agricultura e Florestas; Governo Provincial; especialistas e veterinários; ONGs locais; INBAC; Pessoal do Parque
Impacto das mudanças climáticas	4	MINAMB; Ministérios relevantes; ONGs locais e internacionais; especialistas

II. 7. Análise de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (FFOA/SWOT)

A Tabela 3 fornece uma análise das principais forças, fraquezas e desafios, oportunidades e ameaças do PNM, e a sua classificação relativa (1 = Muito Alto; 2 = Alto; 3 = Médio; 4 = Baixo). Nota-se: as forças e as fraquezas listadas não são alinhadas numa maneira correspondente, nem as oportunidades e as ameaças. O ordem da listagem cada dos 4 categorias, corresponde com o estimado nível de importância.

Tabela 3: Análise de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (FFOA/SWOT) do PNM

Forças	Classificação	Fraquezas e Desafios	Classificação
Biodiversidade rica e ecossistemas importantes de florestas tropicais da Bacia de Congo;	1	Tamanho relativamente pequeno da área florestal e especialmente de ecossistemas intactos;	2
Espécies de importância global, icônicas, raras e endêmicas;	1	Ameaças significativas à integridade da biodiversidade e dos ecossistemas	1
Sobreposição com várias áreas prioritárias de conservação definidas globalmente;	2	População humana grande e relativamente densa no PNM (cerca de 56.000 residentes)	1
Importância ecológica transfronteiriça: a floresta do Mayombe / Maiombe forma a margem de distribuição sudoeste da floresta tropical da Bacia do Congo e das espécies de flora e fauna relacionadas com ela;	1	A população está sujeita a décadas de pobreza e impactos de conflitos armados, e sua subsistência é baseada no uso insustentável dos recursos naturais, inclusive das fauna e flora selvagens;	1
Vontade política a nível nacional e provincial, resultou com a designação do Parque Nacional e sua operação;	2	Décadas de degradação dos ecossistemas e utilização pesada dos recursos naturais;	2
Vontade política transfronteiriça, resultou com a assinatura do Memorando de Entendimento da ITM, entre os quatro países que compartilham a floresta do Mayombe / Maiombe, e com o plano estratégico que foi adoptado pelos países membros da ITM;	2	Capacidade institucional e financeira fraca para a implementação de uma gestão rigorosa e eficaz do PNM;	2
Importância social, histórica e cultural do Maiombe;	1	Fraca capacidade de fiscalização e falta de meios e número adequado de pessoal;	2
Importância da floresta para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas;	3	Fraca colaboração entre os intervenientes a níveis nacional, provincial, municipal, e local no planeamento e implementação dos usos da terra e dos recursos naturais, no PNM; Usos da terra e dos recursos naturais, e obras, incompatíveis com os objectivos da conservação;	1
Expresso vontade dos intervenientes	2	Limitações da informação existente, e	2

em todos os níveis de participar e colaborar na gestão sustentável do PNM;		lacunas chave de conhecimentos críticos.	
Importância econômica e política do PNM.	3		
Oportunidades		Ameaças	
A melhoria da capacidade da gestão do PNM está planeada e em processo;	1	Degradação dos ecossistemas e a perda e fragmentação dos habitats naturais, através de exploração não sustentável de madeira e de invasão;	1
Bom potencial para estabelecer colaboração multissetorial nos níveis nacional, provincial, municipal e local, no planeamento do uso da terra e na viabilização de uma gestão sustentável integrada no PNM	1	Perda de biodiversidade através da caça furtiva	1
Políticas florestais e de mineração e concessões específicas estão sendo revisadas numa colaboração intersectorial;	1	Comércio ilegal de animais selvagens no país e transfronteiriço, causando ameaça seletiva a espécies selvagens da flora e da fauna sujeitos o tráfico ilegal;	1
Vontade política nacional de melhorar a conservação da biodiversidade, traduzida por legislação e políticas relatados;	1	Obras de desenvolvimento, inclusive obras públicas, construções e expansão urbana, realizadas numa maneira incompatível com os objectivos da conservação;	1
Interesse expressado dos intervenientes em todos os níveis de participar na gestão sustentável do PNM;	1	Práticas de cultivo insustentáveis (corte e queima);	1
Boas relações e comunicação estabelecidas entre o pessoal do Parque e a liderança tradicional das comunidades locais;	1	Perda de habitats naturais e da biodiversidade por meio de atividades incompatíveis de mineração;	1
Colaboração de suporte na fiscalização dos crimes ambientais, estabelecida entre o pessoal do Parque, as autoridades Provinciais e Municipais, a Polícia Nacional, as FAA, a Polícia de Guarda Fronteira e outras agencias relevantes;	2	Conflito humano-vida selvagem (principalmente conflito humano-elefante);	1
Potencial para desenvolver meios de subsistência alternativos sustentáveis com as comunidades locais;	1	Poluição através da gestão inadequada de resíduos e saneamento;	2
Oportunidades para introduzir práticas de cultivo melhores e mais sustentáveis, e de sistemas de mitigação de HEC;	2	Espécies invasiva <i>Chromolaena odorata</i> impedindo a reabilitação natural da floresta;	2
Potencial para o desenvolvimento do ecoturismo comunitário;	3	Ébola e outras doenças infecciosas que ameaçam espécies emblemáticas, em particular os grande símios (ameaça potencial mas não confirmado no	3

		Maiombe);	
Oportunidades de cooperação com ONGs e instituições académicas regionais e internacionais para o estudo e conservação da biodiversidade e de espécies e ecossistemas específicos;	3	Fogo;	3
Potencial para melhorar o combate dos crimes ambientais no PNM, através da da estratégia e do programa nacional do combate dos crimes na vida selvagem, inclusive o reforço da capacidade a nível nacional e local;	2	Pesca insustentável;	4
Cooperação regional estabelecida através do ITM;	2	Impactos das mudanças climáticas.	4
Conhecimentos e consciência aumentados as níveis local , nacional , regional e global, da importância dos ecossistemas da floresta do Maiombe, através de actividades de sensibilização, educação, e visibilidade feitas e planeadas.	2		

III. Plano de Gestão para o PNM

Resumo

A Seção III apresenta a parte principal de um plano de gestão inicial proposto para o PNM. O plano de gestão inicial proposto está focado na mitigação das principais ameaças identificadas à integridade do PNM, baseado nas forças, integrando as oportunidades, e mitigando as fraquezas e desafios identificados.

Para cada ameaça chave, o plano estabelece os alvos para sua mitigação, identifica estratégias viáveis para atingir os alvos, e coloca ações específicas para a implementação dessas estratégias. Cada ação inclui a lista dos intervenientes responsáveis pela sua implementação. Esta seção fornece orientação prática para as principais ações iniciais necessárias para atingir os objetivos definidos do PNM, para assegurar a sua integridade, e para iniciar um processo dinâmico da gestão do PNM e do seu planeamento contínuo.

Para resumir, o Plano de Gestão está baseado em *Ações*, designadas para a implementação de *Estratégias*, desenvolvidas para atingir *Alvos* selecionados, para mitigar as *Ameaças* identificadas para atingir os objetivos definidos do PNM.

A Seção IV apresenta Planos Subsidiários chave, que servem como ferramentas para facilitar a implementação efetiva do plano de gestão, mitigando as ameaças identificadas, e para atingir os objetivos definidos da gestão do PNM. Os Planos Subsidiários são apresentados a nível conceitual, a ser mais desenvolvido posteriormente, por meio de um processo dinâmico, pelo INBAC, através de um processo permanente de consulta e colaboração com os intervenientes chave.

A Seção V apresenta um Plano de Monitoramento e Avaliação, para assegurar a contínua avaliação do sucesso das ações de gestão implementados, identificação de desafios e constrangimentos, e ajustamento corrente do plano de gestão em conformidade, num processo dinâmico constante.

A Seção VI apresenta um Plano de Implementação do Plano de Gestão inicial durante os dois primeiros anos.

O Plano de Gestão para o PNM

III 1. Ameaça 1: Degradação dos ecossistemas e perda de habitats naturais através de extração madeireira, invasão e práticas de cultivo insustentáveis

Alvo 1.1. Reduzir o desmatamento através de concessões madeireiras insustentáveis, para proteger a integridade dos ecossistemas da floresta

Estratégia 1.1.1. Estabelecer uma colaboração multi-sectorial entre o MINAMB, o Ministério da Agricultura e Florestas e o Governo Provincial de Cabinda, para avaliação conjunta de todas as concessões madeireiras existentes e solicitadas, em toda área da floresta do Maiombe, de acordo com o plano de gestão e o plano de Zoneamento do PNM, e padrões estabelecidos internacionalmente, e seguindo a política ambiental, inclusive a realização de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e sua avaliação caso a caso, com clara priorização de considerações de conservação na área do PNM e no seu redor. A

implementação de qualquer concessão aprovada na área da floresta do Maiombe, seria monitorada de perto, através de um esforço conjunto do IDF e do pessoal do Parque.

Ação 1.1.1.1. Estabelecer um Protocolo conjunto multi-setorial sob liderança do MINAMB, inclusive a definição de áreas permitidas e proibidas para exploração madeireira, baseado no Plano de Zoneamento Proposto com esse Plano de Gestão, inclusive Termos de Referencia detalhados para EIAs para cada pedido de concessão, e condições, critérios e protocolos para sua avaliação, aprovação e monitoramento.

Ação 1.1.1.2. Estabelecer e monitorar, pelo INBAC com IDF, a implementação de protocolos de reflorestamento, como parte das condições para quaisquer concessões madeireiras concedidas, e que a sua implementação será baseado no estabelecimento de parcerias do setor privado madeireiro com comunidades locais, para o cultivo local em viveiros de espécies indígenas dos árvores explorados da floresta do Maiombe.

Alvo 1.2. Reduzir o desmatamento através da extração madeireira anárquica, para proteger a integridade dos ecossistemas da floresta

Estratégia 1.2.1. Aumentar a conscientização nos níveis provincial, municipal e local, para reduzir a extração anárquica de madeira.

Ação 1.2.1.1. Desenvolver e implementar atividades de sensibilização por pessoal do PNM, entre autoridades provinciais e municipais, e entre as comunidades locais e as suas autoridades tradicionais, para reduzir a extração anárquica de madeira, inclusive o desenvolvimento através de negociações, de políticas sobre usos acordados pessoais pelas comunidades, e de cooperação entre as autoridades locais e o pessoal do PNM na sua aplicação.

Estratégia 1.2.2. Reforçar a fiscalização e a aplicação da lei, para reduzir as atividades de extração anárquica de madeira para uso comercial .

Ação 1.2.2.1. Estabelecer políticas e procedimentos para atividades de fiscalização, por INBAC e o pessoal do PNM, em colaboração com o IDF, a Polícia Nacional, SIC, as autoridades provinciais e municipais e a Unidade dos crimes ambientais, em casos de extração anárquica para uso comercial e tráfico ilegal, e reforçar a investigação e fiscalização, incluindo o confisco de produtos madeireiros, motoserras, e outros equipamentos relacionados.

Ação 1.2.2.2. Reforçar os esforços de fiscalização em colaboração transfronteiriça, para impedir o tráfico transfronteiriço ilegal de madeira, e para assegurar o julgamento adequado, inclusive o confisco de equipamentos e bens, e deportação permanente de estrangeiros envolvidos em corte ou tráfico ilegal, pelo pessoal do PNM, em cooperação com o IDF, FAA, a Polícia Nacional, SIC, a Polícia da Guarda Fronteira, SME, e PGR.

Ação 1.2.2.3. Sensibilização e treinamento de procuradores e juízes, através de MINAMB e seus parceiros, para garantir a punição adequada dos culpados.

Ação 1.2.2.4. Estabelecimento de cooperação, do pessoal do PNM e do INBAC, com as autoridades locais tradicionais, para o engajamento das comunidades na fiscalização,

incluindo o recrutamento e implantação de Escoteiros da Comunidades para Biodiversidade.

Alvo 1.3. Reduzir o desmatamento através da prática de cultivo de corte e queima, para proteger a integridade dos ecossistemas da floresta.

Estratégia 1.3.1. Aumentar a conscientização e aumentar a capacidade entre os agricultores locais para adotarem as práticas de cultivo sustentáveis.

Ação 1.3.1.1. Estabelecer parcerias de MINAMB com parceiros especializados (por exemplo, FAO, BAFD, ONGs) para desenvolver e implementar projeto\ dedicado\ a capacitação dos agricultores locais a adotarem práticas de cultivo sustentáveis (por exemplo, agricultura de conservação, agro-florestal), incluindo criação de mercados para cultivo comercial sustentável (por exemplo, gengibre, jindungo, café, cacau).

Ação 1.3.1.2. Estabelecer parcerias de MINAMB com parceiros especializados para desenvolver e implementar projeto\ dedicado\ a capacitação dos agricultores locais a estabelecer viveiros de espécies de árvores florestais indígenas, em colaboração com o setor privado, e plantas alimentícias e medicinais indígenas.

Ação 1.3.1.3. Estabelecer cooperação de MINAMB com a IDA no Ministério de Agricultura e Florestas, com o Governo Provincial de Cabinda e com a FAO, para apoiar os membros das comunidades na criação de associações / cooperativas de agricultores e na adoção de práticas de cultivo sustentável, inclusive apoio para comunidades da floresta em fornecimento de zonas alternativas para cultivarem na zona de savana (por exemplo, no Município de Cacongo).

Estratégia 1.3.2. Reforçar a capacidade e apoiar os membros das comunidades locais no desenvolvimento de outros meios de subsistência alternativos sustentáveis.

Ação 1.3.2.1. Estabelecer parcerias de MINAMB com parceiros especializados (doadores, ONGs), para desenvolver e implementar projeto\ dedicado\ para capacitar as comunidades locais no desenvolvimento de meios de subsistência sustentáveis alternativos.

III 2. Ameaça 2: A perda de biodiversidade através da caça furtiva e do tráfico ilegal de animais selvagens

Alvo 2.1. Reduzir e regular a caça de subsistência, para proteger a biodiversidade

Estratégia 2.1.1. Aumentar a conscientização entre as comunidades locais

Ação 2.1.1.1. Desenvolvimento e implementação de actividades, por pessoal do PNM e INBAC, de sensibilização entre as autoridades provinciais e municipais, autoridades tradicionais e comunidades locais, inclusive educação em relação das implicações de saúde, para reduzir a caça ilegal e substituir o consumo de carne de caça por alternativas sustentáveis.

Estratégia 2.1.2. Estabelecer cooperação com a liderança tradicional das comunidades locais

Ação 2.1.2.1. Desenvolvimento e implementação de actividades, por pessoal do PNM, com INBAC, o Governo Provincial, a Administração Municipal, e a liderança tradicional das

comunidades locais, de uma política acordada para a aplicação da lei, que define 3 categorias: (a) caça de subsistência permitida de pequena escala de espécies de menor preocupação, em condições acordadas (por exemplo, número máximo, lista de espécies, regras sobre estação, regras em relação de fêmeas grávidas ou em lactação, proibição de engajamento em caça comercial, etc); (b) casos de caça furtiva fora das regras acordadas, mas não severas, com medidas de punição a serem determinadas e aplicadas pelos líderes tradicionais; (c) casos graves de caça comercial, ou de espécies proibidas, ou casos envolvendo caçadores de fora das comunidades locais, para serem submetidos ao processo tribunal.

Ação 2.1.2.2. Estabelecimento de comunicação amigável e corrente do pessoal do PNM com os líderes tradicionais das comunidades locais, acompanhando seus insumos para fazerem parte da avaliação e adaptação contínua do plano de gestão, e acompanhando seus problemas e sempre que necessário, apoiando transmitir seus assuntos às autoridades municipais e provinciais, para facilitar a sua resolução.

Estratégia 2.1.3. *Apoiar o desenvolvimento de meios de subsistência alternativos sustentáveis e de capacitação relacionada, entre as comunidades locais*

Ação 2.1.3.1. Estabelecer parcerias de MINAMB com parceiros especializados (doadores, ONGs), para desenvolver e implementar projecto\ dedicado\ para capacitar os membros das comunidades locais no desenvolvimento de meios de subsistência alternativos sustentáveis (por exemplo, pecuária sustentável de pequena escala, apicultura, piscicultura, criação controlada de ratos-de-cana \ sibisi, etc).

Alvo 2.2. Reduzir a caça comercial e o tráfico ilegal de carne de caça, para proteger a biodiversidade

Estratégia 2.2.1. *Aumentar a conscientização nos níveis provincial, municipal e local, para reduzir a caça comercial, o tráfico, e o consumo da carne de caça.*

Ação 2.2.1.1. Desenvolvimento e implementação pelo pessoal do PNM, de atividades de sensibilização entre as autoridades provinciais e municipais, as autoridades tradicionais e as comunidades locais, para reduzir a caça furtiva comercial de carne de caça.

Ação 2.2.1.2. Estabelecimento de colaboração do pessoal do PNM com as autoridades locais tradicionais para encorajar o seu envolvimento na sensibilização das comunidades locais.

Ação 2.2.1.3. Desenvolvimento e implementação pelo pessoal do PNM, com INBAC, a Unidade dos crimes ambientais e as agencias participantes no comité técnico multisectorial, e em colaboração com as autoridades provinciais e municipais, os orgões da mídia provinciais e nacionais, e o setor privado (hotéis, restaurantes, etc.), de uma campanha de maior consciencialização, destinada a reduzir o comércio, a venda e o consumo, de carne de caça, em toda a província, focando na cidade de Cabinda e nos centros urbanos municipais.

Ação 2.2.1.4. Uso de sinais e banners em posições estratégicas em toda a província, postos de fronteira, porto marítimo, aeroporto, mercados, etc, e uso de celebridades, para reforçar a campanha de parar o comércio e o consumo de carne de caça.

Estratégia 2.2.2. *Aumentar a fiscalização e aplicação da lei, para reduzir a caça comercial eo tráfico ilegal de carne de caça.*

Ação 2.2.2.1. Desenvolvimento e implementação de protocolos de patrulha e de operação em conjunto, do pessoal do PNM com a Polícia Nacional, SIC, IDF, FAA, a Secção de Fiscalização do Departamento Provincial do Ambiente, autoridades provinciais e municipais e a Unidade dos crimes ambientais com os orgões membros do Comité técnico multissetorial, para cooperar na melhoria dos esforços de investigação e fiscalização, e para reduzir a caça comercial e o tráfico ilegal em vida selvagem.

Ação 2.2.2.2. Desenvolvimento e implementação de comunicação e colaboração transfronteiriça do pessoal do PNM, junto com com a Polícia Nacional, SIC, IDF, FAA, a Secção de Fiscalização do Departamento Provincial do Ambiente, autoridades provinciais e municipais e a Unidade dos crimes ambientais com os orgões membros do Comité técnico multissetorial, a Polícia da Guarda Fronteira, e SME, e com seus homólogos de Congo e da RDC, para aumentar a colaboração transfronteiriça nos esforços de investigação e fiscalização, e para impedir o tráfico ilegal transfronteiriço em vida selvagem.

Ação 2.2.2.3. Sesibilizar, informar e treinar procuradores e juízes, por MINAMB e seus parceiros e especialistas, para garantir a punição adequada de culpados, incluindo confisco de bens e fundos e deportação permanente de estrangeiros envolvidos em caça furtiva ou em comércio e tráfico ilegal de vida selvagem.

Ação 2.2.2.4. Estabelecimento de cooperação permanente do pessoal do PNM, com as autoridades locais tradicionais, para promover o engajamento das comunidades na protecção da biodiversidade, incluindo o recrutamento e a operação de Escoteiros das Comunidades para Biodiversidade.

Alvo 2.3. Eliminar a caça e o tráfico ilegal em espécies idicadas, para proteger espécies icônicas (gorila de planície ocidental, chimpanzé central, elefante da floresta, pacaça) e espécies ameaçadas pelo comércio (por exemplo, pangolins, papagaio Africano cinzento).

Estratégia 2.3.1. *Aumentar a conscientização nos níveis nacional, provincial, municipal, local e transfronteiriço, para reduzir a caça comercial e o tráfico ilegal das espécies indicadas.*

Ação 2.3.1.1. Desenvolvimento e implementação por pessoal do PNM de atividades de sensibilização entre as autoridades provinciais e municipais, as autoridades tradicionais e as comunidades locais, para eliminar a caça de espécies indicadas na lista vermelha, por seu importância global ou por ser ameaçadas.

Ação 2.3.1.2. Desenvolvimento e implementação por pessoal do PNM com INBAC, e em colaboração com a Unidade dos crimes ambientais, os orgões membros do Comité tecnico

multissectorial, as autoridades provinciais e municipais, os orgões de mídia provinciais, nacionais e internacionais, e ONGs locais e internacionais, de uma campanha abrangente de conscientização, para eliminar a caça e o comércio ilegal das espécies indicadas.

Ação 2.3.1.3. Uso de sinais e banners em posições estratégicas em toda a província, postos de fronteira, porto marítimo, aeroporto, mercados, etc, e uso de celebridades, para reforçar a campanha da protecção das espécies indicadas.

Estratégia 2.3.2. *Reforçar a fiscalização para eliminar a caça comercial e o tráfico ilegal de espécies indicadas.*

Ação 2.3.2.1. Desenvolvimento e implementação, pelo pessoal do PNM, em cooperação com a Polícia Nacional, SIC, IDF, FAA, a Secção de Fiscalização do Departamento Provincial do Ambiente, autoridades provinciais e municipais e a Unidade dos crimes ambientais com os orgões membros do Comité técnico multissetorial, de programas operacionais conjuntos para melhorar os esforços de investigação e fiscalização, e eliminar a caça e o comércio ilegal das espécies indicadas.

Ação 2.3.2.2. Desenvolvimento e implementação de comunicação e colaboração transfronteiriça do pessoal do PNM, junto com com a Polícia Nacional, SIC, IDF, FAA, a Secção de Fiscalização do Departamento Provincial do Ambiente, autoridades provinciais e municipais e a Unidade dos crimes ambientais com os orgões membros do Comité técnico multissetorial, a Polícia da Guarda Fronteira, e SME, e com seus homólogos de Congo e da RDC, para aumentar a colaboração transfronteiriça nos esforços de investigação e fiscalização, e para eliminar o tráfico ilegal transfronteiriço nas espécies indicadas.

Ação 2.3.2.3. Sensibilização, e treinamento de procuradores e juízes, por MINAMB e seus parceiros e especialistas, para garantir o conhecimento das espécies da linha vermelha, e a punição adequada de culpados, incluindo confisco de bens e fundos e deportação permanente de estrangeiros envolvidos em caça furtiva ou em comércio e tráfico ilegal das espécies indicadas.

Ação 2.3.2.4. Estabelecimento de cooperação permanente do pessoal do PNM, com as autoridades locais tradicionais, para promover o engajamento das comunidades na protecção das espécies indicadas, incluindo o recrutamento e a operação de Escoteiros das Comunidades para Biodiversidade.

Estratégia 2.3.3. *Criar as condições para reabilitação de animais selvagens vivos confiscados.*

Ação 2.3.3.1. Estabelecimento de parcerias por MINAMB com ONGs internacionais para a identificação de santuários bons existentes regionalmente de primatas e outras espécies, para permitir a transferência rápida sempre que necessário, e a comunicação seguinte permanente, para garantir oportunidades de reabilitação de primatas e outras espécies confiscadas vivas, vítimas de caça furtiva, e do tráfico ilegal.

Ação 2.3.3.2. Avaliação por MINAMB, das necessidades e de possibilidades de estabelecer uma quarantina e um santuário, na Província de Cabinda, para reabilitação de primatas e de

outras espécies confiscadas, vítimas da caça furtiva e do tráfico ilegal, através de parcerias com ONGs internacionais, especialistas e doadores.

Ação 2.3.3.3. Estabelecimento e operação pelo pessoal do PNM e MINAMB, de um centro de reabilitação de papagaios Africanos cinzentos confiscados, vítimas da caça furtiva e do comércio ilegal, com protocolos de reabilitação para seu retorno ao seu habitat natural, através de parceria com ONGs internacionais e especialistas.

III. 3. Ameaça 3: Usos da terra e obras de desenvolvimento incompatíveis com os objectivos da conservação

Alvo 3.1. Reduzir a perda e a degradação de habitats naturais, através de concessões de mineração e exploração, para melhorar a integração da conservação da biodiversidade e para proteger a integridade dos ecossistemas da floresta.

Estratégia 3.1.1. Estabelecer colaboração multi-sectorial entre o MINAMB, o Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos, e o Governo Provincial de Cabinda, para avaliação conjunta de todas as concessões de mineração existentes e solicitadas, de acordo com o plano de gestão da PNM, e de padrões estabelecidos internacionalmente, e seguindo uma Avaliação de Impacto Ambiental (EIA) caso a caso, com clara priorização de considerações de conservação. A implementação de qualquer concessão aprovado iria ser acompanhada de perto.

Ação 3.1.1.1. Elaboração de um Memorando de Entendimento multisectorial de MINAMB com o Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos e com o Governo Provincial, com regras e mapeamento de zonas de proibição e de permissão condicionada de atividades de mineração e exploração, e com Termos de Referencia detalhados para a realização de EIAs, condições de aprovação e critérios e protocolos de monitoramento.

Ação 3.1.1.2. Elaboração de protocolos, por MINAMB com o Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos, da implementação e de monitoramento de reabilitação de ecossistemas e de repovoamento florestal, como parte das condições para cada caso de concessão concedida de mineração ou exploração.

Alvo 3.2. Reduzir a perda e a degradação de habitats naturais, através de desenvolvimento incompatível de obras públicas e de expansão urbana, para melhorar a integração da conservação da biodiversidade e para proteger a integridade dos ecossistemas da floresta.

Estratégia 3.2.1. Estabelecer colaboração multi-setorial entre o MINAMB, o Governo Provincial de Cabinda, e todos os ministérios ligados com obras públicas (Planeamento, MAT, Energia e Águas, Obras Públicas, Transporte, Turismo, Saúde, Educação, Defesa, Interior, Finanças, etc.) para avaliação conjunta de todos os planos de obras públicas existentes e solicitadas, de acordo com o plano de gestão da PNM, e de padrões estabelecidos internacionalmente, e seguindo uma Avaliação de Impacto Ambiental (EIA) caso a caso, com clara priorização de considerações de conservação. A implementação de qualquer obra aprovada iria ser acompanhada de perto.

Ação 3.2.1.1. Estabelecimento de um Memorando de Entendimento multisectorial de MINAMB com o Governo Provincial e os setores relevantes, com regras e mapeamento de zonas de proibição e de permissão condicionada de realização de obras públicas e de expansão urbana, e com Termos de Referencia detalhados para a realização de EIAs, condições de aprovação e critérios e protocolos de monitoramento.

Alvo 3.3. Reduzir o desmatamento através de mineração anárquica, para proteger a integridade dos ecossistemas da floresta.

Estratégia 3.3.1. Reforçar a fiscalização e a aplicação da lei, para reduzir atividades de mineração anárquica.

Ação 3.3.1.1. Desenvolvimento e implementação, pelo pessoal do PNM, em cooperação com o Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos, a Polícia Nacional, SIC, FAA, a Secção de Fiscalização do Departamento Provincial do Ambiente, autoridades provinciais e municipais e a Unidade dos crimes ambientais com os órgãos membros do Comité técnico multisectorial, de programas operacionais conjuntos para melhorar os esforços de investigação e fiscalização, e eliminar as atividades de mineração ilegal.

Ação 3.3.1.2. Sensibilização, e treinamento de procuradores e juízes, por MINAMB e seus parceiros e especialistas, para garantir a punição adequada de culpados, incluindo confisco de bens e fundos e deportação permanente de estrangeiros envolvidos em atividades de mineração ilegal ou em tráfico ilegal de ouro e outros minerais.

Ação 3.3.1.3. Estabelecimento de cooperação permanente do pessoal do PNM, com as autoridades locais tradicionais, para promover o engajamento das comunidades na fiscalização de atividades de mineração ilegal, incluindo o recrutamento e a operação de Escoteiros das Comunidades para Biodiversidade.

Alvo 3.4. Melhorar a gestão de resíduos e reduzir a poluição, e em particular a poluição da água, em toda a área do PNM e seus arredores

Estratégia 3.4.1. Estabelecer cooperação com as autoridades provinciais e municipais para melhorar a gestão de resíduos, saneamento e proteção dos recursos hídricos.

Ação 3.4.1.1. Estabelecimento de cooperação do MINAMB e do pessoal do PNM, com o Governo Provincial, as Administrações Municipais e as autoridades locais tradicionais, para melhorar a gestão de resíduos e saneamento nas aldeias e nos centros urbanos, em toda a área do PNM, incluindo o tratamento de resíduos hospitalares e a proteção de recursos hídricos e corpos de água na área do PNM e no seu redor.

Estratégia 3.4.2. Aumentar a conscientização nos níveis nacional, provincial, municipal e local, para melhorar a gestão de resíduos, saneamento e proteção dos recursos hídricos.

Ação 3.4.2.1. Desenvolvimento e implementação, pelo pessoal do PNM, de atividades de sensibilização entre as autoridades provinciais e municipais, as autoridades tradicionais e as comunidades locais, para melhorar a gestão de resíduos, o saneamento e a proteção dos recursos hídricos.

Estratégia 3.4.3. Melhoria da integração da conservação da biodiversidade no planeamento dos usos da terra na área do PNM e nos seus arredores.

Ação 3.4.3.1. Treinamento, em colaboração com ONGs e especialistas, do pessoal do PNM e do MINBAB e de todos os setores relevantes, no planeamento integrado dos usos da terra e na integração e priorização das considerações da conservação da biodiversidade numa maneira compatível, em Áreas de Conservação e em ecossistemas sensíveis.

III 4. Ameaça 4: Conflito – Homem – Vida selvagem

Alvo 4.1. Mitigar os conflitos–humanos–vida selvagem, melhorar os meios de subsistência das comunidades locais e melhorar o seu envolvimento na gestão sustentável do PNM.

Estratégia 4.1.1. Desenvolver e implementar um estudo e programa holística de mitigação do Conflito-Homem-Vida selvagem, com especial enfoque na mitigação do Conflito-Homem-Elefante, na área do PNM e no seu redor.

Ação 4.1.1.1. Estabelecimento de parcerias por MINAMB com a IDA, o Governo Provincial e parceiros especializados (por exemplo, a FAO, ONGs, especialistas), para desenvolver e implementar um projeto dedicado a realizar um estudo do Conflito – Homem – Vida selvagem no PNM e a desenvolver e implementar um programa holística de mitigação, com foco no conflito homem-elefante, na área do PNM e no seu redor, incluindo entre outros componentes, a capacitação de agricultores locais na implementação de métodos de mitigação, bem como em práticas de cultivo comercial sustentável de produtos que não são atraentes para elefantes (por exemplo, gengibre, jindungo, café, cacau), e na sua comercialização, bem como apoio para membros das comunidades na formação de associações de agricultores, e em e fornecimentos de lavras e transporte para que as comunidades da floresta cultivarem na área da savana (por exemplo, no Município de Cacongo).

III 5. Ameaça 5: Espécies invasoras

Alvo 5.1. Aumentar a base de conhecimento sobre espécies invasoras, seu impacto e metodologias de mitigação.

*Estratégia 5.1.1. Estudo e mapeamento da extensão da distribuição, processos de divulgação, e impactos sobre os habitats naturais, das espécies invasoras, focando na espécie *Chromolaena odorata*, e elaboração e implementação de um programa de mitigação.*

Ação 5.1.1.1. Estabelecimento de parcerias do MINAMB com parceiros especializados (por exemplo, FAO, ONGs, especialistas), para desenvolver e implementar um projeto dedicado, de estudo e mapeamento, e um programa de mitigação de espécies invasoras, de espécies invasoras, focando na espécie *Chromolaena odorata*, na área do PNM e no seu redor.

IV. Planos Subsidiários de Gestão do PNM

IV.1. Plano de Zoneamento de Gestão Proposto para o PNM

1. Introdução e Objectivos

O Plano de Gestão preliminar e Plano do Zoneamento de Gestão Proposto, para o Parque Nacional de Maiombe fornece a base para iniciar um processo corrente e dinâmico de planeamento, monitoramento, avaliação e re-planeamento de gestão do parque, à luz da sua visão, objetivos e metas definidas. O objetivo é iniciar um processo que permita uma gestão eficaz do Parque Nacional do Maiombe, aumentando simultaneamente a base de conhecimento.

Esta actividade foi realizada no âmbito do Projecto *Expansão e Fortalecimento do Sistema de Áreas de Conservação em Angola* [1], do Ministério do Ambiente de Angola (MINAMB), financiado por GEF-UNDP.

O Plano de Gestão preliminar e o Plano do Zoneamento de Gestão Proposto é baseado em uma base de conhecimento preliminar, incluindo:

- a) Revisão de bibliografia e documentação disponíveis existentes, apresentado no *Relatório Técnico – O Meio Biofísico-socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe: Revisão Bibliográfica*. (Produto 2, Volume I desse projecto)
- b) Resultados de um levantamento preliminar e consulta com intervenientes realizado no PNM para a elaboração do Plano de Gestão preliminar e o Plano do Zoneamento de Gestão Proposto, com os resultados da consulta das partes interessadas, apresentado no *Relatório Técnico – O Meio Biofísico-socioeconómico do Parque Nacional do Maiombe: Resultados do Estudo do Campo no PNM* (Produto 2, Volume II)
- c) Resultados de uma avaliação preliminar de mamíferos de grande e médio porte, bem como de ameaças à biodiversidade, no PNM, reportados no Relatório do Levantamento Preliminar da Vida Selvagem no Parque Nacional do Maiombe [2].

O PNM foi designado por um Parque Nacional (Área de Conservação da Categoria II do IUCN). Não é gerido no padrão de um Parque Nacional standards, que abranja uma área definida, dedicada à conservação da biodiversidade, turismo, educação e recreação, e onde não há população humana.

Das categorias de Áreas Protegidas/Áreas de Conservação do IUCN, o PNM pode ser mais adequado, em certas medidas, para as Categorias IV e VI, além que não cabe numa maneira completa em nenhuma das categorias de IUCN.

Categoria IV - Área de Gestão de Habitat/Espécies - uma área de conservação que visa proteger as espécies ou habitats particulares, com uma gestão que reflete essa prioridade.

Categoria VI - Área Protegida com Uso Sustentável de Recursos Naturais - uma área de conservação que visa conservar ecossistemas e habitats, juntamente com valores culturais associados e sistemas tradicionais de gestão de recursos naturais.

Mais amplamente, cabe melhor na definição do Programa da UNESCO sobre Homem e Biosfera (MAB) de Reserva da Biosfera (RB) - uma Área Protegida/Áreas de Conseqüação que visa promover soluções conciliando a conservação da biodiversidade com seu uso sustentável. A principal ferramenta de gestão usada nas Reservas da Biosfera, para permitir a proteção de ecossistemas e espécies, ao mesmo tempo em que adere às exigências sociais, econômicas e culturais, é o zoneamento de gestão.

O zoneamento eficaz da gestão incluiria

- a) O Núcleo: a zona da área principal do ecossistema estritamente protegido
- b) Zona(s) Tampão: a(s) zona(s) ao redor da zona principal do núcleo, permitindo atividades compatíveis com considerações de conservação, mas que serve a proteção do núcleo.
- c) Área(s) de Transição: a(s) zona(s) ao redor da zona tampão, viabilizando atividades de desenvolvimento econômico e humano que sejam ecológicamente e socialmente sustentáveis.

O PNM foi designado em 2011, ocupando uma área de 193.000 ha, que já continha uma grande população indígena, estimada em pelo menos 40.000 pessoas, na altura. Actualmente, existem cerca de 56.000 habitantes na área do PNM, em cerca de 100 aldeias, de 42 Sobadas, pertencentes a 5 Comunas em 2 Municípios, e com um centro urbano de cada Município, e em cada Comuna, dentro da área do PNM. A designação do PNM em limites que cobrem a maior área do Maiombe, além que inclui uma população humana deste tamanho, era essencial, devido à sua notável e única importância ecológica.

A combinação de uma grande população indígena, que atualmente depende em grande medida do uso insustentável dos recursos naturais, uma área com alto potencial de desenvolvimento econômico através de atividades extrativistas (por exemplo, exploração madeireira, mineração) e ecossistemas excepcionais com alta sensibilidade ecológica. e a importância da conservação, e hospedar espécies globalmente icônicas e altamente ameaçadas, representa um desafio considerável.

As propostas anteriores para a designação de uma Área Protegida sobre apenas uma pequena área do actual PNM, deixando o resto da área para uso contínuo insustentável e descontrolado, deixariam a maior parte dos ecossistemas da floresta do Maiombe na Província de Cabinda, e a maioria das populações de vida selvagem, incluindo as espécies icônicas, desprotegidas. A área designada do PNM cobrindo o maior parte dos ecossistemas da floresta do Maiombe em Angola, apesar da grande população residente e dos interesses económicos, não é situação ideal, mas de facto essencial na realidade existente.

Além disso, a área designada do PNM em 2011 deixou de fora do Parque uma área crítica para biodiversidade no baixo Maiombe e nas áreas de mosaico floresta-savana nos

Municípios de Buco-Zau e Cacongo. Esta área foi identificada anteriormente, e confirmada recentemente, como importante para a inclusão representativa dos principais tipos de habitats do Maiombe, e tão importante para várias espécies, entre elas os icônicos gorila das planícies ocidental, chimpanze central, elefante da floresta, e pacaça. A expansão da área de PNM, conforme proposta aqui, é essencial para alcançar sua visão e objetivos definidos de conservação.

A realização bem-sucedida da visão e metas do PNM, e em particular a conservação a longo prazo dos ecossistemas da floresta do Maiombe e das espécies relacionadas, será permitida apenas com alta vontade política nos níveis local, provincial, nacional e regional, e envolvimento e colaboração de todas os intervenientes, de todos setores, e em todos os níveis, no planeamento participativo e implementação conjunta do uso da terra e da gestão do Parque e dos seus recursos naturais, numa maneira que prioriza a abordagem de prioridades de conservação e considerações sociais locais.

O objectivo do plano de gestão preliminar e do proposto plano de zoneamento de gestão, aqui apresentado, é fornecer um primeiro proposto plano de zoneamento básico que serviria como base para iniciar o planeamento de ordenamento do território e dos usos da terra e de recursos naturais, bem como plano de expansão, e plano de zoneamento de gestão do PNM. O proposto plano de zoneamento de gestão apresentado aqui, serviria para o desenvolvimento de um plano de zoneamento mais afinado, baseado em dados de levantamentos mais profundos sobre a biodiversidade existente, recorra de informação dos todos setores sobre todos usos existentes e planeados da terra e dos recursos naturais, e em processo participativo contínuo e permanente de consulta com intervenientes em todos os níveis.

2. Proposta de expansão do PNM

Os limites da área designada do PNM, deixou fora do Parque Nacional uma área crítica no baixo Maiombe, e na área que liga a área de floresta para a área de mosaico de floresta - savana. Esta área foi identificada em levantamentos preliminares passados e recentes como importante em termos da representação equilibrada dos tipos de habitats e ecossistemas da floresta de Maiombe, e em termos da presença de espécies icónicas da vida selvagens, cuja conservação está entre os principais objetivos do PNM – entre eles, gorila das planícies ocidental, chimpanzé central, elefante da floresta, e pacaça. A expansão proposta da área do PNM é, portanto, essencial para alcançar sua visão e objetivos definidos.

Devido à grande importância e sensibilidade ecológica dos ecossistemas da floresta do Maiombe, na Província de Cabinda, Angola e no contexto transfronteiriço / regional, propõe-se aqui a inclusão da área total da floresta do Maiombe em Cabinda, dentro dos limites do Parque Nacional do Maiombe. Será aplicado conceito de gestão de Reserva de Biosfera, que por meio do zoneamento de gestão, permitiria níveis diferenciados de desenvolvimento, usos da terra e dos recursos naturais, e atividades, dentro do PNM expandido. Assim permitiria um balanço razoável para atingir todos os objetivos da conservação, e do desenvolvimento socioeconómico sustentável, na área alargada do PNM.

Mapas 1, 1.a, 1.b, 1.c, apresentam a área designada por lei em 2011, e as áreas de expansão propostas do PNM

Mapa 1: Uma proposta para a expansão da área do PNM

O mapa digitada é anexado separadamente

Linha vermelha: os limites da área designada do PNM

Área cinzenta: os limites da área total proposta para expansão do PNM

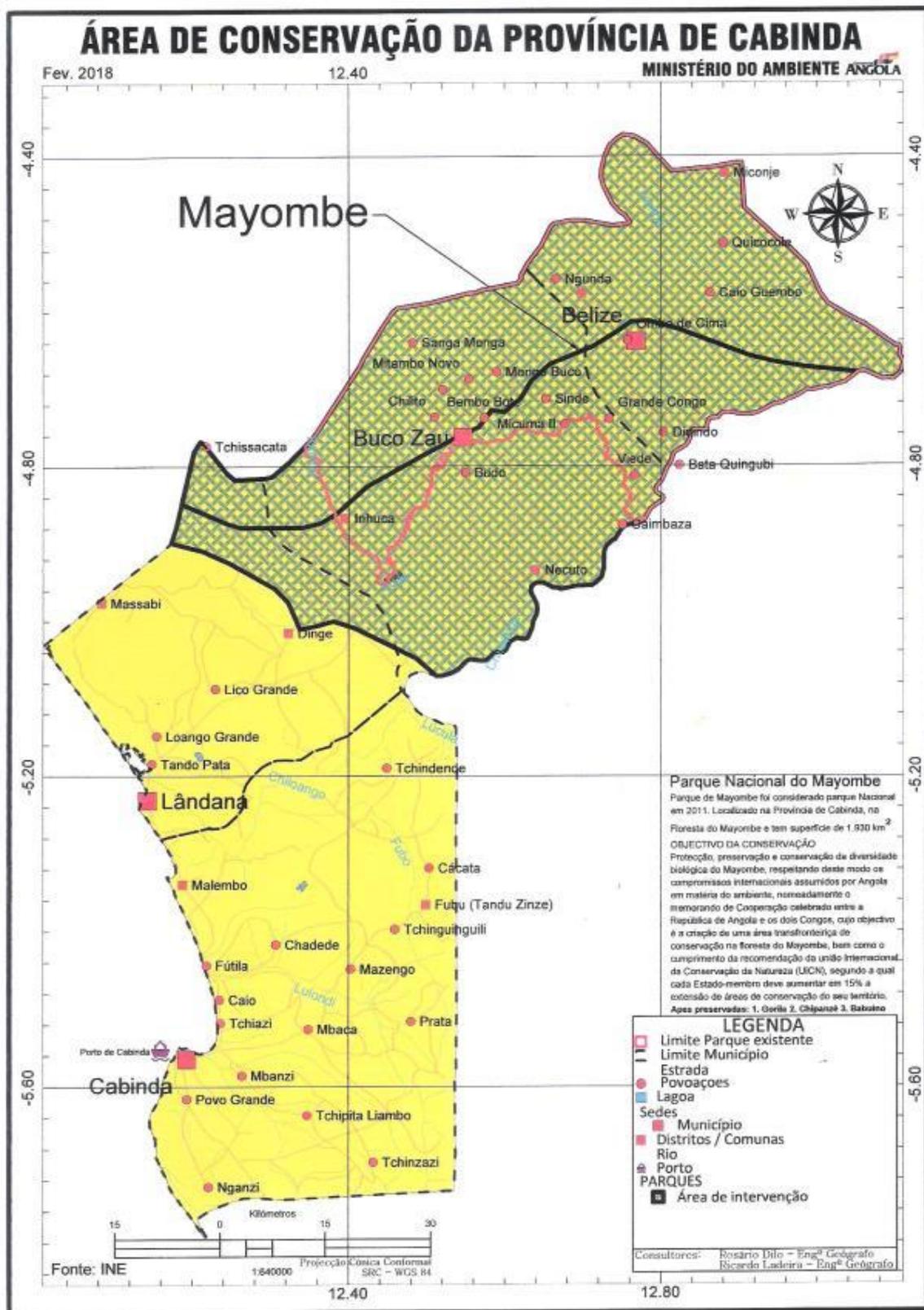
Linha preta : a divisão entre a área de maior importância de conservação - norte para a linha preta, e área mais perturbada - sul para a linha preta

Linhas tracejadas: limites administrativos dos Municípios na área do PNM e seu redor (Belize, Bucu Zau e Cacongo)

Grandes quadrados vermelhos: centros urbanos dos Municipais

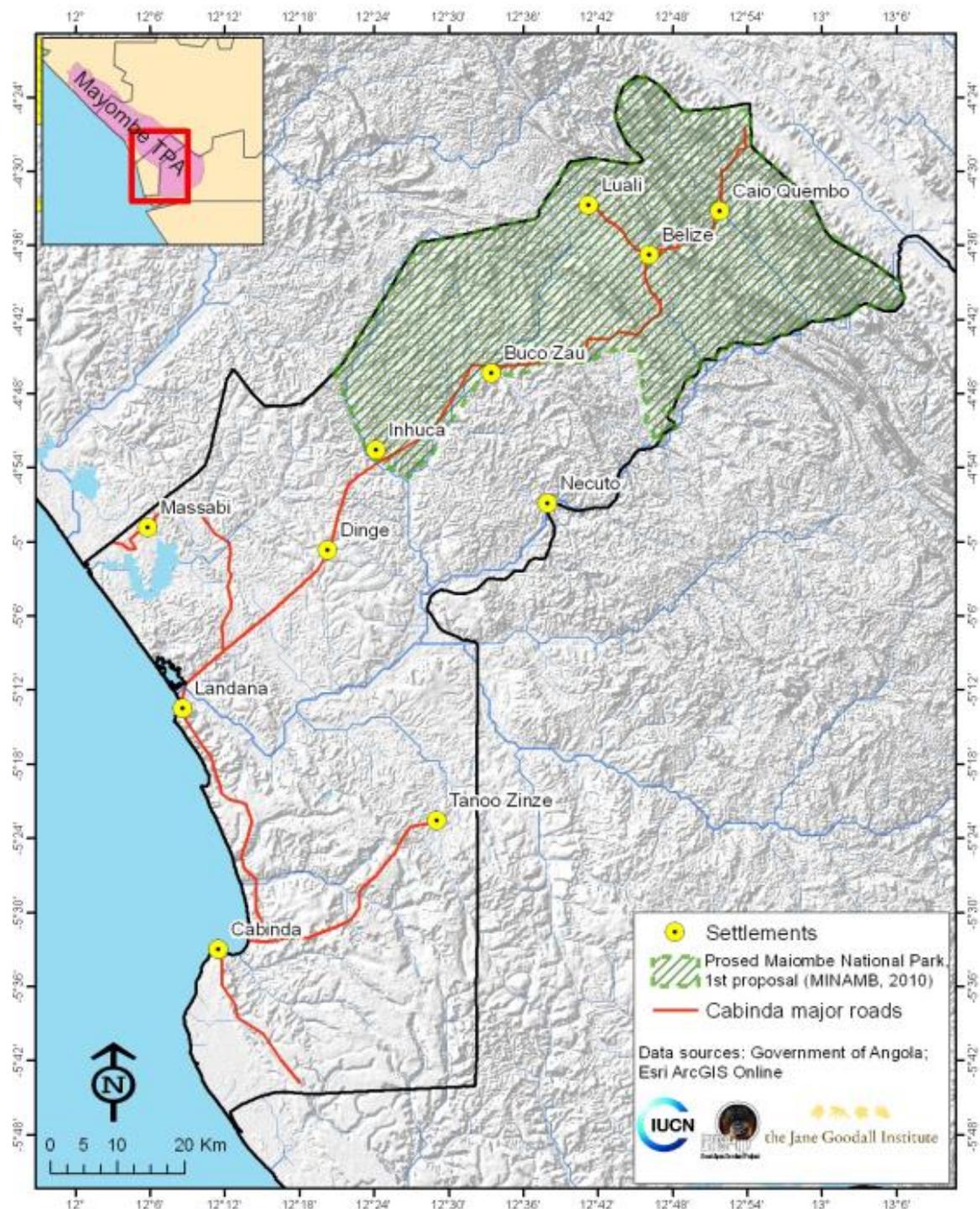
Pequenos quadrados vermelhos: centros das Comunas

Círculos vermelhos: aldeias principais



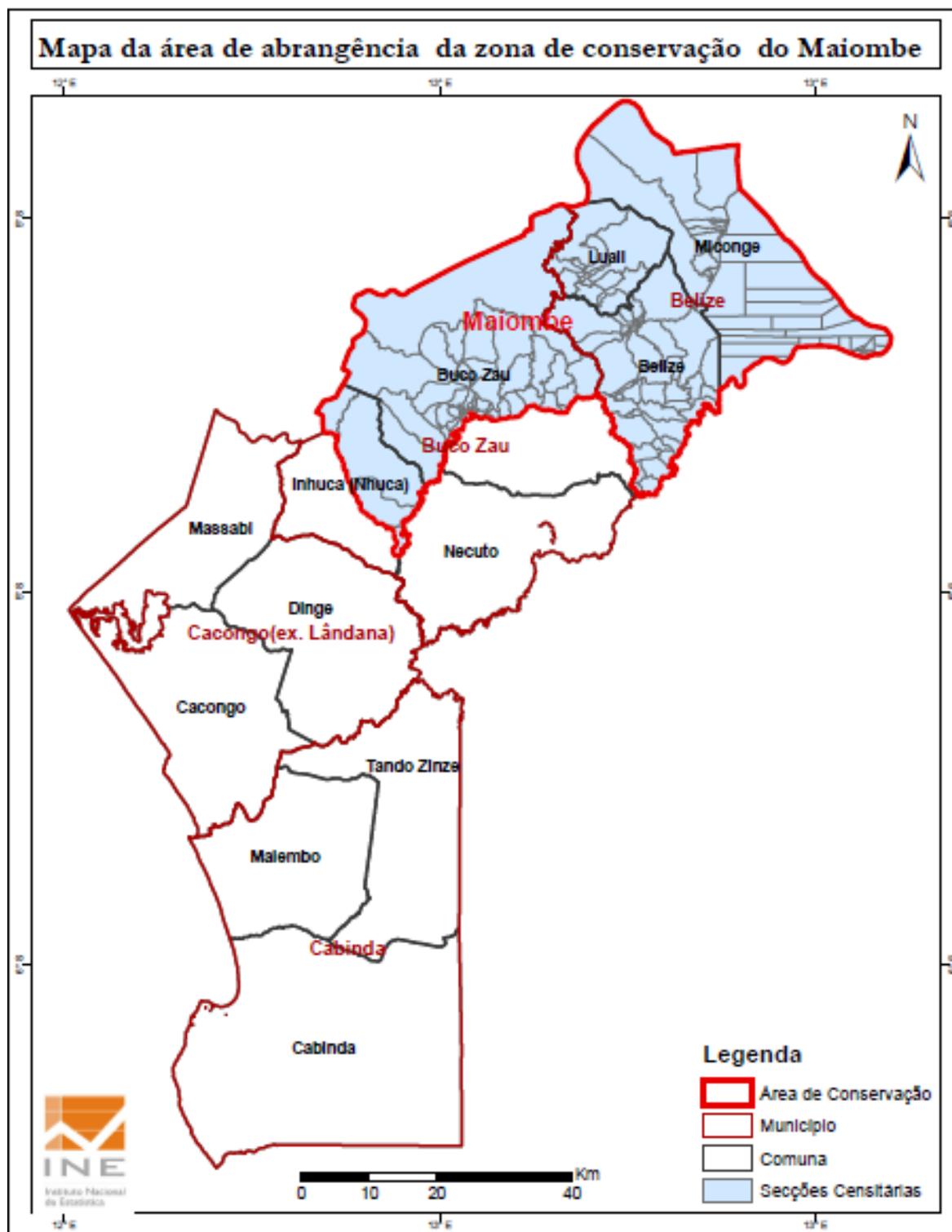
Mapa 1.a. A área designada do PNM

Fonte: Ron, T. 2011, Potencial para designar Áreas de Conservação e para identificar corredores de conservação, como parte do processo de planeamento da Área Transfronteiriça de Conservação da floresta do Mayombe. Preparado para os governos de Angola, Congo, RDC e Gabão, PNUA e IUCN. Mapa: JGI.



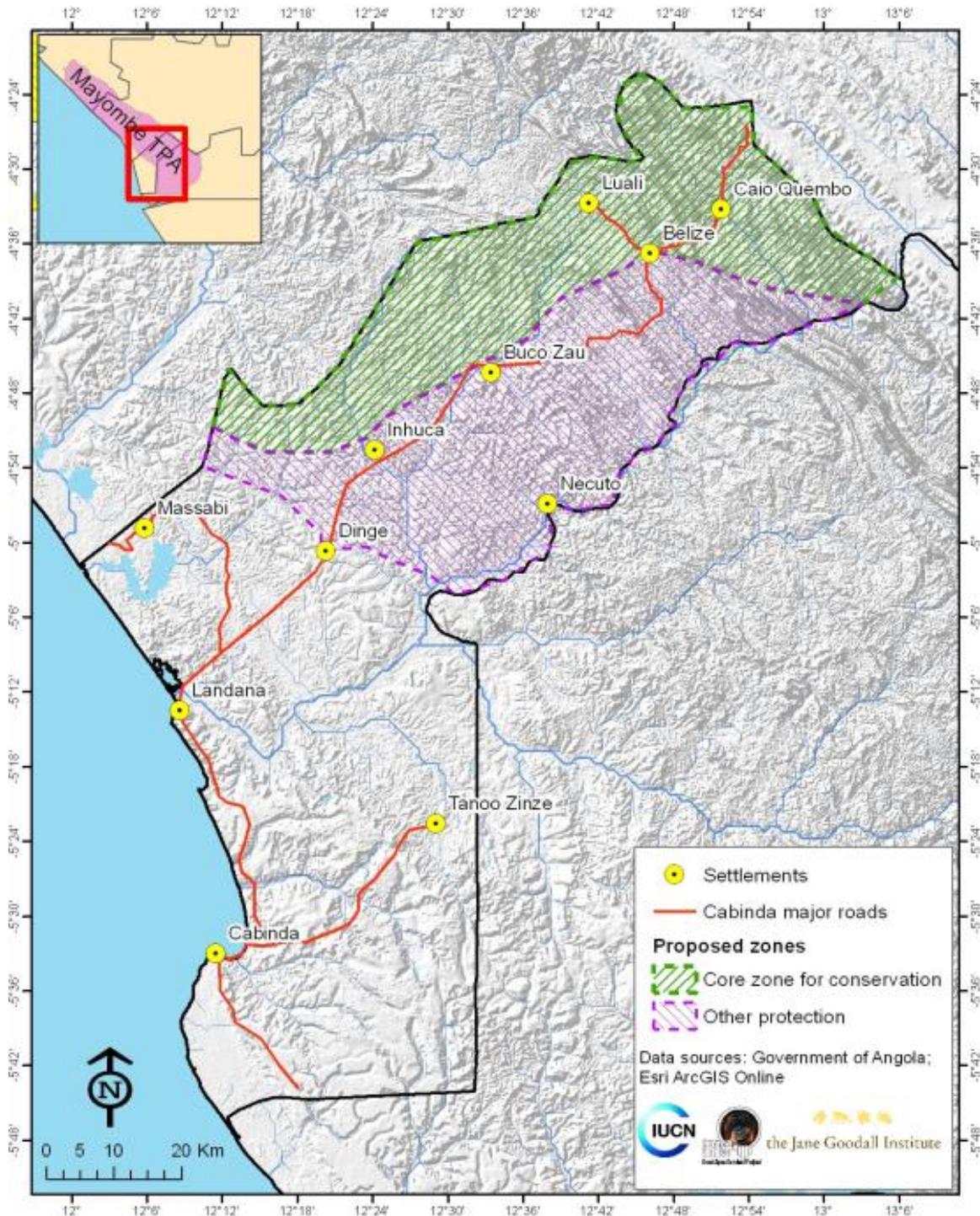
Mapa 1.b. Divisão Municipal e Comunal da área designada do PNM e do resto da província de Cabinda

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), 2014. Recenseamento Geral da População e Habitação – 2014, Resultados Preliminares (Censo Nacional).



Mapa 1.c. A área expandida proposta do PNM

Fonte: Ron, T. 2011, Potencial para designar Áreas de Conservação e para identificar corredores de conservação, como parte do processo de planeamento da Área Transfronteiriça de Conservação da floresta do Mayombe. Preparado para os governos de Angola, Congo, RDC e Gabão, PNUA e IUCN. Mapa: JGI.



3. Zoneamento proposto preliminar do PNM

Mapa 2 apresenta uma proposta preliminar para o ordenamento e zoneamento da área total proposta do PNM, com base na informação existente. Esta proposta preliminar de plano espacial e de zoneamento, pode servir como base para dar início da implementação do zoneamento, enquanto desenvolver um plano de zoneamento mais afinado, que seria seguido por mais pesquisas e coleta de dados. O desenvolvimento de um zoneamento mais afinado e ajustado deve ser baseado em levantamentos detalhados de flora e fauna; especificamente, pesquisas para o censo de espécies icônicas; dados georreferenciados sobre ameaças específicas; e informações detalhadas e mapeadas de todos os usos de terra existentes e planejados, de todos setores, dentro da área expandida do PNM.

Os principais critérios para o zoneamento de um Parque Nacional incluem:

- a) Importância ecológica e sensibilidade de cada zona;
- b) Proteção da representação equilibrada de tipos chave de habitat nos ecossistemas protegidos pelo Parque Nacional específico;
- c) Proteção de uma área de tamanho suficiente para se eficiente em permitir a sustentabilidade e a conservação de populações viáveis de vida selvagem, ao longo do ciclo de vida de espécies-chave;
- d) Proteção de áreas importantes para a conservação de ecossistemas sensíveis ou para a conservação de espécies-chave, ameaçadas ou endêmicas;
- e) Proteção de paisagens importantes ou zonas úmidas;
- f) Proteção de áreas com importância tradicional, cultural, social ou econômica;
- g) Possibilitar a conectividade ecológica e corredores dentro do Parque Nacional e entre ele e áreas adjacentes;
- h) Nível e reversibilidade de distúrbios e ameaças existentes;
- i) Outros usos existentes e planejados da terra em zonas no Parque, seu impacto ambiental existente e potencial, e sua importância social e econômica;

Mapa 2 apresenta uma proposta preliminar para o zoneamento do PNM, incluindo a área da sua expansão proposta, com base nos critérios acima detalhados, e na informação preliminar disponível.

Categoria D (centros urbanos): os centros urbanos Municipais (Bucu Zau , Belize) e centros Comunais (Miconge, Luali, Necuto, Inhuca, Dinge).

Postos operacionais do PNM: O sede do PNM em Mbucu Mabele, perto de Bucu Zau; postos operacionais de fiscalização: Inhuca, Bata Linhuca; postos de fiscalização identificados que ainda não estão operacionais: Tsaka , Miconge.

As Zonas de gestão propostas

Categoria A - Zona do Núcleo: Área de maior importância para a conservação (proposta de "santuário" sem vedação) - esta área é avaliada como a mais importante e menos perturbada ecologicamente, dentro do componente angolano dos ecossistemas da floresta do Mayombe/Maiombe. Esta área pode servir como a zona do núcleo, ou seja, área central de conservação do PNM ou "santuário de conservação" sem vedação. Nesta zona, as considerações de conservação devem ser priorizadas. Nenhuma atividade de extração (exploração madeireira, mineração) ou outras atividades económicas de larga escala, não podem ser permitidas nesta zona do núcleo. As aldeias incluídas nesta zona podem ser mantidas. Somente trabalhos de desenvolvimento que são essenciais para o bem - estar das comunidades locais ou para a operação do Parque, podem ser realizados nesta zona (por exemplo, estradas, infraestruturas essenciais), e devem estar sujeitos a Avaliações de Impacto Ambiental e Social (AIAS) e licenciamento, analisado caso a caso. Nenhuma caça não pode ser permitida nesta zona. O apoio a comunidades nesta zona deve ser priorizado para a mudança para práticas de cultivo sustentáveis e, preferencialmente, fora dessa área, outros meios de subsistência alternativos sustentáveis e mitigação holística do conflito humano – vida selvagem. O objectivo seria substituir todas as actividades de sobrevivência neste zona, para actividades sustentáveis, e quando possível, de preferência mover actividades agrícolas para fora dessa zona, dentro de um período máximo de 3 anos. Atividades de turismo controlado com infra-estrutura mínima e sustentável seriam permitidas nesta zona, numa maneira limitada e controlada, e sujeitas a AIAS e licenciamento, caso a caso. Atividades de educação e pesquisa seriam permitidas e incentivadas nessa área, sujeitas a licenciamento caso a caso.

Categoria B – Zona Tampão: Zona intermediária, oeste e leste da área central da Categoria A - essa área é avaliada como importante tanto para a conservação quanto para as comunidades locais. Ele é proposto como zona de amortecimento, priorizando tanto a conservação quanto as considerações sociais locais, e visando o desenvolvimento de meios de subsistência sustentáveis. Sem rima, sem atividades extrativistas (extração madeireira, mineração) ou outras atividades económicas de larga escala podem ser permitidas nesta área. E atividades extractive só pode ser aprovada pelo Governo e ao Parlamento e só em casos muito especiais, quando especial importância e os impactos ambientais e sociais mínimos podem ser provadas, através da AIAS. Aldeias incluídas nesta área podem ser mantidas (ver Seção IV. 2.). Trabalhos essenciais de desenvolvimento podem ser realizados nesta área (por exemplo, estradas, infraestruturas essenciais), sujeitos a AIAS e licenciamento, caso a caso. Caça subsistence S shopping escala s, pesca e log por residentes locais pode ser permitido, sob rigorosas condições definidas (espécies, número / volume, métodos, estação, etc.). Apoio às comunidades nesta área serão priorizados (após

comunidades da área de categoria A), para a mudança para práticas sustentáveis de cultivo, outros meios de subsistência alternativos sustentáveis, e holística mitigação Homem-Animal-Conflito. O objetivo seria transferir todas as atividades de subsistência nesta área para atividades sustentáveis, no prazo máximo de 6 anos. Atividades de turismo controlado com infra-estrutura mínima e sustentável seriam permitidas nesta área, sujeitas a AIAS e licenciamento, caso a caso. Atividades de educação e pesquisa seriam permitidas e incentivadas nessa área, sujeitas a licenciamento caso a caso.

Categoria C – Zona de Transição: Zona de transição, a sudoeste das áreas das Categorias A e B - esta área é avaliada como importante tanto para a conservação como para as comunidades locais, mas já sujeita a um elevado nível de perturbação. Propõe-se como uma zona de transição, priorizando a conservação e as considerações sociais locais, mas possibilitando também atividades de desenvolvimento econômico razoavelmente sustentáveis. Atividades extrativistas, obras de desenvolvimento ou outras atividades econômicas de larga escala podem ser permitidas nesta área, sujeitas a AIAS e licenciamento, caso a caso. As aldeias incluídas nesta área podem ser mantidas (ver Seção IV. 2.). A caça de subsistência em pequena escala, a pesca e a exploração madeireira por residentes locais podem ser permitidas, sob condições estritamente definidas (espécie, número / volume, métodos, estação do ano, etc.). O apoio às comunidades nesta área será incentivado (depois das comunidades na área das categorias A e B), para a mudança para práticas de cultivo sustentáveis, outros meios de subsistência alternativos sustentáveis e mitigação holística de Humano-Vida Selvagem-Conflito. O objetivo seria transferir todas as atividades de subsistência nesta área para atividades sustentáveis, no prazo máximo de 10 anos. Atividades de turismo controlado com infra-estrutura mínima e sustentável seriam permitidas nesta área, sujeitas a AIAS e licenciamento, caso a caso. Atividades de educação e pesquisa seriam permitidas e incentivadas nessa zona, sujeitas a licenciamento caso a caso.

Categoria D – Zona perturbada e centros urbanos: Incluindo nesta categoria está a área dos centros urbanos Municipais (Buco Zau, Belize) e centros Comuns (Miconge, Luali, Necuto, Inhuca, Dinge), situados dentro da área expandida do PNM. Os limites devem ser claramente definidos, mapeados e também claramente demarcados no terreno, em colaboração entre MINAMB, MAT, o Governo Provincial e as Administrações Municipais, para definir a expansão geográfica máxima permitida de cada um dos centros municipais e comuns. Dentro dos centros urbanos, atividades intensivas que são necessárias para a operação de tais centros administrativos, e para a provisão de serviços essenciais para toda a população da respectiva Cummunu ou Município, podem ser permitidas. No entanto, atividades com impacto mais amplo (por exemplo, de poluição ou de desflorestação para obras) em uma área mais ampla do que a própria área definida dos centros urbanos, devem ser evitadas. O saneamento e a gestão de resíduos dos centros urbanos devem ser bem abordados com as autoridades municipais, comunais e locais.

Postos de operação, fiscalização e gestão do PNM

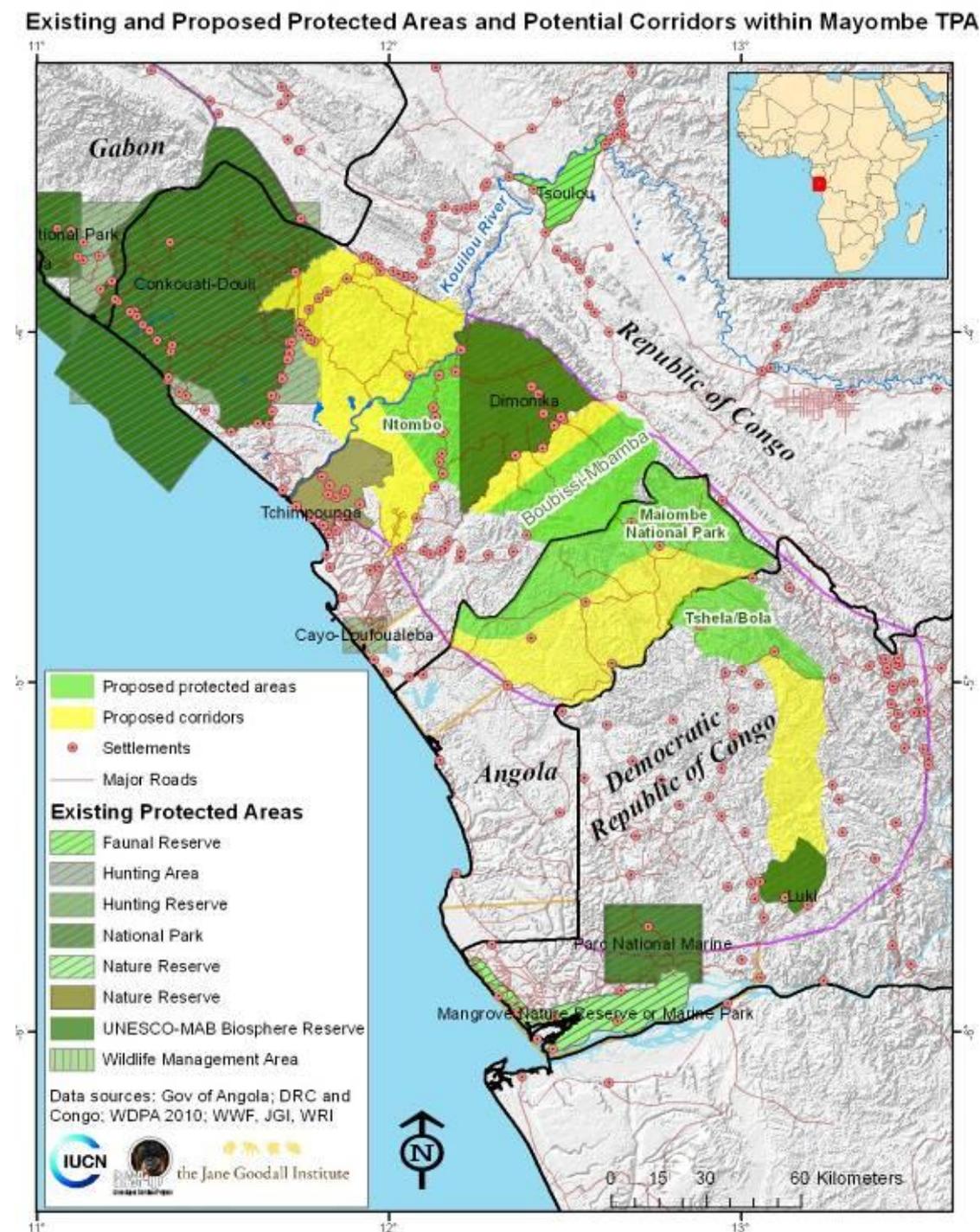
Os postos e áreas de de operação, fiscalização e gestão do PNM foram indicados pelo Administrador do Parque (José Maria Bizi) e pelo pessoal do Parque. Esses postos incluem:

- a) A sede do PNM em Mbucó Mabele, perto de Bucó Zau;
- b) Dois postos activos de fiscalização e operação:
 1. O Posto de Fiscalização No centro administrativo da Comuna de Inhaca;
 2. O Posto de Fiscalização adjacente ao Posto Fronteiriço de Bata Linhuca;
- c) Dois postos de fiscalização identificados, que ainda não estão operacionais:
 1. Em Tsaka, na junção da estrada principal, ao sul de Bucó Zau;
 2. No centro administrativa da Comuna de Miconge;
- d) Postos de fiscalização e operação móveis - a serem determinados periodicamente, de acordo com as necessidades de fiscalização e operação identificadas dinamicamente;
- e) Uma área operacional de treinamento de pessoal do Parque, a ser definida em torno de Sanga Mongo, na zona de conservação da Categoria A;

4. O contexto transfronteiriço da Iniciativa Transfronteiriça do Mayombe (MTI)

Mapa 3. Plano espacial inicial da área da Iniciativa Transfronteiriça do Mayombe – o contexto transfronteiriço do PN do Maiombe no âmbito do MTI

Fonte: Ron, T. 2011, Potencial para designar Áreas de Conservação e para identificar corredores de conservação, como parte do processo de planeamento da Área Transfronteiriça de Conservação da floresta do Mayombe. Preparado para os governos de Angola, Congo, RDC e Gabão, PNUA e IUCN. Mapa: JGI.



5. Caminho a seguir

Meta: Implementação e desenvolvimento do plano preliminar de gestão e de zoneamento e expansão do PNM

Atividade 1. Aumentar a base de dados e conhecimento para permitir um zoneamento mais informado e detalhado, incluindo: mapeamento de tipos de vegetação, ameaças e degradação florestal; levantamentos de fauna e recenseamento de espécies icónicas para determinar a abundância relativa e distribuição; e compilar informações detalhadas sobre usos de terra existentes e planeados na área do PNM e seus arredores.

Atividade 2. Estabelecer estreita colaboração multi-sectorial do MINAMB com todos os sectores relevantes a nível Nacional e Provincial, bem como com o Governo Provincial, Administração Municipal e liderança local tradicional, para o planeamento e implementação conjunta dos usos da terra, que priorizem atingir os objetivos de conservação e os objetivos sociais do PNM de uma forma compatível e sustentável, e através do zoneamento de gestão, incluindo a formação de funcionários em todos os níveis e sectores no planeamento integrado dos usos da terra.

Atividade 3. O MINAMB, em consulta com os intervenientes a todos os níveis, deve estabelecer protocolos de actividades e usos da terra claramente definidos que possam ser permitidos e proibidos a realizados em cada categoria de zona de gestão, e com condições detalhadas.

Atividade 4. Iniciar o processo para a revisão da delimitação da área designada do PNM e para a expansão da área do PNM por lei, bem como para incorporar a expansão e zoneamento do PNM nas políticas formais nacionais, provinciais e locais, de planeamento dos usos da terra, incluindo a elaboração de protocolos claros de uso da terra permitidos em cada categoria de zoneamento;

Atividade 5. Iniciar um processo para estabelecer parcerias, promover projectos dedicados, e mobilizar apoio técnico e financeiro, para permitir que as práticas insustentáveis das comunidades locais mudassem para cultivo sustentável de agricultura de conservação e agroflorestal, e de outras alternativas sustentáveis de sobrevivência, incluindo formação e reforço das capacidades requeridas, o desenvolvimento e implementação de um programa holístico para mitigação do Conflito Humano – Vida selvagem, e reforço da capacidade para a participação das comunidades locais no planeamento e implementação de usos sustentáveis da terra e dos recursos naturais.

Atividade 6. Estabelecer colaboração, através da Iniciativa Transfronteiriça do Mayombe, com os países vizinhos que compartilham com Angola os ecossistemas da floresta do Mayombe/Maiombe (Congo, DRC, Gabão), para troca de informação e conhecimento, planeamento coordenado dos usos da terra e cooperação transfronteiriça nos esforços de conservação, protecção e fiscalização.

IV.2. Plano de Engajamento dos Intervenientes

Introdução

O engajamento dos intervenientes e a estreita coordenação e colaboração permanente do MINAMB, INBAC e o pessoal do PNM com todos intervenientes chave aos níveis local, municipal, provincial, nacional e transfronteiriço, são essenciais para o desenvolvimento e implementação bem sucedidos do plano de gestão do PNM e de cada um dos seus componentes individuais. Uma consulta inicial com os intervenientes chave, em todos os níveis, foi realizada para a elaboração deste plano de gestão inicial. O estabelecimento de mecanismos para garantir um processo corrente e permanente de consulta e de colaboração com intervenientes chave a todos os níveis, no desenvolvimento dinâmico e na implementação corrente do plano de gestão do PNM, seria fundamental para o seu sucesso e eficácia na concretização dos objetivos e da visão definidos do PNM.

O Plano subsidiário de engajamento dos intervenientes chave estabelece as atividades essenciais para garantir o engajamento corrente dos intervenientes chave no planeamento, desenvolvimento e implementação correntes da gestão do PNM, no base de um processo participativo. O base do plano subsidiário de engajamento dos intervenientes, fornecido aqui, servirá para o desenvolvimento e implementação cotínuos e permanentes do engajamento corrente dos intervenientes chave no desenvolvimento e na implementação do plano de gestão do PNM.

Análise dos intervenientes (Secção II.5.)

Categoria de Intervenientes	Definição da categoria	Intervenientes
A	Intervenientes que lideram o planeamento e implementação da gestão do PNM	MINAMB INBAC Pessoal do Parque Secretaria Provincial de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente
B	Intervenientes que devem ser consultados e participar ativamente no planeamento do uso da terra e dos recursos, no planeamento da gestão do PNM, e na tomada de decisões e implementação	Governo Provincial de Cabinda As administrações municipais de Belize, Bucu Zau e Cacongo Ministérios relatados (Agricultura e Florestas, Recursos Minerais e Petróleo, Economia e Planeamento, Administração do Território e Reforma do Estado, Pescas e Mar, Saúde, Educação, Energia e Águas, Urbanismo e Habitação, Construção e Obras Públicas, Transportes, Hotelaria e Turismo, Defesa Nacional, Interiore, Assistência e Reinserção Social, Justiça e Direitos Humanos, Finanças, etc)

		Autoridades tradicionais das comunidades locais Associações locais O Secretariado Executivo da ITM
C	Intervenientes que devem ser consultados e envolvidos no planeamento, implementação e avaliação da gestão do PNM	As comunidades locais que vivem no PNM e nas suas imediações O Sector privado ativo na área do PNM (exploração madeireira, mineração, turismo, construções e obras públicas e privadas, etc) ONGs e Associações Provinciais e Nacionais Autoridades religiosas (Igrejas) Institutos académicos e Institutos de pesquisa Peritos e pesquisadores Individuais Deputados da Assembleia Nacional Os Ministérios do Ambiente dos outros países membros da ITM - Congo, RDC e Gabão
D	Os mais intervenientes que podem ser consultados no processo de planeamento, implementação e avaliação da gestão do PNM	ONGs internacionais Doadores potenciais
E	Intervenientes que não devem ser consultados, mas devem ser informados	O público em geral Potenciais visitantes / turistas Nacionais e Internacionais Jornalistas e a mídia Nacional e Internacionais

Plano preliminar de engajamento dos intervenientes na gestão do PNM

Alvo IV.2.1. Garantir a colaboração multissetorial

Estratégia IV.2.1.1. Assegurar a colaboração do MINAMB com os Ministérios relevantes, o Governo Provincial e as Administrações Municipais, no planeamento e implementação da conservação e da gestão efectiva do PNM, para alcançar os seus objectivos e visão definidos.

Ação IV.2.1.1.1. Estabelecimento por MINAMB de acordos de cooperação e protocolos conjuntos para colaboração multissetorial com os Ministérios relevantes e com o Governo Provincial, para assegurar a troca de informações, o planeamento coordenado, e a implementação eficaz do plano de gestão do PNM, incluindo os planos subsidiários, visando atingir seus objetivos e visão definidos. O plano de gestão coordenado levaria em conta todos os usos da terra e dos recursos naturais, setoriais existentes e planeados, e as

considerações setoriais, e priorizaria a obtenção de condições para alcançar os objetivos sociais e de conservação do PNM, através de uma gestão sustentável e proteção efetiva. Os protocolos de cooperação também incluirão procedimentos detalhados para assegurar o desenvolvimento e implementação coordenados dos usos da terra e dos recursos naturais, por cada setor no PNM, dentro da estrutura geral do planeamento do uso da terra do PNM, e sujeitos à realização de Avaliações de Impacto Ambiental e Social detalhadas (AIAS) e sua aprovação pelo MINAMB, caso a caso. Além disso, nos níveis provincial e municipal, cada setor desenvolverá planos para sua participação ativa na implementação do plano de gestão e na consecução dos objetivos do PNM.

Ação IV.2.1.1.2. Promoção por MINAMB da implementação de treinamento conjunto do pessoal do PNM e de MINAMB, com outros funcionários relevantes, no planeamento integrado dos usos da terra e dos recursos naturais, numa maneira sustentável e compatível aos objectivos da conservação.

Alvo IV.2.2. Garantir a participação das comunidades locais

Estratégia IV.2.2.1. Assegurar a participação das comunidades locais e sua liderança tradicional no planeamento e implementação efetivos da gestão e conservação do PNM e da gestão sustentável dos recursos naturais, para alcançar seus objetivos e visão definidos.

Ação IV.2.2.1.1. Registo dos todos os membros adultos das comunidades e residentes permanentes na área do PNM, pelo pessoal do PNM e MINAMB, através de uma estreita colaboração com o Governo Provincial, as administrações municipais e as autoridades tradicionais locais, e fornecimento de cartões de residentes do PNM, indicando a localização (nome da aldeia ou endereço num centro urbano municipal ou comunitário) da residência permanente de cada residente no PNM.

Ação IV.2.2.1.2. Desenvolvimento pelo pessoal do PNM e MINAMB, através de consultas com as comunidades locais, as autoridades tradicionais, as administrações municipais e o Governo Provincial, de mecanismos acordados para garantir a representação das comunidades locais e de outros intervenientes locais, em processos de consulta para a tomada de decisões e para o desenvolvimento e monitoria correntes do plano de gestão do PNM.

Ação IV.2.2.1.3. Desenvolvimento, pelo pessoal do PNM e MINAMB, através de consultas com os intervenientes chave, a nível nacional, provincial, municipal e local, de protocolos bem definidos de atividades que são permitidas dentro da área do PNM, de acordo com a zona de gestão definida, e de lista de actores que estão autorizados a executar cada atividade (por exemplo: nenhuma caça é permitida em zona da categoria A, caça de subsistência de pequena escala é permitida em zona da categoria B, de acordo com protocolos detalhados, e somente por residentes das zonas de categorias A e B).

Ação IV.2.2.1.4. Estabelecimento de parcerias por MINAMB com parceiros especializados, para desenvolver e implementar projectos dedicados de práticas de cultivo sustentáveis e melhoradas; meios de subsistência alternativos sustentáveis; mitigação holística do Conflito –Homem–Vida selvagem; capacitação relacionada com esses projectos; educação, capacitação e oportunidades de emprego nos centros urbanos ou fora

da área do PNM; e apoio no estabelecimento de associações ou cooperativas de agricultores. O objetivo geral é apoiar as comunidades locais na sua capacitação de participar em gestão sustentável dos recursos naturais, expandir os seus oportunidades de meios de sobrevivência, de emprego e de educação, e se engajar na consecução da visão, e dos objetivos sociais e da conservação, do PNM.

Ação IV.2.2.1.5. Recrutamento de Escoteiros das Comunidades para Biodiversidade, entre as comunidades locais, pelo Administrador do Parque do PNM, em consulta com a administração municipal e as autoridades tradicionais locais, e de acordo com Termos de Referência detalhados e qualificações exigidas, a serem desenvolvidas pelo MINAMB. O objetivo seria recrutar pelo menos 1 a 3 Escoteiros de cada Sobada. O orçamento para o funcionamento dos Escoteiros das Comunidades deverá ser garantido com antecedência para um período de pelo menos 5 anos, e preferencialmente alocado como um parte do orçamento permanente do Governo para as Áreas de Conservação. O funcionamento dos Escoteiros das Comunidades será coordenado pelo Administrador do Parque do PNM, como um parte integral da execução das tarefas do pessoal do PNM.

Ação IV.2.2.1.6. Ao longo prazo, quando o desenvolvimento do ecoturismo no PNM se tornar viável - treinamento e engajamento de ex-caçadores e outros membros das comunidades, no funcionamento de guias e de outros empregos ligados com a execução de ecoturismo, em cooperação com o Ministério do Turismo e com o setor privado.

Alvo IV.2.3. Consulta e colaboração com outros intervenientes chave

Estratégia IV.2.3.1. Melhorar a eficácia do desenvolvimento e implementação do plano de gestão do PNM, para alcançar o seu visão e objetivos definidos, alargando a consulta e a colaboração com outros intervenientes chave.

Ação IV.2.3.1.1. Desenvolvimento por MINAMB de mecanismos e protocolos para a inclusão de todos os intervenientes essenciais nas consultas, para garantir a cooperação no desenvolvimento, implementação e monitoramento contínuos do plano de gestão do PNM, incluindo, entre outros, o setor privado, ONGs a associações e cooperativas locais, ONGs nacionais e internacionais, instituições académicas, pesquisadores e especialistas, autoridades religiosas, Deputados da Assembleia Nacional, e doadores potenciais.

Alvo IV.2.4. Colaboração transfronteiriça

Estratégia IV.2.4.1. Assegurar a coordenação e colaboração entre os países que partilham os ecossistemas da floresta do Mayombe/Maiombe e que participam na Iniciativa Transfronteiriça do Mayombe (ITM) - Angola, Congo, RDC e Gabão, na concretização da visão e objetivos da ITM e do PNM.

Ação IV.2.4.1.1. Desenvolvimento e implementação, com base no Memorando de Entendimento entre os países membros da ITM, de mecanismos e protocolos conjuntos de coordenação e colaboração, para a implementação coordenada do Plano Estratégico aprovado para a ITM, e para a cooperação no desenvolvimento e implementação dos planos de gestão individuais das Áreas de Conservação e dos corredores identificados em cada uma dos países membros da ITM.

IV.3. Plano de Gestão de Infra-estruturas e Equipamentos

Introdução

O plano subsidiário de gestão de infra-estruturas e equipamentos fornece a orientação básica para a instalação de infra-estruturas e aquisição de equipamentos essenciais para a operação efetiva do pessoal do PNM e para a implementação efetiva do plano de gestão do PNM. O plano subsidiário preliminar de gestão de infra-estruturas e equipamentos aqui apresentado, pode servir de base para a reabilitação inicial, construção e manutenção de infra-estruturas e para a aquisição e manutenção de equipamentos, essenciais para a operação efetiva do PNM. Este plano preliminar é baseado em informações sobre outras áreas de conservação efetivamente operadas, bem como em consultas com o Administrador e o pessoal do PNM e outros intervenientes.

Plano preliminar de gestão de infra-estruturas e equipamentos

Alvo IV.3.1. Instalar a infra-estrutura básica necessária para permitir a operação efetiva da gestão do PNM.

Estratégia VI.3.1.1. Identificação, planeamento e instalação da infra-estrutura básica necessária para a operação efetiva da gestão do PNM.

Ação IV.3.1.1.1. Identificar, planear e implementar a reabilitação, construção, instalação e manutenção das infra-estruturas necessárias para permitir a implementação operacionalmente eficaz do plano de gestão do PNM. Qualquer obra de construção e desenvolvimento no PNM será precedida por Avaliação de Impacto Ambiental e Social (AIAS). O planeamento detalhado das infra-estruturas, construção e instalação exigirá a contratação de especialistas na matéria.

Infra-estruturas básicas necessária:

- Construção da sede do PNM em Mbucu Mabele, para permitir acomodação confortável de 50 funcionários do Parque e visitantes de trabalho, a qualquer momento; um escritório do pessoal do Parque; um escritório de recepção; um jungo; uma cozinha; um refeitório; um armazém;
- Construção de 4 postos permanentes no Parque, em Inhaca, Bata Linhuca, Tsaka e Miconge, para permitir acomodação confortável de 6 fiscais, a qualquer momento; um escritório; um jungo; e uma cozinha; em cada post;
- Instalação de painéis solares; um gerador de emergência; furo de água; bomba de água; sistema de tratamento de água; tanques de água; encanamento; sistema de esgoto; sistema de tratamento de resíduos, na sede do PNM, e em cada um dos postos permanentes do Parque;
- Reabilitação das estradas principais no PNM, para as aldeias e aos postos permanentes do Parque, e reparação das estradas astragadas e das ravinas criadas pela mal construção de estradas anteriores, em cooperação com o Governo Provincial e as Administrações Municipais;

- Sinalização do Parque – entrada, instruções de direcção, postos, regras de comportamento no Parque, quadros de educação e sensibilização, painéis de avisos em todas as estradas e centros urbanos no PNM e na cidade de Cabinda;
- Instalação de um aviário adequado para reabilitação de papagaios confiscados;
- Instalação de uma quarantina para tratamento de animais confiscados ou feridos; elaboração de um plano abrangente de estabelecimento de um santuário de primatas confiscadas;
- Elaboração de um plano de manutenção para as infraestruturas instaladas, as construções e as estradas;
- Colaboração com o Governo Provincial, as administrações municipais, a liderança locais tradicional e os ministérios relevantes, no planeamento conjunto de serviços e de construções sectoriais para a população local, a ser instalados na área do PNM, com base no ordenamento do território global da área do PNM, inclusive a realização de estudos de Avaliação de Impacto Ambiental e Social, caso a caso (escolas, clínicas, sistemas de gestão da água e de gestão de resíduos e de esgotos, etc).

Alvo IV.3.2. Instalar o equipamento básico necessário para permitir o funcionamento eficaz da gestão do PNM

Estratégia IV.3.2.1. Identificação, planeamento e instalação dos equipamentos básicos necessários para a operação efetiva da gestão do PNM.

Ação IV.3.2.1.1. Identificar, planear e implementar a aquisição, instalação, e manutenção, de equipamentos necessários, para permitir a implementação operacionalmente eficaz do plano de gestão do PNM.

Equipamento básico requerido:

- Equipamento de campo completo para 4 postos móveis, para permitir a acomodação de 6 fiscais em cada um, a qualquer momento, incluindo tendas, saco camas e colchões, lanternas, equipamentos de cozinha, e banheiros químicos;
- Equipamento de campo completo para um posto móvel de treinamento, para permitir a acomodação de 6 treinadores e 50 treinados a qualquer momento;
- Equipamento e material de primeiros socorros na sede do PNM e nos 4 postos permanentes;
- Equipamento de comunicação: rede de radiocomunicação em toda a área do PNM; pelo menos um dispositivo de rádio para cada grupo de 4 fiscais; pelo menos um telefone via satélite para uso de emergencia para cada grupo de 20 fiscais; um sistema internet via satélite no sede do PNM;
- Veículos 4X4: pelo menos 2 para o Parque, e mais de acordo com o número de funcionários do Parque a serem empregados - 1 veículo para cada 10 funcionários do Parque; motocicletas: pelo menos 3 para o Parque, e 1 para cada 5 funcionários do Parque; Bicicletas - pelo menos 3 para o Parque, e 1 para cada 5 funcionários do Parque, inclusive os Escoteiros das Comunidades para Biodiversidade a ser recrutados;

- 1 Estação de combustível de emergência na sede do PNM (um tanque com sistema de gestão);
- 2 computadores fixos, 4 computadores portáteis, 2 impressoras/scanner/copiadoras, 1 projetor, na sede do PNM;
- Mobiliário e material para o alojamento, os escritórios, e a cozinha;
- Elaboração de um plano de uso e manutenção para os veículos e os outros equipamentos adquiridos;
- Uniformes pessoais e mochilas com kits de equipamentos pessoais para cada fiscal e cada Escoteiro das Comunidades;
- Binóculos (1 par para cada 4 fiscais);
- Câmeras de bolso com vídeo (1 para cada 4 fiscais);
- GPS (1 para cada 2 fiscais);
- Smartphones para coleta de dados (1 para cada 4 fiscais).
- Lanternas (para o sede e os postos do Parque, e lanternas pessoais para cada fiscal)
- 1 drone para o sede do Parque;

IV.4. Plano de Fiscalização

Introdução

Um plano detalhado de fiscalização no PNM deve ser desenvolvido como um plano subsidiário do plano de gestão do PNM, e faz parte essencial da operação corrente do pessoal do PNM, que é fundamental para atingir a visão e os objetivos definidos do PNM. O plano de fiscalização preliminar apresentado a seguir fornece diretrizes para o desenvolvimento de um plano efetivo e detalhado de fiscalização para o PNM, que deve ser sempre avaliado, adaptado, atualizado e re-designado, em função da mudança corrente das condições e dos desafios e ameaças específicas, pelo Administrador do Parque, junto com o pessoal.

Alvo IV.4.1. Implementar a fiscalização efetiva, como uma ferramenta importante para alcançar os objetivos do PNM.

Estratégia VI.4.1.1. Desenvolver e implementar um plano efetivo e eficaz de fiscalização no PNM.

Ação IV.4.1.1.1. Desenvolvimento e implementação de um plano detalhado, efetivo e eficaz, de fiscalização e aplicação da lei no PNM, pelo Administrador e pessoal do Parque, que se baseia também no estabelecimento da cooperação multissetorial.

Plano preliminar de fiscalização

O plano preliminar da fiscalização no PNM será baseado nos seguintes atividades, e será sempre reavaliado, adaptado, e atualizado, pelo Administrador e pessoal do Parque:

1. O pessoal do PNM, com o INBAC, e em colaboração com a Unidade dos crimes ambientais e a Polícia Nacional, deve realizar e digitalizar uma base de dados com análise detalhada e caracterização dos crimes contra a vida selvagem identificados no PNM, usando os seguintes critérios de caracterização dos crimes:

- Tipo geral do crime: caça furtiva para carne de caça, caça furtiva para motivo comercial, caça furtiva de espécies icônico, extração ilegal de madeira, mineração ilegal, fogo deliberado, pesca ilegal, etc.;
- Atores envolvidos: membros das comunidades locais, caçadores/madeireiros/mineiros ilegal da cidade de Cabinda, elementos criminais de outro lugar em Angola, estrangeiros (de onde?), intermediários, elementos criminais de redes/sindicatos, compradores de produtos ilegais (restaurantes, indivíduos, redes nacionais, redes transfronteiriços), etc. Informações detalhadas sobre cada ator identificado devem ser compiladas;
- Espécie envolvida;
- Métodos utilizados;
- Número de pessoas envolvidas;
- Número de espécies e de espécimens caçados;
- Objectivo ou motivo criminal: carne de subsistência, comércio de carne de caça, comércio de animais de estimação, comércio de marfim, comércio de escamas de

- pangolim, comércio de outros derivados de vida selvagem, comércio ilegal de madeira, etc;
- Categoria de quantidade: pequena quantidade de subsistência , comercial de pequena escala , comercial de grande escala;
 - Localização geográfica do crime (nome do sitio e coordenadas);
2. O pessoal do PNM, com o INBAC, e em colaboração com a Unidade dos crimes ambientais e a Polícia Nacional, deve realizar um levantamento do comércio e do consumo de produtos de crimes na vida selvagem nos mercados, restaurantes, hotéis, rodovias, aeroporto, porto marítimo, postos fronteiriços e outros locais estrategicamente identificados.
 3. A coleta de dados sobre crimes contra a vida selvagem no PNM e a sua análise, servirá para criar um banco de dados no PNM e que esteja diretamente ligado ao banco de dados nacional sobre o crime de vida selvagem, a ser desenvolvido.
 4. Será fornecido treinamento adequado ao pessoal do PNM para a coleta de dados georreferenciados, com smartphones a ser adquiridos para essa finalidade.
 5. Acordos de colaboração e investigação conjunta operacional do crime contra a vida selvagem, incluindo colaboração na recolha de inteligência e na execução de programas de fiscalização, serão estabelecidos ao nível Nacional pelo MINAMB (INBAC e a Unidade dos crimes ambientais) e ao nível local pelo Administrador do PNM, com todas as autoridades competentes e os órgãos membros do comité técnico multi-sectorial dos crimes ambientais, que operam na Província de Cabinda (a Polícia Nacional, a Polícia da Guarda Fronteira, as FAA, SIC, SME, AGT, autoridades portuárias e aeroportuárias, PGR, juízes, etc).
 6. Acordos e mecanismos de colaboração e programas operacionais conjuntos de investigação e fiscalização dos crimes contra a vida selvagem serão estabelecidos, com as agências homólogas nos países vizinhos, através da Iniciativa Transfronteiriça do Mayombe.
 7. Acordos de colaboração serão estabelecidos pelo pessoal do PNM e pelas autoridades provinciais e municipais, com a liderança tradicional das comunidades locais, para cooperação na proteção do PNM.
 8. Os acordos com a liderança tradicional das comunidades locais incluirão o recrutamento e emprego de Escoteiros das Comunidades para Biodiversidade. A sua seleção será feita em conjunto pela liderança tradicional local e por pessoal do PNM, de acordo com TdRs detalhados com qualificações requeridos, a serem fornecidos por MINAMB, e com o objetivo de recrutar pelo menos 1-3 Escoteiros, de preferência num balanço de homens e mulheres, incluindo ex-caçadores, de cada Sobada na área do PNM.
 9. Além dos Escoteiros, serão nomeados pelo pessoal do Parque com MINAMB e com o Governo Provincial, fiscais honorários entre os líderes tradicionais locais e entre os funcionários municipais e provinciais e outros intervenientes chave.

10. Acordos de colaboração serão assinados com todos os operadores do setor privado, definindo claramente suas responsabilidades para evitar o envolvimento de seus funcionários em todos os níveis, em quaisquer atividades ilegais no PNM, e definindo ações a serem tomadas contra a empresa em tais casos.

11. Serão desenvolvidas estratégias de ação para fiscalização dos crimes contra a vida selvagem, em consulta com a liderança local tradicional e outros intervenientes chave, para facilitar as atividades de subsistência dos membros das comunidades locais, enquanto será aplicadas ações de fiscalização nos casos de atores envolvidos de fora da área do PNM, ou nos casos de envolvimento de membros das comunidades em atividades criminosas. A seguinte categorização pode ser definida, de acordo com as características do crime e dos atores, como segue:

- A equipe do PNM, em colaboração com o INBAC, e a liderança tradicional das comunidades locais, desenvolverá um protocolo claro de atividades de caça e exploração de subsistência permitidas aos residentes dentro da área do PNM, de acordo com as espécies, quantidades, métodos, condições e zonas de gestão definidas no plano de zonamento do PNM;
- Da mesma forma, e usando os mesmos critérios, um protocolo será desenvolvido para identificar e caracterizar atividades de crime que são definidas como moderadas e somente no caso de os culpados serem membros da comunidade local - nesses casos, os culpados serão entregues pelo pessoal do PNM aos autoridades tradicionais locais, que aplicarão a punição, de acordo com os padrões tradicionais e em coordenação com o pessoal da PNM;
- Em todos os outros casos de crimes contra a vida selvagem, as medidas de fiscalização e punição seriam aplicadas pelo pessoal do PNM, e os culpados serão entregues à Polícia por processo judicial .

12. MINAMB, com apoio especializado, vai informar e treinar os procuradores e juízes de Cabinda, para garantir a punição adequada dos culpados, incluindo confisco de bens e fundos e deportação permanente de estrangeiros envolvidos em caça furtiva ou comércio ilegal de vida selvagem.

13. O Administrador e o pessoal do PNM desenvolverão e implementarão protocolos para o desempenho de patrulhas a pé e patrulhas motorizadas no PNM, como uma importante ferramenta de controle e de fiscalização; protocolos para o funcionamento dos postos permanentes; protocolos para a configuração e operação dos postos móveis; protocolos para treinamento contínuo do pessoal do PNM e de seus parceiros de fiscalização. Um enfoque especial será dado aos sítios de importância estratégica nas principais junções, estradas, postos de fronteira formais e informais e outros.

14. O Administrador o pessoal do PNM desenvolverão e implementarão programas operacionais, em cooperação com a Polícia Nacional e outros órgãos de fiscalização parceiros, para a identificação e aplicação de ações de fiscalização sobre crimes contra a vida selvagem em mercados, estradas, restaurantes, hotéis, aeroportos, portos e outras sítios na Província de Cabinda. As ações tomadas seriam baseadas em informações de inteligência.

15. Serão estabelecidos por MINAMB com o pessoal do PNM, e com parceiros especializados, soluções para a reabilitação de animais vivos confiscados ou feridos, incluindo a cooperação com os santuários existentes na região; e estabelecimento de instalações de reabilitação para espécies mais sujeitas o comércio ilegal em Cabinda, incluindo os papagaios cinzentos Africanos, e primatas, entre outros.

IV.5. Plano de Educação e Sensibilização

Introdução

Um plano subsidiário detalhado de educação e sensibilização do PNM faz parte integral do plano de gestão do PNM. Será desenvolvido e implementado como um componente essencial do funcionamento corrente do pessoal do PNM, para alcançar a visão e os objectivos do PNM. O plano subsidiário a seguir fornece diretrizes para o desenvolvimento dinâmico e corrente de um plano efetivo de educação e sensibilização para suportar a conservação e gestão do PNM.

Alvo IV.5.1. Implementar educação, sensibilização e capacitação eficaz, como uma ferramenta chave para alcançar a visão e os objetivos do PNM.

Estratégia IV.5.1.1. Desenvolver e implementar um plano detalhado de educação, sensibilização e capacitação, para suportar o alcance dos objetivos do PNM.

Ação IV.5.1.1.1. Desenvolvimento e implementação, por pessoal do Parque com MINAMB, e em coordenação com o Governo Provincial, de um plano detalhado de educação e de sensibilização e de um plano de capacitação, para suportar o alcance dos objetivos do PNM.

Diretrizes para o desenvolvimento do plano de educação, sensibilização e capacitação

O desenvolvimento e implementação do plano de educação, sensibilização e capacitação do PNM será baseado nas seguintes atividades:

1. Definir objectivos claros e detalhados de educação e sensibilização, relacionados com a concretização da visão e dos objectivos definidos do PNM.
2. Definir as principais questões e assuntos a serem alvo principal das atividades de educação e sensibilização.
3. Definir grupos-alvo que devem receber as ações de educação e sensibilização sobre os assuntos definidos.
4. Desenvolver programas específicos de educação e sensibilização a médio prazo e a longo prazo, para abordar temas definidas específicas para os grupos-alvo definidos, em acordo com os objectivos definidos.
5. Os programas específicos de educação e sensibilização podem incluir, entre outras atividades:
 - Inclusão de estudos ambientais, incluindo referência a questões relacionadas com a conservação e gestão sustentável do PNM, no currículo da educação formal na Província de Cabinda e a nível nacional, em colaboração com o Ministério da Educação;
 - Desenvolvimento de quadros informais de educação ambiental para crianças em Cabinda e nacionalmente, em colaboração com ONG locais e nacionais;

- Desenvolvimento e implementação, pelo pessoal do PNM e o INBAC, de um programa intensivo de sensibilização sobre questões chave de conservação, para os membros das comunidades locais que residam dentro e ao redor da área do PNM;
 - Sensibilização de operadores e funcionários do setor privado, de todos os setores operando dentro e ao redor da área do PNM, em relação à prevenção do seu envolvimento em atividades de crimes contra a vida silvestre, incluindo a compra ou consumo de produtos ilegais, bem como a sensibilização ambiental e avaliações e prevenção de impacto ambiental e social, com objectivo de aumentar a responsabilidade ambiental e social do setor privado;
 - Sensibilização de setores específicos (por exemplo, sensibilização de restaurantes e hotéis para evitarem a compra e o consumo de carne de caça; sensibilização de empresas madeireiras; etc);
 - Sensibilização de embaixadas, em relação à prevenção do envolvimento dos seus cidadãos em atividades de crime contra a vida selvagem no PNM, e em Angola em geral, incluindo em relação da compra ou do consumo de produtos de crime contra vida selvagem;
 - Programas específicos de sensibilização e formação para governantes, decisores e legisladores;
 - Sensibilização e educação das forças armadas e funcionários dos órgãos de fiscalização na Província de Cabinda;
 - Sensibilização de todos os setores das autoridades do aeroporto e do porto;
 - Campanha extensiva contra o comércio e o consumo de carne de caça, a nível local, provincial e nacional, e focando nos cidadãos das cidades;
6. Definir objetivos claros e detalhados e requisitos de capacitação, relacionados com o alcance da visão e dos objetivos definidos do PNM.
7. Definir questões e assuntos-chave para ser o alvo principal das atividades de capacitação.
8. Definir grupos-alvo específicos para receber treinamento sobre os assuntos especificamente definidos e para alcançar os objetivos específicos.
9. Desenvolver programas específicos de curto prazo, médio prazo e longo prazo, de capacitação e de treinamento, para abordar os objetivos e temas definidos específicos de capacitação dos grupos-alvo definidos.
10. Os programas de capacitação e treinamento podem incluir, entre outras atividades:
- Treinamento de membros das comunidades locais e sua capacitação para engajar-se em meios de subsistência sustentáveis, incluindo - práticas de cultivo melhoradas (agricultura de conservação, agrossilvicultura); Mitigação de Conflito-Homem-Vida selvagem; outras meios alternativos de sobrevivência (por exemplo, apicultura, criação de animais domésticos de pequeno porte, criação de ratos de

cana\sibisi); capacitação para engajamento na gestão do turismo; etc, em colaboração com parceiros especializados (por exemplo, o Ministério da Agricultura e Florestas, o Ministérios de Turismo, FAO, ONGs, etc);

- Formação do pessoal do PNM e do MINAMB, e dos outros setores relevantes, na realização de planeamento integrado do uso da terra e da integração das considerações da conservação da biodiversidade;
- Formação de professores em educação ambiental e em assuntos chave específicas;
- Formação relevante de todos os setores que fazem parte do comité técnico multi-sectorial da Unidade dos crimes ambientais, em Cabinda (a Polícia Nacional, a Polícia da Guarda Fronteira, as FAA, AGT, SME, SIC, PGR, etc);
- Formação de procuradores e juízes de Cabinda sobre os crimes contra a vida selvagem, a legislação relacionada e a importância de uma punição dissuasória adequada;
- Programas específicos de treinamento baseados em intercâmbio e troca de informação nos contextos transfronteiriços e regionais (por exemplo, entre líderes tradicionais locais, e entre pessoal dos Parues, dos países membros da ITM; etc.) ;

11. Nota: a capacitação do pessoal do Parque e dos Escoteiros das Comunidades para Biodiversidade, está incluída no plano subsidiário de gestão administrativa.

IV.6. Plano de Comunicação e Visibilidade

Introdução

Um plano subsidiário detalhado de comunicação e visibilidade do PNM faz parte integral do plano de gestão do PNM. Será desenvolvido e implementado como um componente essencial do funcionamento corrente do pessoal do PNM, para alcançar a visão e os objectivos do PNM. O plano subsidiário a seguir fornece diretrizes para o desenvolvimento dinâmico e corrente de um plano efetivo de comunicação e visibilidade para suportar a conservação e gestão do PNM.

Alvo IV.6.1. Implementar um plano eficaz de comunicação e visibilidade, como uma ferramenta importante para alcançar os objetivos do PNM

Estratégia IV.6.1.1. Desenvolver e implementar um plano detalhado de comunicação e visibilidade para melhorar o alcance dos objetivos do PNM.

Ação IV.6.1.1.1. Desenvolvimento e implementação, por pessoal do Parque com MINAMB, e em coordenação com o Governo Provincial e com os órgãos nacionais e provinciais da mídia e da comunicação social, de um plano detalhado de comunicação e visibilidade, para suportar o alcance dos objetivos do PNM

Diretrizes para o desenvolvimento do plano de comunicação e visibilidade do PNM

O plano de comunicação e visibilidade do PNM será baseado nas seguintes atividades:

1. Definir objetivos claros e detalhados para comunicação, advocacia e visibilidade, relacionados com o alcance da visão e dos objetivos definidos do PNM.
2. Definir os principais assuntos e temas para ser o principal alvo do plano de comunicação e visibilidade.
3. Definir grupos-alvo específicos.
4. Desenvolver programas específicos de comunicação, advocacia e visibilidade, para abordar os objetivos e temas definidos para os grupos-alvo identificados.
5. Os objetivos de comunicação e visibilidade do PNM incluirão, entre outros:
 - Advocacia do PNM e da sua visão e objetivos;
 - Advocacia de medidas de conservação e de atividades proibidas (por exemplo, uma extensa campanha contra o comércio e o consumo de carne de caça na Província de Cabinda e a nível nacional);
 - Advocacia para a proteção de espécies icônicas específicas (por exemplo, gorila das planícies ocidental, chimpanzé central, elefante da floresta, pangolins, papagaios cinzentos Africanos, etc.);
 - Advocacia da participação de membros das comunidades locais na conservação e gestão sustentável dos recursos da floresta (por exemplo, criação de viveiros de plantas indígenas para reflorestamento, engajamento em meios de subsistência alternativos sustentáveis, recrutamento de Escoteiros das Comunidades para Biodiversidade, etc.).

- Distribuição de informações sobre as atividades do pessoal do PNM;
 - Distribuição de informações sobre a legislação relevante;
 - Distribuição de informações sobre os ecossistemas, as espécies, a importância da conservação, as comunidades, e os aspectos sociais e culturais, no PNM;
 - Advocacia nacional e internacional do PNM como destino turístico;
 - Mobilização de parcerias e apoio e advocacia de parceiros;
6. As estratégias de comunicação e visibilidade do PNM podem incluir, entre outras atividades:
- Elaboração e distribuição de folhetos e brochuras;
 - Uso dos canais de mídia e de comunicação social (jornais, canais de TV e rádio, entre outros), as níveis provincial, nacional, regional e internacional;
 - Criação e gestão de uma página do internet dedicada ao PNM, ou que faz parte da página do MINAMB ou do INBAC;
 - Preparação e instalação de banners e sinalização sobre assuntos chave (por exemplo, contra comércio e consumo de carne de caça, sobre espécies icônicas, etc.), com mensagem visual forte, em posições estratégicas, na área do PNM (por exemplo, nos centros urbanos, em junções chave, nas estradas principais, etc.) na Província de Cabinda (por exemplo, nas estradas, aeroporto, porto marítimo, etc.), e em outras posições estratégicas em Angola (por exemplo, no aeroporto e no porto de Luanda);
 - Abrir e gerenciar contas de mídia social do PNM, ou como um parte das contas do MINAMB ou INBAC (facebook, instagram, twitter, etc);
 - Elaboração e distribuição de relatórios e artigos sobre o PNM em publicações nacionais, regionais e internacionais;
 - Participação do pessoal do PNM em fóruns nacionais, regionais e internacionais.

IV.7. Plano de Desenvolvimento do Eco-Turismo

Introdução

Um plano subsidiário detalhado de desenvolvimento do eco-turismo no PNM faz parte integral do plano de gestão do PNM. Será desenvolvido e implementado como um componente essencial do funcionamento corrente do pessoal do PNM, para alcançar a visão e os objectivos do PNM. O plano subsidiário a seguir fornece diretrizes para o desenvolvimento dinâmico e corrente de um plano efetivo de eco-turismo, para suportar a conservação e gestão do PNM, em cooperação com o Ministério do Turismo e a Secretaria Provincial de Turismo, bem como para suportar o financiamento da sua operação e para criar alternativas sustentáveis de sobrevivência para os membros das comunidades locais.

Até da designação do PNM em 2011, não existia nenhuma área de conservação na floresta do Maiombe em Angola, na excepção só de reservas florestais designadas para o regulamento das atividades madeiras. Desde o início dos anos 1980s e até o lançamento do PNM, o turismo não era uma opção viável, devido a considerações de segurança. O estabelecimento planeado do PNM como uma área de conservação efetivamente operacional, e a esperada conservação melhorada dos ecossistemas e da vida selvagem, pode criar um potencial emergente para uma oportunidade promissora para desenvolver o ecoturismo na área do PNM, como uma fonte de renda viável para o Parque e para as comunidades locais, e como um desenvolvimento econômico alternativo sustentável nos contextos local, provincial, nacional e regional.

Alvo IV.7.1. Iniciar o desenvolvimento do ecoturismo no PNM, como uma oportunidade viável de renda sustentável para o Parque e para as comunidades locais e como uma alternativa de desenvolvimento econômico sustentável nos contextos local, provincial, nacional e transfronteiriço, e que pode servir como uma ferramenta importante para alcançar os objetivos do PNM.

Estratégia IV.7.1.1. Desenvolver e implementar um plano detalhado de desenvolvimento do ecoturismo para melhorar o alcance dos objetivos do PNM.

Ação IV.7.1.1.1. Desenvolvimento e implementação, por pessoal do Parque com MINAMB, e em coordenação com o Governo Provincial e com o Ministério do Turismo e com operadores do setor privado de turismo, de um plano detalhado de desenvolvimento de ecoturismo, para suportar o alcance dos objetivos do PNM, e do seu financiamento.

Diretrizes para o desenvolvimento do ecoturismo no PNM

O plano de desenvolvimento do ecoturismo no PNM será baseado nas seguintes atividades:

1. Os objetivos, desafios e oportunidades para o desenvolvimento do ecoturismo no PNM devem ser bem definidos;
2. Os potenciais mercados e interesses para a realização do turismo nacional e internacional devem ser analisados;

3. As atividades preparatórias seriam essenciais, em colaboração com o Governo Provincial, para garantir a segurança e estabelecer o acesso, e infra-estruturas e serviços básicos que permitem a realização de turismo ao nível provincial;
4. A infra-estrutura, as instalações e os serviços turísticos devem ser estabelecidos em cooperação com o Ministério do Turismo, o Governo Provincial e o setor privado;
5. Um programa de capacitação para permitir a participação ativa dos membros da comunidade em todos os empregos relacionados ao turismo, em todos os níveis, e como parceiros integrais, deve ser desenvolvido e implementado em cooperação com o Governo Provincial, o Ministério do Turismo, o setor privado, ONGs, e parceiros;
6. O ecoturismo baseado na cultura pode ser desenvolvido em cooperação com as comunidades locais e seus líderes tradicionais, as administrações municipais, o governo provincial, o setor privado, o Ministério do Turismo, o Ministério da Cultura, ONGs e parceiros;
7. Passeios guiadas de turismo podem ser implementados em vias que serem desenvolvidos para dar a experiência de andamento no ecossistema da floresta tropical. A sustentabilidade deve ser garantida. Um estudo para analisar a capacidade de carga e determinar os Limites de Mudança Aceitável, deve ser realizado. Um plano pode ser desenvolvido, com mapeamento de rotas, e definindo o número máximo de turistas a qualquer tempo, que pode ser permitido entrar em um dia, entre outras regras para garantir a sustentabilidade;
8. Um sistema de observções guiadas em espécies icônicas (sobretudo, chimpanzés e gorilas) pode ser viável apenas a longo prazo. Se e quando toda a caça no PNM poderá ser significativamente reduzida, e a caça furtiva dos primatas poderá ser eliminada, após vários anos sem nenhuma caça furtiva, poderá tornar se viável a opção de iniciar um programa de habituação de vários grupos de chimpanzés e gorilas, e poderá ser bem analisada. As Diretrizes de Melhores Práticas para turismo baseado na observação de gorilas e chimpanzés, elaborados pelo Grupo de Especialistas em Primatas da IUCN - Seção de Grande Símios, terão que ser seguidas;
9. Deverá ser desenvolvido um sistema para o registo de turistas e para a cobrança de taxas do Parque, bem como uma área de recepção turística, perto da sede do PNM;
10. A cooperação transfronteiriça no desenvolvimento do ecoturismo pode ser desenvolvida através da Iniciativa Transfronteiriça do Mayombe, entre os países membros da iniciativa, e em cooperação com parceiros especializados de ONGs e do setor privado.
11. O potencial para o desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas (PPP), pode ser explorado, de acordo com as condições estabelecidas no PLERNACA, para garantir a sustentabilidade das atividades turísticas, o cumprimento dos parceiros do setor privado, a sua contribuição para a conservação, e a sua cooperação com o PNM, e o

engajamento das comunidades locais como parceiros integrais, garantindo condições de emprego aceitáveis, incluindo a sua capacitação adequada.

IV.8. Plano de Gestão Administrativa

Introdução

O funcionamento eficaz do PNM, requer o desenvolvimento e a implementação de um plano subsidiário de gestão administrativa eficaz, para melhor atingir a sua visão e seus objetivos, e que faz parte integral do plano de gestão do PNM.

Alvo IV.8.1. Implementar um plano de gestão administrativa adequado, para o funcionamento eficaz do PNM e do seu pessoal, e que facilita alcançar a sua visão e os seus objetivos.

Estratégia IV.8.1.1. Desenvolver e implementar um plano detalhado de gestão administrativa, visando atingir os objetivos do PNM.

Ação IV.8.1.1.1. Desenvolvimento e implementação, pelo pessoal do PNM com INBAC, de um plano detalhado de gestão administrativa, para permitir a gestão eficaz do PNM, visando atingir os seus objetivos.

Diretrizes para o desenvolvimento do plano de gestão administrativa do PNM

O plano de gestão administrativa da PNM incluirá as seguintes atividades:

1. Identificar os requisitos de administração e de pessoal para permitir a gestão eficaz do PNM e para alcançar os seus objetivos;
2. Determinar a estrutura administrativa e o complemento de pessoal necessários para o PNM, incluindo os TdRs detalhados definindo as funções/cargos, as responsabilidades e habilidades necessárias de cada função, o regime de trabalho e as condições de trabalho de cada função;
3. Definir os procedimentos de recrutamento de pessoal, de acordo com os TdRs definidos e as competências necessárias, e as condições e avaliação do trabalho a longo prazo do pessoal;
4. Definir as necessidades, habilidades, procedimentos, funções, responsabilidades e condições, para recrutamento de Escoteiros para Biodiversidade entre os membros das comunidades locais;
5. Definir os requisitos de capacidade e de capacitação para o pessoal do Parque, e desenvolver um programa de treinamento e capacitação do pessoal (para o pessoal permanente do Parque, bem como para os Escoteiros Comunitários), incluindo programas de treinamento regulares e especializados, programas regionais de intercâmbio transfronteiriço, programas de treinamento refresco, etc;
6. Estabelecer parcerias com os setores relevantes - por exemplo: parceria com o IRSEM para o recrutamento, treinamento e emprego de ex-combatentes como funcionários do Parque; parceria com a Polícia Nacional para a realização das atividades de fiscalização, parceria com as autoridades locais tradicionais para o recrutamento de Escoteiros das Comunidades para Biodiversidade, etc;

7. Analisar opções para estabelecer parcerias com o sector privado, ONGs, doadores, etc. para criar e financiar as condições necessárias para permitir a gestão administrativa eficaz do PNM;
8. Estabelecer coordenação e colaboração transfronteiriça e regional na gestão do PNM, através da implementação conjunta do plano estratégico da Iniciativa Transfronteiriça do Mayomb, e com a criação de mecanismos de coordenação corrente;
9. Estabelecer o regime de trabalho do pessoal do PNM, baseado em duas equipas alternadas, trabalhando cada uma em 21/21 dias, esse regime que está aplicado no PNM, foi relatado como favorecido pela maioria dos funcionários do Parque entrevistados.
10. Os requisitos de pessoal do PNM incluem, entre outros: 1 Administrador do Parque; 1 Chefe de Fiscalização (que funciona também como adjunto do Administrador); 2 Líderes de grupos (um para cada equipa alternada); 1 Ecólogo responsável do planeamento da conservação e gestão; 1 Administrador Financeiro e 1 Adjunto do Administrador Financeiro; 50 fiscais em 2 grupos alternadas. Cada fiscal, além do funcionamento geral de fiscal, deve ter funções especificadas, de acordo com suas habilidades específicas, incluindo: 1 Chefe de Posto alternado para cada um dos 4 postos permanentes (8 em total); 1 Chefe de registro e administração em cada grupo (2 em total); 1 Mecânico e alternado (2); 1 Chefe da logística e alternado (2); 1 Recepcionista de visitantes e alternado (2); 1 Chefe de recursos humanos e 1 Adjunto; 1 Chefe de formação; 2 motoristas em cada grupo (4). Idealmente, o pessoal do Parque seria complementado para 100, com cerca de 40 trabalhando no PNM a qualquer momento (cerca de 50 de folga e cerca de 10 em treinamento ou refresco).
11. Além do pessoal permanente do PNM, recomenda-se recrutar um total de cerca de 100 Escoteiros das Comunidades para Biodiversidade, entre as comunidades locais, para trabalharem também com base no mesmo regime de 21/21 dias, com 1-3 Escoteiros, de preferência num balaço de homens e mulheres, a ser recrutado de cada uma das 42 Sobadas na área do PNM, de acordo com os TdRs e requisitos de habilidades definidos, e em consulta com a liderança tradicional das comunidades.

IV.9. Plano de Pesquisa

Introdução

Um plano de pesquisa será desenvolvido para complementar as principais lacunas de conhecimento e para aumentar a base de conhecimento para o desenvolvimento informado corrente do plano de gestão do PNM, visando alcançar seus objetivos.

Alvo IV.9.1. Identificar e complementar as lacunas essenciais de conhecimento para uma melhor gestão do PNM, visando atingir os seus objetivos definidos.

Estratégia IV.9.1.1. Desenvolver e implementar um plano detalhado de pesquisa para complementar as lacunas essenciais de conhecimento, conforme requeridos para melhoramento corrente do plano de gestão do PNM.

Ação IV.9.1.1.1. Desenvolvimento e implementação, por INBAC, com o pessoal do Parque, e com parceiros especializados, entre eles institutos acadêmicos, ONGs especializados, e pesquisadores individuais, nacionais e internacionais, de um plano detalhado de pesquisa, identificando e complementando as principais lacunas de conhecimento, para melhorar o alcance dos objetivos do PNM.

Diretrizes para o desenvolvimento do plano de pesquisa no PNM

O plano de pesquisa do PNM será baseado nas seguintes atividades, entre outras:

1. Definir requisitos de conhecimento para melhorar o planeamento informado da gestão do PNM, compilar a base de conhecimento existente, e identificar as principais lacunas de conhecimento;
2. Desenvolver programas de pesquisa e de coleta de dados, para complementar as lacunas fundamentais de conhecimento identificadas;
3. Entre os principais complementos de estudo necessários: mapeamento detalhado e quantificado dos tipos de habitat e cobertura vegetal; mapeamento detalhado e quantificação de ameaças, e impactos ambientais sofridos, inclusive mapeamento de desmatamento – a linha de base e atualização anual baseada em sensoriamento remoto; levantamentos botânicos e da vida selvagem – de invertebratos, peixes, anfíbios, répteis, aves, pequenos mamíferos, mamíferos de grande e médio porte; censos de espécies icônicas - gorila da planície ocidental, chimpanzé central, elefantes da floresta, entre outros;
4. Pesquisas de elefante da floresta, gorilas da planície ocidental e chimpanzés central, são necessárias para estimar o tamanho da população, mapeamento da distribuição e movimentação, identificação das principais áreas de presença, e de necessidades de conservação, e inclusive Análise da Viabilidade da População e do Habitat.
5. O Plano de Acção Regional para a Conservação da Gorila das Planície Ocidental e do Chimpanzé Central, de 2015–2025, definiu a floresta do Maiombe, entre o PNM em Angola e o PN de Dimonika na República do Congo, entre 18 paisagens prioritárias para a conservação desses dois subespécies, como um "sítio prioritário para levantamento". Um censo dos gorilas e chimpanzés deve ser realizado nessa

área, de acordo com as Directrizes do IUCN para levantamentos de grande símios, e em cooperação com ONGs e parceiros especializados (JGI, WCS). Devem ser treinados também pesquisadores Angolanos na realização dos censos. A realização de censos dessas espécies icônicas deve ser repetida a cada 3-5 anos, para avaliar a dinâmica das populações e da sua conservação ao longo prazo;

6. O pessoal do PNM deve ser treinado no uso de aplicativos especializados (por exemplo, o aplicativo ODK), para coleta de dados georreferenciados sobre observações e rastreamentos da vida selvagem, bem como sobre incidentes de Conflito-Homem-Vida Selvagem, e casos de infrações e ameaças identificadas. Devem ser fornecidos smartphones ao pessoal no patrulhamento, para coletar as informações e fotos georreferenciadas;
7. O pessoal do PNM deve ser treinado e equipado para realização corrente de recolha de dados detalhados e georreferenciados sobre infrações - caça furtiva, extração ilegal de madeira, comércio ilegal de animais selvagens e seus derivados, extração ilegal de ouro ou outros minerais, etc, e inclusive informações detalhadas sobre espécies caçadas, números, localização, tendências, métodos usados, comércio de carne de caça, tráfico de animais vivos, outros derivados da vida selvagem traficados, rotas do tráfico ilegal no país e transfronteiriças, espécies, números, localização e rotas de tráfico ilegal de madeira e de minerais, e informações detalhadas sobre os atores envolvidos em toda a cadeia comercial, no país e transfronteiriço.
8. O envolvimento contínuo das comunidades locais, através do estabelecimento de fóruns e processos permanentes de consulta com o pessoal do Parque, na coleta e no registro contínuos de informações sobre avistamentos de vida selvagem e de rastreamentos, incidentes de Conflito-Homem-Vida Selvagem e atividades e ameaças ilegais, é essencial, inclusive através do recrutamento e treinamento de Escoteiros das Comunidades para Biodiversidade;
9. Será essencial a realização de um estudo aprofundado do Conflito-Homem-Vida Selvagem, focando sobretudo no Conflito-Homem-Elefante, que servirá como base para o desenvolvimento de um plano holístico e abrangente de mitigação do Conflito-Homem-Vida Selvagem na área do PNM e na Província de Cabinda;
10. Um estudo detalhado para a definição de Limites de Mudança Aceitável é essencial para permitir a integração das considerações de conservação no planeamento integrado dos usos da terra na área do PNM e no seu redor, definindo condições quantificáveis minimamente aceitáveis, que as condições ambientais não podem deteriorar-se abaixo delas. Será baseado em estudos de linha de base e em monitoramento periódico do estatuto das ecossistemas e das espécies no PNM. No entanto, uma abordagem conservadora deve ser usada no planeamento dos usos da terra, para evitar a degradação irreversível dos ecossistemas no PNM;
11. Na região, o ebola e outras doenças infecciosas foram identificadas como uma das principais ameaças à sobrevivência de chimpanzés e gorilas. Em Cabinda, não há

informação sobre a ocorrência de ebola, nem nos humanos e nem em outras espécies. A realização de um estudo especializado, dedicado a identificação das causas de mortalidade dos grande símios seria importante para a conservação desses espécies, bem como para os motivos de saúde humana;

12. Os crimes contra a vida selvagem devem ser pesquisados, não apenas por meio da coleta de dados sobre atividades ilegais de caça ilegal, exploração madeireira e mineração e pressões, mas também por meio de pesquisas detalhadas sobre a vida selvagem, e sobre os atores e rotas de tráfico de produtos madeireiros e minerais e de animais selvagens e seus derivados, inclusive estudo profundo dos mercados e destinos.

IV.10. Plano de Financiamento

Introdução

O funcionamento eficaz do PNM, para melhor atingir a sua visão e os seus objetivos, requer o desenvolvimento e implementação de um plano subsidiário de financiamento eficaz, e que faz parte integral do plano de gestão do PNM. O plano de financiamento deve incluir a definição de requisitos financeiros para a implementação do plano de gestão e dos seus planos subsidiários, bem como a identificação de fontes de financiamento e mecanismos de gestão financeira.

Alvo IV.10.1. Desenvolver e implementar um plano de financiamento adequado, para o funcionamento, operação e gestão eficaz do PNM e do seu pessoal, e que facilita alcançar a sua visão e os seus objetivos.

Estratégia IV.10.1.1. Desenvolver e implementar um plano detalhado de financiamento, visando atingir os objetivos do PNM.

Ação IV.10.1.1.1. Desenvolvimento e implementação, pelo pessoal do PNM com INBAC, de um plano detalhado de financiamento, para permitir a gestão eficaz do PNM, visando atingir os seus objetivos.

Diretrizes para o desenvolvimento do plano de financiamento do PNM

O plano de financiamento do PNM incluirá as seguintes atividades, entre outras:

1. Análise e orçamentação de todas as necessidades de financiamento para o funcionamento eficaz do PNM e para implementação efetiva do plano de gestão do PNM e dos planos subsidiários, visando alcançar a visão e os objetivos definidos do PNM, incluindo:
 - Garantir o financiamento necessário para o recrutamento e complemento do pessoal requerido, seu treinamento, equipamento, e salários, condições e despesas adicionais relacionadas. Devem ser estabelecidas regras claras em relação dos salários, bônus, alimentação e condições dos funcionários do PNM (por exemplo, pode ser acordado substituir o suprimento atual de alimentos por acréscimo de um componente de alimentação ao salário).
 - Garantir financiamento adequado para construção, instalação e manutenção de infra-estruturas requeridas para o funcionamento do PNM;
 - Garantir financiamento adequado para a compra e manutenção de equipamentos requeridos;
 - Garantir financiamento adequado dos custos anuais básicos de funcionamento;
 - Garantir financiamento adequado dos custos de operações e atividades especiais;
2. Definir prioridades de financiamento;
3. Análise e quantificação estimada de todos os recursos financeiros disponíveis, permanentes e especiais, incluindo:
 - Orçamento permanente do governo para o PNM;
 - Orçamento permanente do governo para os salários do pessoal do PNM;

- Orçamento do Governo Provincial para custos específicos da operação do PNM, ligados com a operação da Província (por exemplo, estradas, infra-estruturas e serviços para as comunidades locais, etc.);
 - Estabelecer taxas de entrada e tributação de concessões de operação de turismo (seria mais relevante no PNM ao longo prazo);
 - Multas aplicadas as infrações;
 - Financiamento por projetos, doadores, e parceiros;
4. Definir diretrizes claras para o uso dos rendimentos do Parque, incluindo o orçamento permanente alocado, as taxas do Parque, as multas aplicadas, etc.;
 5. Definir diretrizes claras de transparência, de monitoramento financeiro, e de submissão de planos e de relatórios financeiros detalhados e justificados, em regime trimestral e annual;
 6. Identificar e quantificar lacunas essenciais de financiamento;
 7. Estabelecer mecanismos para melhorar a sustentabilidade financeira;
 8. Definir mecanismos e procedimentos para a gestão financeira do PNM.
 9. Devem ser recrutados um Administrador financeiro e um Adjunto, que também terão a responsabilidade de fornecer os relatórios financeiros;
 10. Uma estimativa orçamentária será avaliada para a implementação de cada atividade do plano de gestão e dos planos subsidiários, e será incluída nos planos de trabalho e de orçamento a ser submetidos num regime trimestral e annual;
 11. O Administrador financeiro e o Administrador do PNM apresentarão para aprovação do INBAC, no final de cada ano, um plano financeiro detalhado e requisitos financeiros para o próximo ano, com a divisão dos custos esperados de cada atividade e com o agrupamento de tipos de custos. Os relatórios financeiros trimestrais serão apresentados junto com os planos financeiros detalhados para o trimestre seguinte;
 12. Será realizada uma auditoria anual neutral, da gestão financeira do PNM e dos relatórios e planos financeiros, por auditor independente, a ser recrutado por INBAC.

V. Plano de Monitoramento e Avaliação

Introdução

A concepção e implementação de um plano eficaz de monitoramento e avaliação da implementação do plano de gestão, é uma ferramenta essencial para permitir um processo dinâmico de desenvolvimento em curso, ajuste e melhoria do plano de gestão, de acordo com informações acumulados, adaptar-se a mudança de condições, e derivar lições aprendidas da experiência da implementação do plano de gestão.

O plano de monitoramento e avaliação inclui os seguintes elementos:

- (a) Monitoramento e avaliação do progresso na implementação das atividades definidas;
- (b) Monitorização e avaliação dos resultados da implementação do plano de gestão do PNM, e do progresso no alcance dos objectivos do PNM.

Alvo V.1. Desenvolver e implementar um plano de monitoramento e avaliação, que possa servir como uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento contínuo do plano de gestão, para melhorar a efetividade do alcance da visão e dos objetivos do PNM.

Estratégia V.1.1. Desenvolver e implementar um plano detalhado e efetivo de monitoramento e avaliação da implementação do Plano de Gestão do PNM.

Ação V.1.1.1. Desenvolvimento e implementação, por INBAC com o pessoal do Parque, e parceiros especializados, de um plano detalhado de monitoramento e avaliação da implementação do Plano de Gestão do PNM.

Monitoramento e avaliação do progresso na implementação das atividades definidas

Relatórios de progresso semestrais serão apresentados pelo Administrador do Parque do PNM, após de consulta com o pessoal do Parque e com os intervenientes chave. Os relatórios de progresso semestral serão submetidos à avaliação do INBAC e serão distribuídos a todos os intervenientes chave.

Os relatórios semestrais incluirão informações sobre o progresso feito na implementação das atividades de gestão do PNM e seus resultados, bem como sobre os constrangimentos e desafios encontrados em sua implementação, e recomendações para superar os constrangimentos e desafios e melhor implementar as atividades. Os relatórios de progresso devem apresentar análise do progresso feito em todas as atividades definidas no plano de gestão, para a mitigação das ameaças principais identificadas, bem como o progresso feito nas atividades definidas para cada um dos Planos Subsidiários. Os relatórios semestrais de progresso na implementação, servirão para orientar o ajuste de atividades específicas, conforme necessário, para permitir um melhor progresso em sua implementação.

Tabela V.1. Progresso na implementação das atividades

Formato para os relatórios semestrais de avaliação do progresso na implementação das atividades definidas no plano de gestão do PNM, para mitigar as ameaças identificadas, e das atividades definidas nos Planos Subsidiários, 1-10.

Ameaça identificada\ Ou\ Plano Subsidiário	Alvo	Atividade	Progresso realizado (semestral)	Resultados	Constrangimentos e desafios	Recomendações para o caminho a seguir
Degradação do ecossistema através da exploração madeireira	1.1.	1.1.1.1.				
	1.1.	1.1.1.2.				
....						
....						
....						
Plano Subsidiário de Financiamento	IV.10.1.	VI.10.1.1.1.				

Instrumento de Monitoramento da Eficácia de Gestão (METT)

Um instrumento adicional para a avaliação da gestão do PNM, é o Instrumento de Monitoramento da Eficácia de Gestão (METT), elaborado por GEF. Um METT deve ser realizado no início da implementação do Plano de Gestão do PNM, para servir como linha de base para os propósitos deste plano de monitoramento e avaliação. Um METT adicional deve ser realizado a cada 3 anos, para acompanhar o progresso na eficácia da gestão do PNM.

Monitoramento e avaliação dos resultados da implementação do plano de gestão do PNM

Relatórios anuais de avaliação dos resultados da implementação do plano de gestão do PNM, serão apresentados pelo Administrador do PNM, após consulta com o pessoal do Parque e os intervenientes chave. Os relatórios anuais de avaliação dos resultados serão submetidos à revisão do INBAC, e serão distribuídos a todos os intervenientes chave.

Os relatórios anuais incluirão informações quantificadas e classificação do progresso feito para alcançar os resultados e os objetivos esperados da gestão do PNM, inclusive na mitigação de cada uma das principais ameaças identificadas, de acordo com indicadores detalhados dos resultados. Será necessária a implementação de estudos de base para determinar o nível de referência de base de cada indicador. A avaliação anual do progresso dos resultados será realizada, com base nas fontes identificadas de verificação, incluindo inquéritos dedicados, conforme necessário.

Os relatórios anuais de avaliação dos resultados servirão para orientar o ajuste do plano de gestão, inclusive os alvos identificados, as estratégias, e atividades, bem como os planos subsidiários, conforme necessário, para permitir um melhor progresso no alcance da visão e dos objetivos definidos do PNM. As recomendações para ajustes do plano de gestão e dos planos subsidiários, serão incluídas nos relatórios anuais de avaliação dos resultados,

com base na avaliação e classificação dos indicadores identificados dos resultados esperados.

Tabela V.2 . Progresso nos resultados da implementação do plano de gestão do PNM

Formato para os relatórios anuais de avaliação do progresso nos resultados da implementação do plano de gestão do PNM.

Ameaça	Indicador do Resultado	Nível do Base (a ser medido ou avaliado)	Alvo annual (a ser definido)	Avaliação do resultado annual alcançado (1-5)	Fonte da verificação
Degradação do ecossistema através da exploração madeireira	Área florestal total e intacta				Avaliação de sensoriamento remoto (baseado em imagens de satélite, google earth); Relatórios do Parque; Relatórios de IDF; Entrevistas com as comunidades locais;
	Tamanho e distribuição da área da floresta sob concessão de exploração madeireira				
	Número de madeireiros ilegais e comerciantes de madeira processados				
Degradação do ecossistema por invasão e práticas de cultivo insustentável	Área florestal total e intacta				Avaliação de sensoriamento remoto (baseado em imagens de satélite, google earth); Relatórios do Parque; Relatórios de IDA; Relatórios específicos de projetos; Entrevistas com as comunidades locais;
	Tamanho e distribuição da área desmatada para cultivo				
	Número e% de membros das comunidades envolvidos em prática de cultivo insustentável; em práticas de cultivo sustentável; e em outros meios de subsistência sustentáveis				
Perda de biodiversidade através de caça para carne de caça	Tamanho da população e distribuição de mamíferos de grande e de médio porte				Levantamentos de vida selvagem; Levantamentos de comércio e consumo de carne de caça; Relatórios do Parque; Entrevistas com as
	Distancia de fuga de mamíferos				
	Informações sobre comércio e consumo de carne de caça				

	Número de caçadores furtivos processados				comunidades locais;
Perda de espécies icônicas através da caça furtiva para o tráfico ilegal de vida selvagem	Tamanho da população e distribuição de espécies icônicas				Levantamentos de espécies icônicas; Levantamentos de mercados e venda de espécies icônicas e de seus derivados; Relatórios do Parque; Entrevistas com as comunidades locais;
	Distancia de fuga de espécies icônicas				
	Número de incidentes reportados de espécies icônicas encontradas em cativeiro ou mortas, ou que seus derivados foram encontrados				
	Informações sobre venda de espécies iconicas ou de seus derivados				
	Número de caçadores furtivos processados				
Degradação de ecossistemas através de usos da terra e obras de desenvolvimento incompatíveis	Área florestal total e intacta				Avaliação de sensoriamento remoto (baseado em imagens de satélite, google earth); Relatórios do Parque; Planos de desenvolvimento, de usos da terra e de obras, provinciais, municipais e setoriais; plano diretor provincial de ordenamento da terra;
	Tamanho e distribuição da área da floresta sob concessões de mineração e outros usos da terra ou obras de desenvolvimento				
	Integração de considerações de conservação nos planos de uso da terra setoriais, provinciais e municipais				
Conflito-Humano-Vida Selvagem	Número, distribuição e caracterização de incidentes de Conflito-Humano-Vida Selvagem				Relatórios do Parque; Entrevistas com as comunidades locais; Relatórios específicos de projetos;
	Informações sobre medidas de mitigação aplicadas com sucesso				
Espécies invasoras	Presença de <i>Chromoleana odorata</i> em áreas de floresta				Avaliação de sensoriamento remoto (baseado

	desmatada				em imagens de satélite, google earth); Pesquisas e levantamentos; Relatórios de projetos específicos
	Informações sobre medidas de mitigação aplicadas com sucesso				
Poluição da água	Melhoria da qualidade da água em rios e lagos				Relatórios do Parque; Entrevistas com as comunidades locais; Levantamentos da qualidade da água; Relatórios do Ministério da Água e Energia
	Número de lagos, rios e riachos em que foram aplicadas com sucesso, medidas para reduzir a poluição				
Gestão deficiente de resíduos	Número de sistemas aprimorados de gestão de resíduos instalados com sucesso				Relatórios do Parque; Entrevistas com as comunidades locais; Relatórios do Governo Provincial
Recomendações para ajustes do plano de gestão e dos planos subsidiários:					
.....					
.....					
.....					

VI. Plano Inicial de Implementação de 2 Anos

O plano inicial de implementação de dois anos, fornece um plano detalhado com um cronograma para a implementação das atividades identificadas do plano de gestão do PNM e dos seus planos subsidiários, durante os primeiros dois anos de implementação.

Tabela VI.1. Plano inicial de implementação de 2 anos

Número da Atividade	Atividade	Entidades Responsáveis	Meses de Implementação											
			1-2	3-4	5-6	7-8	9-10	11-12	13-14	15-16	17-18	19-20	21-22	23-24
1.1.1.1	Estabelecer acordos detalhados multissetorial e protocolos para avaliação de concessões de exploração madeira na floresta do Maiombe, priorizando as considerações de conservação	MINAMB; Gov. Prov.; MinAgri	X	X	X	X								
1.1.1.2.	Desenvolver protocolos de reflorestamento	MINAMB; IDF; Setor privado - madeiros; Peritos	X	X	X	X								
	Iniciar viveiros-piloto e reflorestamento	PNM; IDF; Setor privado - madeiros; Peritos; Comunidades locais			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
1.2.1.1.	Ações de sensibilização para reduzir o corte anárquico	PNM; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades Tradicional	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
1.2.2.1.	Definir padrões de fiscalização de corte anárquico; aumentar os esforços de investigação e fiscalização	PNM; IDF; Policia Nacional; SIC; Gov. Prov.; Unidade dos crimes ambientais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
1.2.2.2.	Estabelecer protocolos e aumentar a fiscalização e a	PNM; IDF; FAA; Policia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

	colaboração transfronteiriça para prevenir o tráfico ilegal transfronteiriço de madeira	Nacional; Policia Guard. Front.; SIC; SME;												
1.2.2.3.	Informar e treinar procuradores e juizes para garantir a punição adequada de corte e tráfico ilegal de madeira	MINAMB; Peritos; ONGs			X	X	X							
1.2.2.4.	Estabelecer cooperação com as autoridades tradicionais para o envolvimento das comunidades locais na fiscalização, e recrutamento de Escoteiros das Comunidades para Bioversidade	PNM; INBAC; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades Tradicional; Comunidade s local				X	X	X	X	X	X	X	X	X
1.3.1.1.	Estabelecer parcerias e desenvolver projetos para capacitar os agricultores locais em práticas de cultivo sustentável	MINAMB; PNM; IDA; Autoridades tradicional; Agricultores local; ONGs; FAO		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
1.3.1.2.	Estabelecer parcerias e desenvolver projetos para capacitar os agricultores locais na criação de viveiros de espécies florestais indígenas, e de espécies úteis locais	MINAMB; PNM; IDA; IDF; Autoridades tradicional; Agricultores local; FAO; Setor privado;			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
1.3.1.3.	Apoio aos agricultores locais na formação de associações/ cooperativas, e na disponibilização de lavras e transporte para cultivarem na área de savanna	MINAMB; PNM; IDA; Gov. Prov.; Adm. Mun.; FAO; Autoridades tradicional; Agricultores local;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
1.3.2.1.	Desenvolver projetos para capacitar as comunidades	MINAMB; PNM; Gov. Prov.; Adm. Mun.;				X	X	X	X	X	X	X	X	X

	loais no desenvolvimento de meios de subsistência sustentáveis alternativos adicionais	ONGs; Autoridades tradicional; Comunidade s local;												
2.1.1.1.	Desenvolver e implementar atividades de sensibilização para reduzir a caça ilegal e o comércio e consumo de carne de caça	PNM; Gov. Prov.; Autoridades tradicional; Comunidade s local;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.1.2.1.	Desenvolver uma política acordada da fiscalização no PNM	PNM; INBAC; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicional;		X	X	X	X							
2.1.2.2.	Manter uma boa colaboração e consulta contínua com as comunidades locais e as autoridades tradicionais	PNM; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicional; Comunidade s local	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.1.3.1.	Desenvolver projetos para capacitar as comunidades locais no desenvolvimento de meios de subsistência sustentáveis e alternativos para reduzir a caça furtiva	MINAMB; PNM; ONGs; Autoridades tradicional; Comunidade s local; Setor privado;			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.2.1.1.	Desenvolver e implementar atividades de sensibilização para reduzir a caça comercial de carne de caça	PNM; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicional; Comunidade s local	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.2.1.2.	Colaborar com as autoridades tradicionais para o seu envolvimento na informação e sensibilização dos membros das comunidades locais	PNM; Autoridades tradicional; Comunidade s local	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.2.1.3.	Desenvolver e implementar uma	PNM; INBAC;		X	X	X	X	X	X	X	X	X		

	campanha para aumentar a conscientização, visando reduzir o comércio, a venda e o consumo de carne de caça em toda a província	Unidade dos crimes ambientais; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Mídia; ONGs												
2.2.1.4.	Uso de sinalização e banners em posições estratégicas em toda a província, para reforçar a campanha contra o comércio e o consumo de carne de caça	PNM; INBAC; Unidade dos crimes ambientais; Gov. Prov.; Adm. Mun.; ONGs; Setor privado;			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.2.2.1.	Desenvolver e implementar programas e operações conjuntos para melhorar a investigação e a fiscalização, para reduzir a caça e o comércio ilegal de vida selvagem	PNM; INBAC; Policia Nacional; Unidade dos crimes ambientais; SIC; Gov. Prov.; Adm. Mun.;		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.2.2.2.	Reforçar os esforços de investigação e fiscalização, em colaboração transfronteiriça para prevenir o comércio transfronteiriço ilegal da vida selvagem	PNM; INBAC; Policia Nacional; Policia Guard. Front.; FAA; Unidade dos crimes ambientais; SIC; Gov. Prov.; Adm. Mun.; IDF; SME;		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.2.2.3.	Informar e treinar juízes e procuradores para garantir a punição adequada dos culpados envolvidos em caça ilegal ou em comércio ilegal de vida selvagem	MINAMB; ONGs; Peritos; Juízes e Procuradores			X	X	X							
2.2.2.4.	Estabelecer cooperação com as autoridades tradicionais para o engajamento das	PNM; INBAC; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades				X	X	X	X	X	X	X	X	X

	comunidades na fiscalização e no recrutamento de Escoteiros das Comunidades para Biodiversidade	tradicional; Comunidade s local												
2.3.1.1.	Desenvolver e implementar atividades de sensibilização para eliminar a caça comercial de espécies icônicas e sujeitos de caça	PNM; INBAC; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicional; Comunidade s local	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.3.1.2.	Desenvolver e implementar uma campanha Provincial para uma maior conscientização, visando eliminar o comércio ilegal de espécies icônicas e sujeitas de caça e de seus derivados	PNM; INBAC; Unidade dos crimes ambientais; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Mídia; ONGs		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.3.1.3.	Uso de sinalização e banners em posições estratégicas em toda a província, para reforçar a campanha contra o comércio ilegal de espécies icônicas e sujeitas de caça e de seus derivados	PNM; INBAC; Unidade dos crimes ambientais; Gov. Prov.; Adm. Mun.; ONGs; Setor privado;			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.3.2.1.	Estabelecer e implementar programas operacionais conjuntos para melhorar os esforços de investigação e fiscalização, para reduzir a caça e o comércio ilegal em espécies icônicas e seus derivados	PNM; INBAC; Unidade dos crimes ambientais; Policia Nacional; SIC; Gov. Prov.; Mun. Adm;		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.3.2.2.	Reforçar a colaboração transfronteiriça e internacional, nos esforços de investigação e fiscalização, para prevenir o tráfico ilegal transfronteiriço	PNM; MINAMB; IDF; FAA; SIC; Policia Nacional; Policia Guard. Front.;			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

	em espécies icônicas	SME; Gov. Prov.; Mun. Adm; Unidade dos crimes ambientais;												
2.3.2.3.	Informar e treinar juizes e procuradores, para garantir a punição adequada dos culpados, envolvidos na caça ilegal ou no comércio ilegal de vida selvagem	MINAMB; ONGs; Peritos; Juizes e Procuradores			X	X	X							
2.3.2.4.	Estabelecer cooperação com as autoridades tradicionais para engajamento das comunidades na fiscalização, e em recrutamento de Escoteiros das Comunidades para Biodiversidade	PNM; INBAC; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicional; Comunidade s local				X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.3.3.1.	Identificação de santuários bons existentes de primatas na região, para a transferência de grande símios confiscados, vítimas de caça furtiva	MINAMB; ONGs	X	X	X	X	X							
2.3.3.2.	Avaliar a possibilidade de estabelecer um santuário para primatas confiscadas, vítimas de caça furtiva, na Província de Cabinda	MINAMB; ONGs; Peritos; Doadores					X	X	X	X	X			
2.3.3.3.	Estabelecer e operar um centro de reabilitação para papagaios apreendidos, vítimas de caça ilegal, com manuais para a sua reabilitação e libertação de volta no seu habitat natural	MINAMB; PNM; ONGs; Peritos			X	X	X	X	X					
3.1.1.1.	Estabelecer um	MINAMB;	X	X	X	X								

	acordo multissetorial detalhado e protocolos de cooperação na avaliação de solicitações de concessões de mineração, priorizando as considerações de conservação	Min. Recursos Naturais; Gov. Prov.;												
3.1.1.2.	Estabelecer e monitorar a implementação de protocolos de reabilitação de ecossistemas, como parte das condições para qualquer concessão de mineração concedida	MINAMB; PNM; Min. Recursos Naturais; Gov. Prov.;	X	X	X	X								
3.2.1.1.	Estabelecer acordos detalhados multi-setorial e protocolos para avaliação de qualquer plano de desenvolvimento, construção e obras públicas, priorizando as considerações da conservação	MINAMB; Gov. Prov.; Outros Ministérios relevantes	X	X	X	X								
3.3.1.1.	Desenvolver um programa em cooperação multisectorial, para aumentar os esforços de investigação e fiscalização para combater a mineração anárquica	PNM; INBAC; Min. Recursos Naturais; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Policia Nacional; SIC; Unidade dos crimes ambientais			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3.3.1.2.	Informar e treinar juizes e procuradores para garantir a punição adequada dos culpados, envolvidos na mineração anárquica	MINAMB; ONGs; Peritos; Juizes e Procuradores												
3.3.1.3.	Estabelecer cooperação com as	PNM; INBAC;				X	X	X	X	X	X	X	X	X

	autoridades tradicionais para o engajamento das comunidades na fiscalização de mineração anárquica	Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicionais; Comunidade s local												
3.4.1.1.	Melhorar a gestão de resíduos e o saneamento nas aldeias e nos centros urbanos, em toda a área do PNM, e a proteção dos recursos hídricos e dos corpos de água na área do PNM	MINAMB; PNM; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicionais; Ministérios relevantes; ONGs			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3.4.2.1.	Desenvolver e implementar atividades de sensibilização para melhorar a gestão de resíduos, saneamento e proteção dos recursos hídricos	PNM; INBAC; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicionais; Comunidade s local	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3.4.3.1.	Treinar o pessoal de MINAMB e dos outros setores relevantes no planeamento integrado dos usos da terra, com integração e priorização das considerações da conservação	MINAMB; ONGs; Peritos				X	X	X	X					
4.1.1.1.	Desenvolver e implementar projetos de estudo do Conflito-Homem-Vida selvagem na área do PNM e no seu redor, e de desenvolvimento e implementação de um programa abrangente e holístico de mitigação do Conflito-Homem-Vida selvagem, focando no Conflito-Homem-Ellefante	MINAMB; PNM ONGs; Peritos; IDA; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicionais; Agricultores local; FAO			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
5.1.1.1.	Desenvolver e implementar projetos de estudo	MINAMB; ONGs; Peritos					X	X	X	X	X	X		

	e mapeamento de espécies invasoras, e a mitigação da sua expansão, focando no espécie <i>Chromolaena odorat</i> , na área do PNM													
Os Planos Subsidiários														
Zoneamento 1.1.	Aumentar a base de conhecimentos, incluindo levantamentos e pesquisas detalhados dos ecossistemas, flora e fauna, e informações detalhadas sobre os usos da terra existentes e planeados, para desenvolver o plano de zoneamento mais detalhado, no base do plano de zoneamento inicial, e de informações mais aprofundados.	MINAMB; PNM; ONGs; Peritos; Instituições académicas; Ministérios relevantes; Gov. Prov.		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Zoneamento 1.2.	Implementação de um processo multissetorial integrado de planeamento detalhado dos usos da terra e do Zoneamento, priorizando as considerações da conservação na área do PNM, de forma compátivel com as considerações sociais, e incluindo o treinamento do pessoal chave de MINAMB e multissetorial nacional e provincial, no planeamento integrado e mapeado dos planos dos usos da terra	MINAMB; PNM Ministérios relevantes; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicional; Peritos		X	X	X	X	X	X					
Zoneamento	Estabelecer	MINAMB;		X	X	X	X	X	X					

nto 1.3.	protocolos de atividades e de usos de terra que podem ou não ser permitidos em cada categoria de Zona, e com condições detalhados de usos da terra e atividades permitidas em cada categoria	PNM Ministérios relevantes; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicional; Peritos												
Zoneame nto 1.4.	Iniciar o processo para a revisão da delimitação do PNM, para realizar a expansão legal da área do PNM, incorporando sua expansão e zoneamento nas políticas formais nacionais, provinciais e locais de planeamento dos usos da terra, em acordo com o plano proposto de Zoneamento e de Expansão do PNM	MINAMB; PNM Ministérios relevantes; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicional; Peritos; Assembleia Nacional;			X	X	X	X	X	X				
Zoneame nto 1.5.	Iniciar um processo para estabelecer parcerias, promover projetos dedicados e mobilizar apoio técnico e financeiro, para apoiar as comunidades locais no desenvolvimento de práticas sustentáveis de cultivo e de subsistência sustentável, incluindo a capacitação requerida	MINAMB; PNM Ministérios relevantes; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicional; Peritos; ONGs		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Zoneame nto 1.6.	Estabelecer colaboração, através da Iniciativa Transfronteiras do Maiombe, com os	MINAMB; PNM; Secretariado da ITM; MIREX; Gov. Prov.;			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

	paises que compartilham os ecossistemas do Mayombe / Maiombe , para troca de informação e conhecimento, e para planeamento e Zoneamento coordenado dos usos da terra, em cooperação transfronteiriça nos esforços de conservação	Peritos; ONGs												
IV. 2.1.1.1.	Estabelecer acordos de cooperação e protocolos de colaboração multissetorial, para assegurar o compartilhamento de informações, planeamento coordenado e implementação do plano de gestão do PNM	MINAMB; PNM; Ministérios relevantes; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicional; Peritos;	X	X	X	X								
IV. 2.1.1.2.	Promover a implementação de formação conjunta do pessoal do PNM e do MINAMB com outras setores e autoridades relevantes, no planeamento dos usos da terra e do ordenamento do território integrado	MINAMB; PNM; Ministérios relevantes; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Peritos; ONGs			X	X	X	X						
IV. 2.2.1.1.	Registo dos todos os membros das comunidades locais e residentes permanentes dentro da área do PNM, e fornecimento de cartões de residentes do PNM	MINAMB; PNM; Gov. Prov.; Admin. Mun.; Autoridades tradicional;			X	X	X	X	X	X				
IV. 2.2.1.2.	Desenvolver mecanismos acordados para a representação das comunidades locais e outros	MINAMB; PNM; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicional;		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

	inervenientes locais, nos processos de consulta e tomada de decisões, no desenvolvimento e implementação correntes do plano de gestão do PNM	Comunidade s local												
IV. 2.2.1.3.	Desenvolver protocolos de atividades permitidas e proibidas dentro da área do PNM, de acordo com o Zoneamento de gestão definido e a lista de categorias de atores que são permitidos realizar cada atividade em função da Zona	MINAMB; PNM; Ministérios relevantes; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicional; Comunidade s local		X	X	X	X	X	X					
IV. 2.2.1.4.	Desenvolver e implementar projetos dedicados para apoiar as comunidades na realização da gestão sustentável de recursos naturais e engajar na consecução dos objetivos do PNM	MINAMB; PNM; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicional; Comunidade s local; ONGs; Peritos		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
IV. 2.2.1.5.	Recrutar e empregar os Escoteiros das Comunidades para Biodiveridade, entre as comunidades locais, de acordo com termos de referência detalhados definidos, e em consulta com as autoridades tradicionais	MINAMB; PNM; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Autoridades tradicional; Comunidade s local				X	X	X	X	X	X	X	X	X
IV. 2.2.1.6.	Ao longo prazo, (quando o desenvolvimento do ecoturismo será viável), treinar e engajar membros das comunidades locais em atividades ligados com o ecoturismo,	MINAMB; PNM; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Min. Turismo; Autoridades tradicional; Comunidade s local;									X	X	X	X

	inclusive guias, e outros empregos ligados	Setor privado (turismo); ONGs												
IV. 2.3.1.1.	Desenvolver mecanismos e protocolos para a inclusão dos intervenientes chave nas consultas para cooperação no desenvolvimento, implementação e monitoramento contínuos do plano de gestão do PNM	MINAMB; PNM; Gov. Prov.; Ministérios relevantes; Setor privado; ONGs; Instituições académicas; Autoridades Religiosas; Assembleia Nacional; Pesquisadores e Peritos				X	X	X	X	X				
IV. 2.4.1.1.	Desenvolver e implementar, com base nos acordos e estratégia adoptada da Iniciativa Transfronteiriça do Mayombe, mecanismos conjuntos de coordenação e protocolos de colaboração, para a implementação coordenada do plano estratégico aprovado da ITM, e para a cooperação no desenvolvimento e implementação dos planos de gestão das Áreas de Conservação individuais em cada dos países membros da ITM	MINAMB; PNM; Sec. da ITM; Min. Amb. da RDC, da Rep. do Congo, de Gabão				X	X	X	X	X	X	X	X	X
IV. 3.1.1.1.	Identificar, planear e implementar a reabilitação, construção, instalação e manutenção das infraestruturas necessárias, para permitir a implementação operacionalmente eficaz do plano de gestão do PNM (e	MINAMB; INBAC; PNM; Peritos					X	X	X	X	X	X	X	X

	segundo Avaliações de Impacto Ambiental e Social)													
IV. 3.2.1.1.	Identificar, planejar e implementar a aquisição, instalação e manutenção de equipamentos necessários para permitir a implementação operacionalmente eficaz do plano de gestão do PNM	MINAMB; INBAC; PNM; Peritos			X	X	X	X	X	X	X			
VI. 4.1.1.1.	Desenvolver e implementar um plano detalhado de fiscalização e aplicação da lei, que se baseie em grande parte na cooperação multissetorial e que permita a aplicação de ações efetivas de fiscalização, para melhor alcançar os objetivos do PNM	PNM; MINAMB; FAA; Policia Nacional; SIC; Policia Guard. Front.; SME; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Unidade dos crimes ambientais; Ministérios relevantes; Autoridades tradicional	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
VI. 5.1.1.1.	Desenvolver e implementar um plano detalhado de educação, sensibilização e capacitação, para melhora alcançar os objetivos do PNM	PNM; MINAMB; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Min. Educação; Autoridades tradicional; Comunidade s local	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
IV. 6.1.1.1.	Desenvolver e implementar um plano detalhado de comunicação e visibilidade para melhor alcançar dos objetivos do PNM	PNM; MINAMB; Gov. Prov.; Adm. Mun.; Min. Comunicaçã o social; Mídia; Peritos IT; Autoridades tradicional; Comunidade s local		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
IV.	Desenvolver e	MINAMB;						X	X	X	X	X	X	X

7.1.1.1.	implementar um plano detalhado de desenvolvimento do ecoturismo, para melhor alcançar os objetivos do PNM	PNM; Gov. Prov. Adm. Mun. Min. Turismo; Autoridades tradicional; Comunidade s local; Setor privado (turismo); ONGs												
IV. 8.1.1.1.	Desenvolver e implementar um plano detalhado de gestão administrativa, para permitir a gestão eficaz do PNM, visando atingir os seus objetivos	MINAMB; PNM; Gov. Prov. Adm. Mun. Autoridades tradicional; Min. Veteranos - IRSEM; Min. Finanças	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
IV. 9.1.1.1.	Desenvolver e implementar um plano de pesquisa detalhado, para identificar as principais lacunas de conhecimento, e desenvolver e implementar programas de pesquisa e levantamentos, para complementar as lacunas de conhecimento identificadas, para melhor alcançar os objetivos do PNM	MINAMB; PNM; Gov. Prov. Adm. Mun.; Autoridades tradicional; Instituições académicas; Pesquisadore s e Peritos; ONGs;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
IV. 10.1.1.1	Desenvolver e implementar um plano de financiamento detalhado, para permitir a gestão eficaz do PNM, visando atingir seus objetivos	MINAMB; PNM; Gov. Prov. Adm. Mun. Autoridades tradicional; Min. Veteranos; Min. Finanças	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Plano de Monitoramento e Avaliação														
V.1.1.1.	Desenvolver e implementar um plano de monitoramento e avaliação, detalhado e	MINAMB; PNM; Gov. Prov. Adm. Mun. Autoridades tradicional;		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

	efetivo, para facilitar um processo de desenvolvimento ajuste contínuos do plano de gestão do PNM	Instituições académicas; Pesquisadores e Peritos; ONGs;												
--	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

